

Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho

# Fascínio e projeto

Percursos da energia elétrica  
no espaço urbano  
(Fortaleza, 1945-1965)



# **Fascínio e projeto**

---

**percursos da energia elétrica no espaço urbano  
(Fortaleza, 1945-1965)**

**Presidente da República**

Dilma Vana Rousseff

**Ministro da Educação**

Aloizio Mercadante

**Universidade Federal do Ceará - UFC**

**Reitor**

Prof. Henry de Holanda Campos

**Vice-Reitor**

Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Prof. Gil de Aquino Farias

**Pró-Reitora de Administração**

Prof<sup>a</sup>. Denise Maria Moreira Chagas Corrêa

**Imprensa Universitária**

**Diretor**

Joaquim Melo de Albuquerque

**Editora UFC**

**Diretor e Editor**

Prof. Antonio Cláudio Lima Guimarães

**Conselho Editorial**

**Presidente**

Prof. Antonio Cláudio Lima Guimarães

**Conselheiros**

Prof<sup>a</sup>. Adelaide Maria Gonçalves Pereira

Prof<sup>a</sup>. Angela Maria R. Mota Gutiérrez

Prof. Gil de Aquino Farias

Prof. Ítalo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho

# Fascínio e projeto

---

percursos da energia elétrica no espaço urbano  
(Fortaleza, 1945-1965)



Fortaleza  
2015

**Fascínio e projeto: percursos da energia elétrica no espaço urbano (Fortaleza, 1945-1965)**

Copyright © 2015 by Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho

**Todos os direitos reservados**

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)  
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

**Coordenação editorial**

Ivanaldo Maciel de Lima

**Revisão de texto**

Antídio Oliveira

**Normalização bibliográfica**

Luciane Silva das Selvas

**Programação visual**

Sandro Vasconcellos / Thiago Nogueira

**Diagramação**

Sandro Vasconcellos

**Capa**

Heron Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Bibliotecária Luciane Silva das Selvas CRB 3/1022

---

S586f

Silva Filho, Antonio Luiz Macêdo e  
Fascínio e projeto: percursos da energia elétrica no espaço urbano (Fortaleza, 1945-1965) / Antonio Luiz Macêdo Silva Filho - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.  
200 p. : il. ; 21 cm. (Estudos da Pós-Graduação)

ISBN: 978-85-7485-233-1

1. Energia elétrica. 2. Energia elétrica - consumo. 3. Eletrificação - Fortaleza.  
I. Silva Filho, Antonio Luiz Macêdo. II. Título.

---

CDD 621.310981

O presente texto é uma versão resumida da tese de doutorado “Entre o fio e a rede: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945-1965)”, defendida em 2008 no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O trabalho teve orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Denise Bernuzzi de Sant’Anna e contou com uma bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
A FESTA DO SÉCULO.....	29
PERCALÇOS DA MODERNIZAÇÃO .....	69
A ELETRICIDADE NO ESPAÇO DOMÉSTICO .....	125
FONTES .....	168
BIBLIOGRAFIA.....	183
O AUTOR .....	199



## INTRODUÇÃO

“**N**a mesa vizinha à nossa, duas damas revelam, cheias do mais justo orgulho, certas despesas domésticas. Dona Mariinha – Maricota quando pobre – ressalta com calor: – Lá em casa, este mês, pagamos trinta contos de luz! Já é, não é?” (CARVALHO, 2003, p. 383).

Essa anotação, feita no diário de uma personagem do romance *Aldeota*, de Jáder de Carvalho, tenta pôr a nu a frivolidade de uma geração de novos-ricos que, entre meados dos anos 1940 e o começo dos anos 1960, deu ao bairro que intitula o livro a notoriedade elegante que doravante o destacaria na geografia simbólica de Fortaleza. Atraindo a predileção dos segmentos abastados como lugar de moradia, aquela região da cidade viu surgirem mansões e casas opulentas que ostentavam uma prosperidade repentina e estranha a uma terra relativamente pobre, desprovida de grande expressão econômica no cenário nacional. Saído da pena de um jornalista e escritor singularmente atento à miudeza da vida cotidiana e às desigualdades materiais e culturais, o fragmento referido pode aludir a um aspecto nunca efetivamente comentado nos círculos que frequentavam os clubes de maior projeção social. No entanto, talvez fosse precipitado recusar prontamente sua capacidade de verossimilhança num contexto assinalado pela ascensão vertiginosa de grupos arrivistas e a diversificação no perfil do consumo residencial de eletricidade. Por sinal, a assim chamada “conta de luz”, que a persistência de certas expressões corriqueiras fazia reportar à primeira aplicação daquele potencial no âmbito doméstico, tendeu a ser suplementada com o emprego de aparelhos elétricos postos ao alcance das famílias abastadas da cidade. Com efeito, naquele momento o valor exorbitante de uma fatura de energia constituía não somente um feito limitado a poucos bolsos, era também uma condição algo improvável do ponto de vista técnico, dada a fragilidade do sistema elétrico muni-

cipal, que impunha recorrentes suspensões e regimes de racionamento na distribuição da energia.

Este livro pretende situar-se, prioritariamente, entre o fio e a rede. Noutras palavras, trata-se de delinear mediações historicamente constituídas entre o processo de eletrificação e o advento de uma força capaz de acionar determinados artefatos acentuadamente identificados à modernização na esfera privada. Conjugando a energia e os aparelhos, emerge o âmbito da ação humana: não somente a ação cristalizada na concretude dos engenhos técnicos, mas aquela discernível no cotidiano de homens e mulheres comuns, confrontados com as vicissitudes da fonte de energia e que protagonizaram improvisos, astúcias, condutas adaptativas no trato das coisas.

A profusão de fios, hoje encontrada na maioria dos domicílios urbanos, constitui um índice tangível da expansão, ao longo das últimas décadas, no uso privado da eletricidade e da gradativa banalização de um conjunto de objetos domésticos cujo traço comum reside na dependência daquele potencial. Não obstante, a rede técnica que torna viável a aplicação da energia no âmbito residencial esteve durante muito tempo indisponível às camadas pobres da capital cearense. Expressão de um processo de urbanização concomitantemente permeado pela explosão demográfica e a concentração da renda e das instâncias decisórias, a constituição da infraestrutura voltada à geração e fornecimento de eletricidade trouxe consigo a marca de um serviço urbano que, embora devesse beneficiar amplamente uma coletividade, tardou em garantir a sedimentação de um padrão mediano de comodidade. Por vezes, a distância entre o fio (de um utilitário doméstico) e a rede (de energia) só seria vencida após uma longa espera. No decorrer desse texto, o caráter ambivalente do ingresso da energia na sucessão ordinária de todos os dias não deixou de ser sublinhado, porquanto ali se vislumbravam rastros dos desarranjos entre avanço técnico e melhoria nas condições de existência da população.

O foco da discussão aqui empreendida se concentra no período de 1945 a 1965, embora eventualmente se abordem questões que extrapolam os limites desse quadro cronológico. Nas duas décadas seguintes ao término do conflito mundial da II Grande Guerra, percebe-se, no

contexto brasileiro, uma nítida tomada de consciência das instituições governamentais quanto ao papel estratégico da eletricidade para aprofundar o processo de industrialização do país. Nessa perspectiva, o ano de 1945 constitui referencial para o início de uma outra fase na história do setor elétrico brasileiro, com a criação da Chesf – empresa estatal constituída para explorar o potencial energético da cachoeira de Paulo Afonso, mediante a construção de uma grande central que atenderia à demanda de boa parte da região nordestina. Com aquela companhia fornecedora, seriam dados os primeiros passos que denotavam a inserção efetiva do Estado nacional no ramo da geração de eletricidade. Nos anos que se seguiram, essa tendência tomou maior envergadura e veio associada a duas características que salientaram a presença desse novo agente no campo energético: a predileção por implementar unidades geradoras de grande porte e a progressiva dissociação entre a produção e a distribuição de energia (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988, p. 96-97).<sup>1</sup> Vinte anos após o início da gradativa implementação desse novo modelo de gestão do setor de eletricidade, a cidade de Fortaleza passou a receber a energia produzida pela usina de Paulo Afonso (BA), representando um aperfeiçoamento que permitiria o abastecimento mais sistemático das demandas urbanas em ascensão. Até então dependente de estrutura elétrica precária e limitada à escala municipal, cujo funcionamento repousava sobre dois combustíveis onerosos e com disponibilidade por vezes incerta – a lenha e o óleo diesel –, a capital cearense viria a ser beneficiada com um potencial energético gerado e transmitido em ampla linha que cruzava o Nordeste. Desse modo, o ano de 1965 tanto assinala, no quadro local, o advento de uma passagem técnica importante – da geração térmica para a hidráulica, dotada de maior eficiência

---

<sup>1</sup> Portanto, ao contrário das proposições formuladas em certos documentos oficiais do período em questão, como o Plano Nacional de Eletrificação (1946), no qual se defendia a discreta participação do Estado no setor elétrico e se recomendavam usinas de pequena e média capacidade, destinadas à consolidação de sistemas interligados regionais, a política energética notabilizada a partir da Chesf consagrava um modelo distinguido pela atuação crescente do aparelho estatal no financiamento de projetos e obras e pela nítida preponderância de empreendimentos de avultado porte.

e mais baixo custo – quanto indica a integração da cidade num sistema elétrico de grande envergadura que, paulatinamente, ia redesenhando os vetores da estrutura produtiva regional.

Entre as décadas de 1940 e 1960, é ainda possível observar o amadurecimento de uma inclinação a considerar a eletricidade não mais como um recurso eminentemente destinado aos propósitos da iluminação de casas e ruas, mas como um fator de desenvolvimento técnico e material. No *Almanaque para 1949*, do barão de Itararé, essa noção aparecia expressa de maneira categórica e bem-humorada: “o grau de progresso e bem-estar de uma nação pode ser aferido pela quantidade de energia elétrica que consome, para movimentar as suas indústrias e criar o conforto do lar, que é, afinal, a toca, onde se enfurna o troglodita civilizado” (ALMANHAQUE PARA 1949, 2002, p. 235). Nessa aliança entre o potencial elétrico e a invenção de uma medida para designar o avanço de uma coletividade, ganhava ímpeto o estabelecimento de hierarquias que, além de classificar países, escalonavam núcleos urbanos: “O consumo [de energia elétrica] pode ser tomado como indicador do nível de desenvolvimento econômico e social de uma cidade”, esclarecia uma matéria que, em 1960, confirmava a capital paulista na dianteira da utilização global e *per capita* de energia no Brasil, ao passo que Fortaleza se situava entre as capitais com perfil de consumo modesto (O POVO, 11 out. 1960). À proporção que se foi consolidando a diversificação nos usos da corrente elétrica, tendeu-se a naturalizar a crença na correspondência do seu dispêndio com o nível de adiantamento de uma determinada comunidade.

Porém, apreendida num sentido mais amplo, nota-se que essa equiparação não era propriamente nova, mas configurava o prolongamento de uma busca por elevar padrões de consumo impulsionados com a emergência da produção mecanizada. Com efeito, essa necessidade individual e coletiva de dispor de quantidades crescentes de energia levou recentemente o historiador Alfred Crosby a constatar, na longa duração, a existência de um “apetite implacável”. Mas, se tal tendência pôde ser verificada em épocas remotas, foi notadamente a partir do século XIX, no âmbito das principais economias do mundo ocidental, que ela ganhou contornos de uma voracidade sem precedentes.

De acordo com o pesquisador, há cerca de 150 anos, teria começado uma escalada na aquisição e uso de energia – lapso de tempo bastante curto, se cotejado com a extensão da história das sociedades humanas, porém longo se apreciado nos termos da passagem de uma vida. Essa criação de um parâmetro de normalidade com base num quadro histórico excepcional constituiria, de fato, uma das maiores dificuldades à reflexão crítica e temporalmente situada sobre o atual modo de vida difundido nos países afluentes:

“Normal” é frequentemente empregado para significar como as coisas são agora. Para os cidadãos das sociedades ricas hoje, o normal envolve vasto consumo de energia para movimentar uma multidão de dispositivos, do transporte aéreo a computadores. [...] Uma vez que isso [os 150 anos do ápice da revolução no uso da energia] é mais longo que a memória dos vivos, muitos de nós nas sociedades ricas conseguimos apenas lembrar de tempos de acesso imediato à energia abundante. Essa abundância nos tenta, com êxito, a acreditar, por exemplo, que ter energia fluindo através de linhas muito distantes e que ilumina nossos quartos quando movemos o interruptor é normal, em vez de miraculoso (CROSBY, 2006, p. 161-162, tradução nossa).<sup>2</sup>

Essa familiaridade, verificada já há algumas gerações, das sociedades mais industrializadas com um repositório de energia em profusão está, contudo, longe de ser uma experiência compartilhada por economias situadas fora do centro hegemônico do capitalismo. No caso brasileiro, o acesso a padrões de geração de eletricidade necessários para sustentar um processo de modernização produtiva conheceu inúmeros reveses entre as décadas de 1930 e 1960, não só porque a

---

<sup>2</sup> “‘Normal’ is often taken to mean how things are now. For the citizens of the rich societies today, normal involves vast expenditures of energy to empower a multitude of devices from aircraft carriers to desktop computers. [...] Since that is no longer than living memory, most of us in the richer societies can only recall times of immediate access to abundant energy. That abundance tempts us, successfully, to believe, for instance, that having energy flow down lines from far away and illuminate our rooms when we flip the switch is normal rather than miraculous”.

ampliação do parque energético exigia, num primeiro momento, alto nível de rearranjo institucional e investimento financeiro e tecnológico no projeto, construção e operação das usinas, mas também porque esse incremento ocorreu em paralelo com um intenso fluxo migratório do meio rural para as cidades, pressionando continuamente a elevação dos níveis de consumo elétrico no setor de serviços, nas comunicações e transportes, como ainda no âmbito residencial (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988). Nesse sentido, convém inclusive não perder de vista que o avanço da eletrificação se registrou de forma bastante desigual, concentrando até meados dos anos 1940 seu foco de intervenção nos estados mais prósperos da Federação, e só daí em diante se estendendo mais explicitamente a regiões e espaços de menor porte econômico, como o Ceará, sobretudo em razão da presença ostensiva do Estado na gestão e financiamento do setor elétrico.

Como decorrência da atenção posta sobre a eletricidade e sua aplicação na experiência cotidiana, será aqui discutido o consumo e utilização dos objetos elétricos que começariam a ter lugar nos ambientes doméstico e público de Fortaleza após a Segunda Guerra Mundial. Geladeiras, ventiladores, lavadoras de roupa, aspiradores de pó, ferros de passar, batedeiras, lâmpadas... – objetos que, por sua imbricação com as rotinas diárias de homens e mulheres, não se resumem à pura instrumentalidade, mas se tornam prolongamentos do corpo, incrementando suas habilidades, adestrando seus gestos, rentabilizando seus esforços. Na verdade, por meio deles, é possível detectar alterações na vida ordinária, vibrações nessa corda tênue e sensível que liga as existências dos indivíduos em sociedade. Esboça-se, dessa forma, a oportunidade de uma reflexão sobre como a energia e os artefatos se relacionam com os sujeitos, isto é, sustentam modos de vida, temporalidades e práticas no movimento pendular de transformação e permanência das relações sociais. Essa abordagem se inscreve nas perspectivas abertas por uma história da cultura material – atenta ao peso das formações coletivas, dos comportamentos repetitivos que se convertem em hábitos, dos objetos e procedimentos que possibilitam a sobrevivência biológica e psíquica dos seres hu-

manos, das conquistas técnicas no domínio do meio natural, enfim das condições concretas em que se dão a produção e reprodução da vida social (BUCAILLE; PESEZ, 1989). Se a cultura material pode ser entendida como o segmento do mundo físico apropriado socialmente pela ação humana, alcançando uma variedade de dimensões que se estendem dos artefatos às paisagens, incidindo ainda sobre o próprio corpo (MENESES, 1983), uma abordagem histórica desses processos de intervenção, modelagem e adaptação se inscreve na busca por apreender, em determinado período, ritmos de mudança entremeados por pressões estabilizadoras.

Mas esses aparelhos elétricos não podem ser entendidos como se alheios fossem ao espaço material e cultural no qual se inserem. No caso da capital cearense, a investigação acerca da energia elétrica e dos engenhos técnicos dela dependentes está circunscrita, como já dito, ao período de 1945 a 1965. O primeiro marco corresponde ao ano que abre, no plano internacional, a chamada “era de ouro” do capitalismo, um intervalo marcado pela prosperidade econômica e desenvolvimento tecnológico das sociedades industriais avançadas. A partir daí, ocorreria uma retomada sem precedentes do comércio mundial, o que permitiu a maior difusão de – e acesso a – bens de consumo duráveis, inclusive àquelas partes do mundo que não os produziam. Também em Fortaleza seria possível tornar a ver e mesmo adquirir os artigos industriais que, durante a grande conflagração, praticamente só apareciam sob a forma de propaganda e nos lares de alto poder aquisitivo. Com o fim da guerra e notadamente a partir da década de 1950, a produção cresceu e os utilitários elétricos estavam agora potencialmente ao alcance das classes médias urbanas, quer pela diminuição relativa do preço, quer pelas facilidades de pagamento (prestações, empréstimos, crediários etc.). Todavia, na mesma época, a cidade atravessou enormes dificuldades quanto à geração e custo da eletricidade, sendo constantes as quedas de força, sobrecargas do sistema, racionamentos, fornecimentos alternados de energia aos bairros, aumentos tarifários. Durante quase três décadas, a população remediada de Fortaleza experimentou uma contingência de difícil resolução: equipar a casa com artefatos elétricos que prometiam praticidade, comodidade, satisfação, mas que

habitualmente deixavam de funcionar, dada a precariedade do setor energético local.

Como estabelecer um sentido de privacidade moderna,<sup>3</sup> referida a novos hábitos de consumo, num meio sociotécnico instável, obsoleto, irregular, às escuras? – eis a equação inelutável a que tiveram de se submeter os habitantes locais entre 1945 e 1965.

Como se infere, esta pesquisa está relacionada a problemáticas que unem as vicissitudes da técnica ao surgimento hesitante de uma sociedade de consumo (BAUDRILLARD, 1995). Há o interesse em documentar tanto a emergência de um sentido histórico de modernidade vincado nas promessas de prazer e autorrealização individual mediante a aquisição de mercadorias, quanto as debilidades da rede tecnológica para atender a essa fabricação massificada do desejo. Se é certo que, com o advento do pós-guerra, acontece a difusão mundial de comportamentos e estilos de vida apoiados no modelo urbano-industrial norte-americano – o chamado *american way of life* –, tal projeto de hegemonia cultural conserva matizes bastante particulares, quando se trata de expandi-lo a lugares onde nem o surto da produção fabril nem a urbanização em moldes avançados são processos consolidados. Nunca é demasiado ter em vista a ponderação de Sérgio Buarque de Holanda: “A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida” (HOLANDA, 1995, p. 40).

---

<sup>3</sup> Emprego o termo privacidade de acordo com as observações de Georges Duby (1989), para quem, antes de uma definição, deve-se buscar um programa de pesquisa que se atenha às múltiplas configurações dessa experiência em tempos e lugares específicos. Duby cunha uma noção aproximativa de vida privada, percebida como uma “zona de imunidade” respaldada no ambiente familiar e na domesticidade, ao abrigo das injunções e formalidades exigidas na interação em âmbito público. Reporto também à distinção mais precisa entre público e privado, em sua perspectiva contemporânea, então formulada por Richard Sennett: “Na época em que a palavra ‘público’ já havia adquirido seu significado moderno, portanto, ela significava não apenas uma região da vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos, mas também que esse domínio público dos conhecidos e dos estranhos incluía uma diversidade relativamente grande de pessoas” (SENNETT, 1998, p. 31).

Com o presente estudo, abre-se ainda a oportunidade de lançar uma visada sobre o consumo, na capital cearense, de objetos elétricos, mormente com fins domésticos. É possível que, na abordagem dessa prática econômica e cultural, surjam indícios para o encaminhamento de outras questões relacionadas à inserção social desses bens: quais os obstáculos a sua propagação, de que maneira são integrados ao dia a dia da casa, como sua presença testemunha uma aceleração do cotidiano, qual o nível de aprendizado técnico envolvido na sua utilização convencional, que características o jargão comercial tende a destacar para torná-los atraentes ao consumidor.

Todavia, o interesse da pesquisa não repousa exclusivamente sobre essa configuração da vida privada cada vez mais adstrita ao universo do consumo, mas almeja observar sua contraparte, isto é, as mudanças que se verificam no espaço urbano à medida que se alastram os dispositivos acústicos, textuais e iconográficos da propaganda, sob a forma de cartazes, irradiações sonoras, prospectos, vitrines, placas, pinturas murais, *outdoors*. Em suma, busca-se promover uma abordagem bifronte sobre a inserção da energia elétrica e dos artefatos por ela movidos na trama do cotidiano fortalezense – fenômeno cujas repercussões recaem tanto sobre a gestão do ambiente privado quanto sobre as transformações da paisagem urbana, crescentemente marcada pela linguagem publicitária e o emprego da iluminação especificamente dirigida a um padrão de visibilidade comercial. Se, antes de adentrar o recinto dos lares, os eletrodomésticos correntemente eram alvo de exposições nas fachadas das lojas e nos anúncios da mídia impressa, não parece despropositado que as reflexões a serem elaboradas tenham em conta essa apresentação pública na definição de uma paisagem mercantil.

A opção por deter-se em artefatos desse gênero não é casual, afinal sua natureza técnica iria testemunhar uma das principais formas de integração do potencial elétrico na vida diária. Sabe-se que duas características da eletricidade foram cruciais para impulsionar a disseminação do seu uso a partir de fins do século XIX: a transmissibilidade e a flexibilidade. A primeira concerne à propriedade de ser transportada a longas distâncias sem grande perda de energia. A segunda consiste na facilidade de converter a corrente elétrica em outras formas de energia,

como a luz e o calor (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988, p. 17; MAGALHÃES, 2000).<sup>4</sup>

No decorrer da pesquisa ganhou força a impressão de que as noções de luxo e conforto, em voga nas décadas de 1940 a 1960, eram atravessadas por uma ambiguidade constitutiva das relações sociais e correlata ao processo de metropolização de Fortaleza. No discurso da imprensa e dos órgãos de gestão e planejamento urbano, equipamentos como água encanada, esgoto sanitário e energia elétrica já eram tidos à conta de serviços básicos, ou seja, teriam como pressuposto a atribuição de dar sustentação a experiências de higiene e bem-estar corporal numa escala capaz de indicar a banalização desses melhoramentos à ampla maioria da população. A implantação deles concretizaria, ainda, o aprofundamento dos vínculos entre o lote urbano e o domínio das redes técnicas. Todavia, o cotejo desses enunciados com informações divulgadas em jornais, censos estatísticos e estudos de economia permitiu observar a limitada difusão daqueles serviços em vista do crescimento populacional, comprometendo amiúde a possibilidade de identificá-los à consolidação de um nível mais ou menos generalizado de comodidade.

---

<sup>4</sup> Lewis Mumford, num estudo clássico dedicado à história das técnicas, sintetizou as vantagens da eletricidade sobre outras formas de energia: "Unlike coal in long distance transportation, or like steam in local distribution, electricity is much easier to transmit without heavy losses of energy and higher costs. Wires carrying high tension alternating currents can cut across mountains which no road vehicle can pass over; and once an electric power utility is established the rate of deterioration is slow. Moreover, electricity is readily convertible into various forms: the motor, to do mechanical work, the electric lamp, to light, the electric radiator, to heat, the x-ray tube and the ultra-violet light, to penetrate and explore, and the selenium cell, to effect automatic control" (MUMFORD, 1963, p. 223). [Tradução nossa: Diferente do carvão em transporte de longa distância, ou como o vapor na distribuição local, a eletricidade é muito mais fácil de transmitir sem grandes perdas de energia e custos mais elevados. Fios carregando correntes alternadas de alta tensão podem cruzar montanhas que nenhum veículo de rodagem é capaz de passar; e uma vez estabelecido um serviço de força elétrica, a velocidade de deterioração é lenta. Além do mais, a eletricidade é prontamente conversível em formas diversas: o motor, para realizar trabalho mecânico, a lâmpada elétrica, para iluminar, o radiador elétrico, para aquecer, o tubo de raios-x e a luz ultravioleta, para penetrar e explorar, e a célula de selênio, para assegurar o controle automático.]

Portanto, à diferença de países que conheceram os processos de industrialização e urbanização num arco temporal mais dilatado e cujas desigualdades internas se mantiveram em patamares relativamente discretos, o esforço acelerado em prol da modernização da base produtiva e da correspondente preponderância demográfica das cidades provocou mesmo, no contexto brasileiro, um acirramento de tendências históricas à concentração do poder econômico. Nesse sentido, a incorporação de eletrodomésticos e outros acessórios (banheiros dotados de superfícies impermeáveis, cozinhas funcionais, pisos lisos e brilhosos, tetos com forro, móveis leves e ergonômicos) que, na propaganda e nos conselhos de decoração residencial veiculados pelas revistas, pretendia registrar a praticidade de um estilo de vida corriqueiro, destituído de pompa e conotações exclusivistas, poderia significar, para os segmentos não abastados, um índice de existência luxuosa. É certo que nos anúncios se enfatizou a necessidade crescente desses bens na realização das tarefas domésticas, investindo-se publicamente em sua legitimidade como elementos integrantes da privacidade. Por esse viés, foi possível detectar, no pós-guerra, a propensão a considerar o uso da eletricidade e a aquisição de artefatos por ela acionados como sinal de conforto, ou seja, uma resposta ordinária à demanda por menor esforço e dispêndio de tempo cuja concretização se fundava na ideia de merecimento individual, fruto do trabalho, em vez de ressoar o traço de vantagens herdadas e o emblema do supérfluo, do conspícuo e da ostentação, que acompanham, na diversidade das circunstâncias históricas, o significado do luxo (PERROT, 1988). Em contrapartida, é plausível salientar que a precariedade dos serviços urbanos e a grande desigualdade pecuniária entre as camadas da população da capital cearense podem ter contribuído para fortalecer um sentimento difuso associando o benefício doméstico dos objetos elétricos a uma forma de privilégio que prolongava, no âmbito privado, as marcas da hierarquia social.

Alguns historiadores têm salientado que a tomada de consciência da materialidade das produções e atos humanos requer uma diferenciação a partir da qual a reflexão impulsionada pela cultura material não deveria mais dissolver-se na assim chamada história da vida cotidiana,

dada a inclinação desta para largos panoramas descritivos e carentes de problematização.<sup>5</sup> No limite, essa “síntese” de uma determinada época e sociedade, descompromissada de rigor analítico, impeliria mesmo a um gênero de evasão do presente, em sintonia com apelos nostálgicos e a criação ideológica de um mundo perdido (CARDOSO, 1997; TENFELDE, 1996). A atenção posta num domínio assinalado pela predominância da rotina, dos hábitos, de gestos longamente arraigados, da interação entre homens e coisas, tudo envolvido numa temporalidade relativamente mais refratária às pressões da mudança: este um dos focos sobre os quais pode recair, em acepção ampla, o interesse dos estudos de cultura material. Essa dimensão da pesquisa, mais sensível aos entrecruzamentos das tradições, dos saberes técnicos e das expressões do corpo, pode tornar-se inclusive um elemento de politização do cotidiano, seja por sua referência a grupos sociais geralmente desprestigiados, seja pela articulação complexa entre transformação e permanência que promove um sentido de densidade histórica e diversidade cultural, para além dos sistemas de explicação abstrata (CERTEAU, 1996; DIAS, 1998).

Em certa medida, um dos argumentos que conduziram este trabalho foi expresso numa concisa advertência: “Para o historiador não há coisas banais. Como o cientista, o historiador não toma como certo coisa alguma” (GIEDION, 1948, p. 3, tradução nossa).<sup>6</sup> Ou, por outra, cumpre

<sup>5</sup> “A *Vida Quotidiana* pode considerar-se uma maneira factual cômoda de reagrupar assuntos que não relevam de categorias de mais fácil definição, tais como a economia e a sociedade. É sobretudo, o mais das vezes, uma maneira pouco analítica de retomar a história da civilização e da cultura. A ligação diacrônica une os mais variados factos apenas pela lógica ditada pela sua repetição, a sua universalidade e, por assim dizer, a sua trivialidade. [...] Com Lucien Febvre, Robert Mandrou, Fernand Braudel e Guy Thuillier, com os *Annales* e fora dos *Annales*, a reflexão assumiu um outro aspecto, na tentativa de conferir rigor a uma história impressionista. A ideia principal é de que há um subsolo da civilização, um domínio onde a rotina, a inércia, a magra consciência se encontram no auge da sua influência, um espaço onde reina o silêncio sobre as experiências comuns mas vividas majoritariamente no foro privado, uma temporalidade longa marcada por débeis rupturas, mudanças pouco visíveis, em que predominam os hábitos, os costumes, as tradições que escapam às datações fáceis e às divisões sociais reconhecidas” (ROCHE, 1998, p. 10-11).

<sup>6</sup> “For the historian there are no banal things. Like the scientist, the historian does not take anything for granted”.

admitir que mesmo o banal tem uma história a ser investigada, problematizada, reconstituída e narrada. Mas, ao contrário do arquiteto e pesquisador suíço Siegfried Giedion, que defendia a pertinência de esmiuçar os artefatos e processos técnicos no momento candente de sua invenção – quando, segundo ele, despertariam impressões de assombro ou o senso do maravilhoso –, em prejuízo das interações ulteriores com as pessoas comuns, aqui se tentou justamente apreender as mediações ordinárias dos objetos técnicos com seus usuários. Pois, embora careça da glória reivindicada para os episódios marcantes da pesquisa e inovação tecnológica, esse processo de difusão dos engenhos materiais guarda, também ele, tramas eivadas de fascínio e inquietação, protagonizando adaptações, destrezas e condicionamentos outrora desconhecidos.

Refletir sobre até que ponto se estende a possibilidade de adaptação humana às mudanças tecnológicas implica inquirir sua imersão num quadro de vida onde tais artefatos e processos são crescentemente tingidos com o matiz característico do que nos é familiar, dispensando de maior empenho na decifração de sua presença, funcionamento e interação com outras esferas da existência. Para um pesquisador das transformações da percepção entre o fim do século XVIII e o ocaso do XX, esse trabalho de apreender concretamente o impacto das técnicas nos referenciais de espaço e tempo tanto gera certa inquietude e ansiedade quanto nunca chega a termo, pois seus desdobramentos tangenciam a capacidade de previsão e controle dos respectivos efeitos na tessitura do cotidiano. Resta, portanto, uma margem de imponderável, algo que escapa à inteira domesticação dos sentidos e acrescenta, sempre, alguma estranheza, por ínfima que seja, na relação entre os homens e os engenhos técnicos: “Parece-me que ainda podemos surpreender em nós mesmos aquele excitante e desconfortável senso de assimilação [da mudança tecnológica] ainda se processando, a aculturação de forma alguma completa” (GIFFORD, 1991, p. 118-119 tradução nossa).<sup>7</sup>

<sup>7</sup> “It seems to me that we can still surprise in ourselves that exciting and uncomfortable sense of assimilation [of the technological change] still going on, acculturation by no means complete”.

Muitas vezes o despertar da sensibilidade corriqueira frente à presença irreduzível do objeto técnico depende justamente daquilo que buscamos exorcizar em pensamento: a pane. Num ambiente cada vez mais saturado de aparelhos que usamos sem lhes dar atenção, é a falta de correspondência entre um comando repetido e sua ação respectiva que pode restituir à máquina alguma (in)digna estranheza. Trata-se de uma nova modalidade de solidão que parece vir se alastrando dramaticamente com a experiência urbana no último meio século: o indivíduo, colhido de surpresa, paralisado, desarmado ante um problema tangível, indaga o porquê da inércia e tenta driblar o que lhe parece um capricho da técnica. Foram diversas as maneiras pelas quais se tentou enfrentar dificuldades dessa ordem, da resignação ao desespero e à tristeza, passando ainda pelo improvisado de soluções momentâneas para a lacuna aberta entre a realização de um gesto e seu esperado efeito. Para alguns, esse tipo de situação poderia mesmo ser revestido de certa aflição, como aquela que o escritor Fernando Sabino traduziu nos termos de um reincidente desencontro com a eletricidade:

Uma das fatalidades que me perseguem é a peculiaridade que têm as lâmpadas e aparelhos elétricos em geral de proceder segundo misteriosos designios, ligando e desligando por si mesmos, sem nenhuma interferência de minha parte. Alguns nem sempre obedecem ao comando dos comutadores, senão o de um tapa ou um simples sacolejo adequadamente aplicados. Assim era a luz do meu quarto, que se acendia e se apagava por conta própria. Muitas vezes eu dormia de luz apagada e acordava com ela acesa, ou vice-versa – o que me dava a inquietante impressão de ter alguém vivendo comigo naquele quarto (SABINO, [1983], p. 116).

Circunstâncias como a descrita nessa crônica deixam entrever modalidades não prescritas de interação entre a energia, os objetos e os indivíduos que deles fazem uso em sua vida diária. No curso deste livro, foi dedicada atenção a convergências e disputas mobilizadas por meio do contato das pessoas com o universo dos artefatos – enfoque que, espera-se, possa trazer alguma contribuição à problemática da

cultura sensível, na qual se busca ter em conta os modos de constituição histórica da percepção: “instrumento” corporal que, não obstante opinião usualmente disseminada, segundo a qual ela seria uma faculdade biológica e praticamente intemporal, implica, ao contrário, aprendizado longo, adaptação contínua e socialização complexa. Se os cinco sentidos correspondem à mediação basilar que nos põe em contato com o mundo, é preciso ter em conta a imbricação de temporalidades, valores e modos de ser que conferem à sensorialidade das pessoas movimento, referencial, transformação e uma certa ordem (incontornavelmente precária) disposta a extrair coerências temporárias de uma miríade de estímulos.

Muito se escreveu a respeito dos sentidos do corpo. O tratamento concedido a cada um deles, todavia, tem sido claramente desigual: “Muitas filosofias referem-se à vista; poucas ao ouvido; menos crédito ainda dão ao tato e ao odor” (SERRES, 2001, p. 20). Embora a tradição filosófica formulasse apreciações valorativas bastante diferenciadas, e mesmo discrepantes, acerca das possibilidades de emprego dos cinco sentidos na produção de um conhecimento confiável, persistia, ao menos implicitamente, uma ideia da percepção algo alheia às mudanças no tempo e às condicionantes do meio social. Um determinado indivíduo poderia ter maior acuidade visual do que outro, o paladar mais sofisticado para discernir sabores diversos, o olfato treinado para capturar aromas sutis, contudo pouco se cogitava aferir essas modulações ao conjunto de diferenças históricas que singulariza uma época frente às demais. De forma geral e esquemática – portanto, consciente dos riscos da simplificação –, talvez se possa dizer que havia um entendimento consentâneo, segundo o qual os sentidos poderiam variar de uma pessoa para outra, ou de acordo com o grupo social ao qual se está ligado, mas basicamente permaneciam uma propriedade imutável da espécie humana. A tessitura da percepção tendia a manter-se infensa às tramas da história. As contribuições da antropologia cultural foram, nesse caso, decisivas para alargar o interesse e a compreensão em torno da infinidade de saberes, rotinas e transmissões que asseguram a existência de estruturas de sensibilidade características de uma determinada formação social (LANTERNARI, 1997).

A relevância da percepção como objeto de interesse da investigação histórica é corroborada no presente livro. O campo de reflexão aberto por essas questões é vastíssimo, sendo priorizada aqui a interpretação dos nexos entre energia elétrica e artefatos no contexto de uma cidade que, ao menos desde os anos 1930, passou por um célere e desordenado crescimento demográfico que repercutiria no aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas a tensionar o convívio entre seus moradores.

O afluxo descontínuo de migrantes interioranos, que vinham buscar na capital cearense melhores condições de vida ou mesmo um abrigo frente à eclosão das secas, sugere a necessidade, por parte desses recém-chegados, de apreender e decifrar uma variedade de equipamentos, ritmos, convenções e comportamentos que estruturavam as relações sociais e o cotidiano da cidade.<sup>8</sup> Emerge assim a pertinência histórica de não desprezar a constituição de uma sensibilidade coletiva que tornasse viável certa agregação dessas massas rurais ao universo urbano, permeado de inusitadas escalas de tempo e espaço, esquemas complexos de produção e circulação, contato assíduo com novos aparatos tecnológicos.

Os desafios lançados aos habitantes de uma cidade em processo de modernização reclamam novas formas de percepção, fazendo do exame em torno da cultura sensível uma possibilidade conceitual de

---

<sup>8</sup> José Liberal de Castro, em breve consideração sobre a arquitetura cearense, menciona a ascensão urbana de Fortaleza no quadro regional, cujo incremento foi desencadeado, na segunda metade do século XIX, pela cotonicultura exportadora e a formação de uma rede viária que viria a reiterar a preeminência da capital sobre as demais cidades do Ceará. Nesse processo o aumento demográfico seria grandemente acelerado pelo acorrimento de contingentes migrantes do interior do estado: “As ferrovias de penetração, a partir de 1870, e, finalmente, a malha rodoviária, iniciada na década de 20, valorizam cada vez mais a Capital, liquidando os pequenos centros sertanejos. Dentro desse quadro, torna-se compreensível a paulatina transferência das lideranças urbanas do sertão para a Capital. Aqueles que lá ficam jamais deixam de ter um ponto de apoio familiar na Fortaleza. A cidade passa a receber levas sucessivas de imigrantes de todos os estratos sociais, levas que logo se tornam numericamente majoritárias. A seca de 1932 é um dos marcos percebíveis nesse processo migratório de procedência rural, data em que começa, de modo irreversível, a ampliação da cidade, bem como uma total mudança comportamental da população” (CASTRO, 1982, p. 9).

estudo do meio urbano, inclusive na geração de contrastes e eventuais convergências com a existência no campo.<sup>9</sup>

Para esmiuçar as formas temporalmente circunscritas de interação e descompasso que, entre homens, máquinas e energia, deram-se na capital cearense no correr de vinte anos (1945-1965), recorreu-se a uma diversidade de fontes que, espera-se, tenham permitido um olhar mais atento ao risco dos estereótipos e das projeções ideológicas. Com efeito, dada a fluidez de algumas das problemáticas suscitadas ao longo deste livro, o interesse da consulta a documentos de variada procedência e natureza se mostraria uma preocupação de relevo, não exatamente porque assim se tornava possível minimizar lacunas de informação, mas porque os enunciados peculiares a um determinado discurso, quando confrontados a formulações emitidas por outros vestígios, podiam ser matizados, questionados e até melhor interpretados à luz do afloramento de significados e valores em contradição. Na proposição de um tratamento metodológico do material empírico compulsado emergiram possibilidades de averiguar tanto a pertinência dos referenciais teóricos quanto a especificidade de certos tipos documentais.<sup>10</sup> Para tanto, foram examinados jornais e revistas, anúncios publicitários, estatísticas oficiais, almanaques e anuários, crônicas, livros de memórias, obras de ficção (romances, contos, antologias, peças de teatro).

<sup>9</sup> Stella Bresciani destaca a reflexão acerca dos repertórios perceptivos como uma das portas de entrada conceituais na investigação da questão urbana: “diz respeito à educação dos sentidos na sociedade moderna. A cidade aparece como o lugar de emissão de sinais que pedem a formação de uma *nova sensibilidade* para serem desvendados. O olhar aos poucos vai se armando com conceitos adequados para classificar em quadros compreensivos tudo o que vê. É o lugar onde a perda da *experiência* se dá em favor da *vivência*, que faz do homem um ser cujo comportamento expressa a condição de autômato. [...] É aqui que a produção intelectual sobre a cidade constitui uma cultura urbana progressista oposta conceitualmente a uma pretensa vida rural idílica e conservadora” (BRESCIANI, 1992, p. 162-163 [grifos no original]).

<sup>10</sup> “A veces creo que se utiliza la metodología en lugar de la teoría. Existe la metodología, que constituye el nivel intermedio en que la teoría pasa a formar los métodos apropiados que van a emplearse – cuantitativos, literarios, o como sean – para poner a prueba la teoría; y también aquel en que los hallazgos empíricos se incorporan para modificar la teoría. Este nivel intermedio existe. Pero a veces la gente habla como si se pudiera tener una metodología sin teoría, o como se pudiera guardarse la teoría en un cajón cerrado de la mesa” (THOMPSON, 1989, p. 308).

A presente investigação, cumpre esclarecer, também se ressentiu de lacunas graves no que concerne à documentação diretamente vinculada ao serviço local de eletricidade entre as décadas de 1940 e 1960. Malgrado a visita a algumas instituições cujos acervos supostamente deveriam conter material capaz de elucidar o período em questão – Arquivo Geral do Município, Secretaria de Infraestrutura do Município, AMC (Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Urbanos e Cidadania) e Coelce (Companhia Energética do Ceará) –, não foi possível localizar e sequer colher indicações confiáveis sobre o paradeiro das fontes produzidas pelas sucessivas empresas então responsáveis pela geração e distribuição de energia elétrica na capital cearense. Uma das razões de semelhante desvanecimento provavelmente se deve à descontinuidade institucional que marcou a época contemplada na pesquisa, quando companhias com regimes administrativos diferentes foram, a cada vez, assumindo a prestação daquele serviço urbano: Ceará Light (privada e depois encampada pela prefeitura), Serviluz (autarquia municipal), Conefor (sociedade de economia mista) sugerem, a partir das substituições efetuadas num intervalo relativamente curto, a fragilidade das organizações envolvidas com o sistema elétrico de Fortaleza. De qualquer maneira, o que mais surpreendeu, em todas as investidas frustradas ao longo de quase quatro anos, não foi exatamente o silêncio em relação ao destino dessa documentação potencialmente tão rica para a compreensão do processo de urbanização, mas o geral desconhecimento sobre o fato de um dia haver existido esse repositório de informações. Observar a indisfarçável feição de estranheza de funcionários e dirigentes dos órgãos referidos, ao serem indagados sobre vestígios de quatro ou cinco décadas atrás, permitiu aquilatar quão precária é a conservação e guarda de certas tipologias de fontes e, conseqüentemente, quão inglória se torna por vezes a tarefa do historiador. Condição que também não denota grande novidade: no início dos anos 1980, um pesquisador autodidata da história da energia no Ceará comentou a pouca conta em que eram tidos os documentos referentes à iluminação urbana, “pois, julgados sem valia, foram incinerados” (PINHEIRO, 1988, p. 4), num melancólico testemunho do habitual descaso com que, em diversas instâncias, ainda são tratados os registros e acervos públicos. De todo

modo, espera-se que investigações mais sistemáticas e assíduas, como a que resultou neste livro, possam contribuir para a emergência de atitudes que desnaturalizem a incúria com que têm sido tratados acervos que documentam os processos de formação e transformação histórica das cidades brasileiras.

“... até onde irá a procissão dos postes, unidos, pelos fios, à mesma solidão?”, perguntava o poeta Quintana, à vista de uma estrada. As páginas a seguir tratarão de um momento anterior, eivado de incertezas, angústias e esperanças, quando o prolongamento das linhas, sumindo no horizonte, procurava vencer distâncias e redimir outra solidão: a dos próprios homens.



## A FESTA DO SÉCULO

A chamada “festa do século” estava prestes a iniciar. Durante os dias precedentes àquele 1º de fevereiro de 1965, não faltaram, nos periódicos de Fortaleza, matérias e entrevistas acerca dos preparativos em curso. Com a presença dos próceres da administração pública, além de membros destacados da elite local e figuras ligadas ao governo federal, a celebração deveria recender um ar de solenidade e distinção. A consagração do evento não poderia, contudo, firmar-se sem a frequência de vasto público. Sua pompa fora planejada a fim de permitir – e concentrar – a máxima visibilidade. De certo modo, o próprio cerne daquele ato cívico carregava a promessa técnica de esquadrihar melhor o espaço, mediante a ampliação repentina do campo de visão, e redimir o tempo, pelo ciclo de riqueza alardeado com vigor. Tamanhos os percalços à consecução daquela proeza, que vislumbrá-la com os olhos parecia não bastar. Daí o afã verificado nos meios de comunicação, com todas as emissoras locais de rádio fazendo a cobertura do insólito acontecimento, transmitido igualmente para diversas outras capitais do país. E, a cada discurso proferido, a multidão irrompia em aplausos. O clima de entusiasmo coletivo irradiava em partes diferentes da cidade, pois um sem-número de ouvintes buscou, mediante a narração dos repórteres, entrar em sintonia com a realização prodigiosa então anunciada.

No contexto da solenidade referida, um gesto simples – mas nada banal – iria pontificar o êxito do que se insistia em considerar uma con-

quista: ao giro de uma chave, completava-se a transmissão da energia da usina hidrelétrica de Paulo Afonso a Fortaleza. Perspectiva de um fornecimento regular, eficiente, abundante e mais barato de eletricidade, o suprimento proveniente do sertão baiano foi tido como a solução adequada para as dificuldades crônicas enfrentadas na capital cearense, cuja oferta de força e luz há muito não acompanhava as demandas do célere crescimento urbano. Até então, a cidade – e, de resto, boa parte do estado – era servida de usinas termelétricas, com limitada capacidade de abastecimento e alcance estritamente local. A despeito das opiniões variadas de jornalistas, políticos, técnicos e empresários sobre a pertinência, os custos e a viabilidade dessa obra antes e durante sua execução, dois aspectos são praticamente unânimes nos discursos emitidos pela imprensa, ao tempo da festividade: o tom laudatório dos comentários e a impressão de que o empreendimento constituía um divisor de águas – abismo intransponível a separar, no Ceará, a pobreza atávica de um futuro promissor, já decantado. Esse mesmo raciocínio não deixaria de figurar numa matéria que, meses depois, foi publicada na prestigiosa revista *O Cruzeiro* e que, sob a confiança sintetizada no título “Eletrificação já é desenvolvimento”, congratulava a gradativa difusão da energia de origem hidráulica pelo território cearense. Na imagem que abria a notícia, o conjunto de fios, cabos, postes e transformadores indicava a presença da tecnologia como elemento garantidor do progresso material.

Naquele evento inaugural, o homem de cujas mãos irradiaram, simbolicamente, os augúrios benévolos do então acalentado desenvolvimento econômico era o marechal cearense Humberto Castelo Branco, guindado à testa do Executivo federal com o advento do golpe militar de 1964. Prestigiado por grande assistência, estimada em 15 mil pessoas, o gesto do marechal-presidente foi o ponto culminante das comemorações organizadas em 1º de fevereiro de 1965. Sinos das igrejas em repique, apitos de locomotivas e navios, buzinas de automóveis enchem os ares em sinal de júbilo, a que se juntou o longo estourar de fogos de artifício. Com a profusão luminosa que incendiou aquela noite, buscava-se reeditar o mito redentor da técnica por dispositivos que, ericando impulsos corporais de remota procedência – como a velha im-

pressão de abrigo e segurança sugerida por uma fonte de luz que rompe o negrume –, ultrapassassem o clamor das palavras, criando sensações de esplendor e encantamento cuja vibração fortalecia a euforia dos discursos. Dessa maneira se prolongavam ecos de uma relação bastante antiga dos detentores do poder com a capacidade de doar a luz, costumeiramente investida de propriedades racionais, ordenadoras, progressistas, estabilizadoras. Mobilizada como antagonista das trevas, a luz, desde tempos recuados, exerce mesmo um fascínio largamente dimensionado pelo medo que provoca a escuridão. E o alento embutido naquela festividade repousava precisamente na perspectiva de atacar em definitivo a descontinuidade da corrente elétrica que, por mais de duas décadas, vinha abreviando o sono de muitos gestores públicos e dotando o manto noturno de contornos mais sombrios. Afinal, era notavelmente duradoura a associação entre a noite e a criminalidade e, em tempos mais recentes, o elo entre falta de luz e atraso urbano, renovando aflições que perturbavam tanto a existência presente quanto as aspirações dirigidas ao futuro.

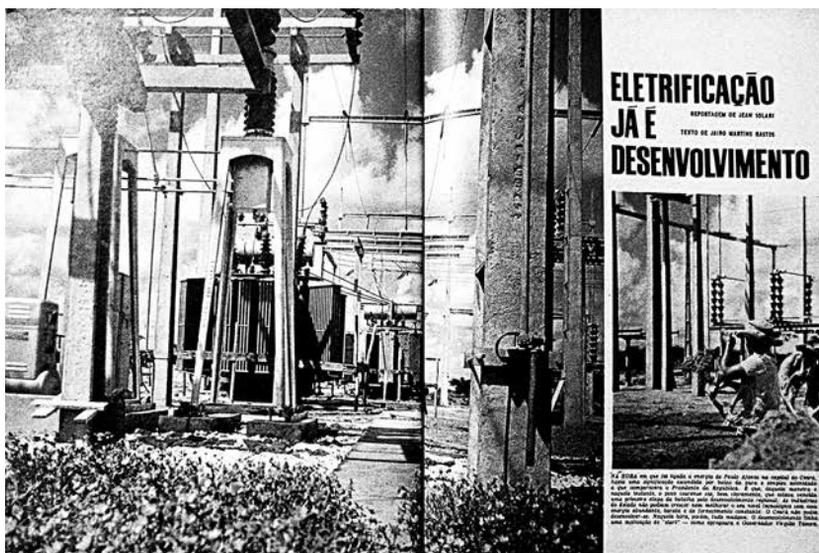


Figura 1 - Matéria sobre a chegada da energia de Paulo Afonso a Fortaleza. “Eletrificação já é desenvolvimento”. Fonte: (O CRUZEIRO, 1965).

Mais do que a convergência direta com o interesse econômico e a ambição planejadora da cidade, a irradiação controlada e sistemática da claridade vinha eivada de um profundo simbolismo e da sensação de cerceamento do imprevisível, projetando a luz como um elemento apreciável de equilíbrio psicossocial:

[...] o desaparecimento da luz nos confina no isolamento, nos cerca de silêncio e nos “desassegura”. Um tanto de razões convergentes que explicam a inquietação engendrada no homem pela chegada da noite e os esforços de nossa civilização urbana para fazer recuar o domínio da sombra e prolongar o dia por meio de uma iluminação artificial (DELUMEAU, 1989, p. 99).

Nessa apoteose para os olhos e os ouvidos, os clarões da eletricidade receberam vultosa acolhida, mas estariam longe de fomentar em igual magnitude o espanto perceptivo dos desavisados ou a reticência empedernida dos incrédulos, vividos em períodos anteriores. Pois, diferentemente de 1867 e 1934-35, quando em Fortaleza se inauguraram sistemas de iluminação pública desconhecidos dos habitantes locais – à base do gás e da eletricidade, respectivamente (MENEZES, 2000; NOBRE, 1981; NOGUEIRA, 1980) –, nos meados da década de 1960 o contato com a luz elétrica já fazia parte da experiência cotidiana da cidade, embora efetivamente seu uso domiciliar ainda não contemplasse amplos segmentos da população. A novidade não se traduzia, portanto, no resultado tangível dos filamentos que pontuavam a paisagem urbana, mas consistia na rede técnica destinada a garantir a transmissão dos quilowatts ao longo de aproximadamente setecentos quilômetros, desde a usina de Paulo Afonso. Incremento relativamente sutil, não apreensível diretamente pelo consumidor final, inacessível ao olhar corriqueiro. Talvez exatamente por conta da natureza desse avanço técnico, discreto quando cotejado pela sensibilidade rotineira circunscrita ao local de consumo, pujante se avaliado em termos de empreendimento material e em suas repercussões futuras, os meios de comunicação (notadamente a imprensa escrita) tenham se esmerado em ressaltar e cobrir de encômios os efeitos da referida obra. Certo editorial do vespertino *Correio do Ceará* chegou inclusive a propor que a data

inaugural de uso da matriz hidrelétrica na capital – 1º de fevereiro – passasse a figurar no calendário de festividades do estado, sob o epíteto de “Dia do Desenvolvimento Econômico”.

Já dissemos nesta coluna, aliás, que outro 25 de Março [aniversário da abolição da escravatura no Ceará, ocorrida em 1884] vinha por aí, nas asas da energia de Paulo Afonso, trazendo a libertação dos escravos da miséria e do atraso, presa a cujos grilhões geme a quase totalidade de nossa gente.

[...] Com energia e água, decorrente esta última da grande açudagem que se conclui, capaz até de perenizar alguns de nossos rios, a começar pelo maior de todos, que é o Jaguaribe, que nos faltará para plantar aqui a mais florescente civilização do trópico?

[...] A instituição do Dia do Desenvolvimento Econômico haveria de concorrer para o nascimento de uma mística que, devidamente implantada, poderia ser a responsável pela transformação total, em dez ou quinze anos da face do Estado, que de ressequida ou enrugada, passaria a rubicunda ou louçã (CORREIO DO CEARÁ, 28 jan. 1965).

Essa projeção de um futuro esplendoroso e próspero, completamente dissociado da penúria de outrora, instaurador de clivagens definitivas na temporalidade e soerguido no âmago de recorrentes intervenções técnicas de larga escala, é reveladora de um traço ideológico saliente no imaginário das elites cearenses. Afinal, já desde o último quartel do século XIX, o apelo dos grupos dirigentes quanto à necessidade imperiosa de obras portentosas – especialmente durante a incidência das secas que expunham a fragilidade do quadro produtivo estadual, assentado principalmente na pecuária extensiva e na lavoura do algodão – evidenciava a formação de mentalidade inclinada a forjar um vínculo direto entre projetos de infraestrutura e progresso econômico. Na longa esteira desses reclamos pela consecução de empreendimentos que transformariam abrupta e positivamente a face da economia local, assegurando doravante um surto de enriquecimento sem precedentes, cabe lembrar a construção da primeira estrada de ferro (1873), um grande açude (1959), um novo porto (1955), o amplo fornecimento de eletricidade (1961-

1965) e, mais recentemente, a implantação de uma grande usina siderúrgica. História ainda por ser escrita, a trajetória desses sucessivos marcos redentores poderá elucidar o modo pelo qual foram criados, vislumbrados e acalentados esboços de futuros miríficos que, ao fim e ao cabo, nunca vieram à baila, ou, por outra, continuam a se deslocar num horizonte de expectativa que magnetiza aspirações e tende a fragilizar o presente, convertendo-o em mero vestíbulo do porvir.

Para se ter uma ideia breve do incremento técnico que, em meados dos anos 1960, residia na perspectiva de distribuição regular de eletricidade, basta lembrar os inumeráveis racionamentos a que repetidamente era submetida a população da capital cearense, notadamente a partir da década de 1940, em razão dos problemas funcionais e da restrita capacidade energética da usina da Light – empresa de capital britânico que, desde 1912, detinha a concessão pública para exploração dos serviços de bonde e para geração e distribuição da eletricidade no município, sendo encampada pela edilidade em 1948. O rigor das constantes quedas de corrente, resultassem de falha no sistema ou de interrupções deliberadas pela concessionária, provocava graves transtornos a diversas atividades urbanas, ocasionando a suspensão de sessões de cinema, o funcionamento precário de repartições públicas e casas comerciais, a paralisia de muitas fábricas, o difícil atendimento em hospitais e casas de saúde mais modestos, desaparecidos de gerador próprio, e até o atraso na circulação dos jornais, cuja impressão só poderia ser finalizada com a retomada da força elétrica. Mesmo o transporte coletivo urbano sofreu danos consideráveis, já que os ônibus ainda contavam poucas unidades e, até sua desativação em 1947, os carris elétricos respondiam pela locomoção diária do maior número de passageiros (JUCÁ, 2000; LEITE, 1996).

Conforme estimativas de época, dos 130 mil prédios cadastrados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, metade não possuía ligação para fornecimento de luz e força elétrica (CORREIO DO CEARÁ, 2 fev. 1965) – informação que sugere o quanto ainda eram restritas certas comodidades, expressas no acender de uma lâmpada ou no uso de um moderno ferro de passar.

Numa conjuntura ainda marcada pelo alcance diminuto de equipamentos hoje triviais, cabe não perder de vista os significados e modos de distinção, para além da esfera utilitária, embutidos na exibição, posse e emprego dos modernos utensílios domésticos. Além disso, vale refletir sobre as ressonâncias de um fornecimento elétrico regular nos hábitos privados e públicos, de molde a entender a articulação de interdependências entre a nova rede técnica e o espaço da moradia.

No calor da celebração em torno do abastecimento energético proveniente de Paulo Afonso, a imprensa local estampava um sem-número de manifestações de júbilo pelo acionamento da linha de transmissão. Páginas e páginas das folhas diárias traziam mensagens de indústrias e firmas comerciais saudando o advento da matriz hidráulica e o surto de crescimento produtivo a que estaria destinado o Ceará. Grandeza que não se limitava à profusão de adjetivos, frases de efeito e expressões laudatórias, buscando mesmo a credibilidade usualmente atribuída ao registro pretensamente objetivo dos números, também eles revestidos de uma conotação monumental. Pois, como frisava um artigo, a nova linha de alta tensão, estendendo-se por 715 km e operando em 220 kV, tornou-se então a mais longa do mundo no sistema radial, acumulando cifras que deviam causar impressão: “2.630 quilômetros de cabo de alumínio; 143 torres metálicas; 4.718 postes de concreto armado; 2.359 cruzetas; 120.309 isoladores de vidro”. Por fim, e não menos importante, o custo total da obra: 15 bilhões de cruzeiros – quantia vultosa mas cujo retorno de investimento se concretizaria em poucos anos, uma vez que anualmente a concessionária local despendia em torno de 3,5 bilhões na produção térmica da energia consumida em Fortaleza (CORREIO DO CEARÁ, 1, 2 fev. 1965).

Assim, mal findara a efeméride da luz, e a dita procéla de melhorias econômicas já expunha certos desdobramentos, como a expectativa de queda no preço do quilowatt e ampliação do número de consumidores. Contudo, ainda no contexto de recepção entusiástica da nova fonte geradora, dúvidas e preocupações também sobrevieram, trazendo à baila repercussões imediatas sobre os afazeres mais ordinários da vida doméstica, mormente no uso dos objetos técnicos.

Diante da confusão reinante na cidade a respeito da ciclagem em face da energia de Paulo Afonso, colhemos junto ao setor técnico da CONEFOR [Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza] que apenas os motores das bombas centrífugas, os toca-discos e alguns transformadores automáticos que não tenham a indicação 50/60 estarão sujeitos a modificações técnicas.

Adiantam ainda as mesmas informações não haver necessidade de mudança nos demais eletrodomésticos, nem tampouco nos motores de pequenos poços d'água. Aliás, informa ainda o setor técnico da CONEFOR que quase todos os eletrodomésticos estão sendo fabricados com 50 e 60 ciclos.

É bom salientar que é considerável o número de pessoas que telefona a CONEFOR solicitando instruções. Há pessoas com medo inclusive de ligar liquidificadores e outros aparelhos domésticos, apesar de todas as explicações técnicas necessárias fornecidas pela CONEFOR (CORREIO DO CEARÁ, 3 fev. 1965).

Embora o aporte elétrico de Paulo Afonso fosse atingir, por etapas, as diversas zonas da capital (processo que levaria alguns meses para cobrir toda a área urbana servida por fiação aérea), seus efeitos já começavam a incidir na rotina dos habitantes locais, provocando receio e insegurança no emprego dos eletrodomésticos – circunstância que permite observar como gradativamente a esfera privada vai sendo atravessada por dispositivos técnicos complexos, mais difusos e cujo funcionamento não raro extrapola o espaço da casa.

O detalhe relativo aos frequentes telefonemas de usuários à procura de esclarecimento sobre a conversão elétrica sugere inclusive a amplitude da falta de informação, pois, embora ainda constituísse um bem de alcance restrito, dado seu alto custo, o telefone foi, àquela ocasião, um meio bastante empregado para atenuar receios e incertezas. Além dos que ligaram para a empresa de eletricidade, muitos outros moradores deviam ter inquietações sobre as mudanças trazidas com a nova fonte de energia.

Esse episódio constitui uma pequena amostra das relações, nem sempre óbvias e previsíveis, entre cultura material e sociedade. Um incremento tecnológico que, visto a distância, parece referendar a suposta marcha ascensional do progresso, pode revelar indícios de tensões, ex-

pectativas e insatisfações que se manifestam nas experiências cotidianas. Donde se infere que as conquistas da iluminação não se encontram confinadas em um domínio supostamente autônomo e impermeável; pelo contrário, suas proezas incidem nos mais diversos campos, a exemplo das estruturas materiais, do imaginário social, dos sentidos do corpo (a hipertrofia da visão, em nossos dias, não pode ser entendida sem ter em conta o incremento dos sistemas de iluminação artificial). Colonizar o ambiente noturno, restringir sua opacidade, desvelar seus mistérios constituem atitudes favoráveis a um melhor esquadramento do espaço e à consolidação de um regime temporal mais homogêneo, menos sujeito às oscilações e mudanças bruscas da curva de luz natural (RONCAYOLO, 1999). Alterações dessa ordem propiciam o surgimento de práticas coletivas outrora pouco viáveis, quer em termos de atividades de lazer que instauram uma sociabilidade noturna, quer no alargamento dos horários de trabalho. Portanto, longe de serem instaladas em compartimentos isolados, imunes à dinâmica social, as técnicas tecem ligações inumeráveis com os valores e crenças, sentimentos e comportamentos humanos.

No caso de Fortaleza, a busca por uma oferta ampla e regular de energia se manteve entre as mais caras aspirações de diferentes grupos sociais durante pelos menos um quarto do século XX, notadamente entre o princípio dos anos 1940 e o meado da década de 1960. As dificuldades de ampliação do parque gerador, evidenciadas naquele período, encontraram resposta numa orquestração das forças políticas do estado, posta a serviço da reivindicação, junto aos poderes da União, de uma fonte hidráulica para solucionar o problema crônico da escassez de energia. A uniformização da frequência elétrica, por seu turno, era um dos aspectos imprescindíveis à configuração de sistemas elétricos interligados, num dos quais grande parte do território cearense se viu inserido a partir da linha transmissora de Paulo Afonso. No Brasil, essas modalidades de adaptação e padronização da frequência eram conhecidas e executadas desde a década de 1930, inicialmente por companhia pertencente ao grupo norte-americano Amforp (American & Foreign Power Company), com vistas à ampliação do raio de cobertura de suas usinas no interior de São Paulo. Outras empresas do setor elétrico, in-

cluindo o poderoso grupo anglo-canadense Light – atuante nos dois principais centros consumidores (a capital paulista e a capital federal) e responsável pela maior parcela da eletricidade gerada no país até a década de 1940 – implantaram, em suas respectivas áreas de concessão, sucessivos processos técnicos de integração dos sistemas elétricos locais, assegurando melhores condições de aproveitamento e distribuição da energia disponível, em atendimento à expansão da demanda entre pontos geográficos distantes (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988). Fortaleza, ao contrário, estivera, desde a implantação do serviço de eletricidade em 1912, abastecida por uma companhia de âmbito local, o que tornava a conversão de frequência uma necessidade recente e indescartável, conforme advertia em 1963 um documento produzido pela diretoria técnica da Chesf – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – e encaminhado ao então governador Virgílio Távora:

Nessa importante cidade brasileira com cerca de 600.000 habitantes, a reforma das redes distribuidoras de energia elétrica tem que ser acompanhada pela pesquisa e determinação do montante das alterações a serem introduzidas nos equipamentos e máquinas cujo regime operacional é influenciado pela mudança de frequência. Esses problemas agravam-se ante a perspectiva de vir Fortaleza a ser energizada pela CHESF ao término do ano de 1964 ou princípio de 1965 (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1963, p. 1).

Interessante não esquecer que alterações de parâmetro marcaram inclusive alguns dos esforços oficiais de regulamentação técnica do setor elétrico: tendo determinado, em 1938 (decreto-lei n. 852), a frequência então predominante de 50 ciclos por segundo como medida-padrão para o Brasil, o governo federal prorrogaria, já em 1942 (decreto-lei n. 4.295), a obrigatoriedade daquela convenção, e pouco depois liberou, em diversas zonas, o emprego de instalações adaptadas a 60 ciclos. Essa frequência, ao longo da Segunda Grande Guerra, teve seu uso disseminado rapidamente, em razão de ser o padrão adotado nos Estados Unidos e por terem surgido dificuldades na aquisição de equipamentos europeus,

que operavam em 50 ciclos. Durante e após a conflagração, manteve-se a tendência à preponderância dos 60 Hz, que seria reforçada pela construção de grandes usinas (Furnas e Três Marias) em regiões de forte impulso industrial, como aquelas servidas pela São Paulo Light e a Cemig, e da geração ocasionada com o funcionamento da hidrelétrica de Paulo Afonso. Somente a partir da década de 1960, buscou-se uma solução para unificar a frequência no território nacional – medida importante para viabilizar a constituição dos sistemas elétricos interligados e a padronização das instalações e equipamentos (A ENERGIA..., 1977, p. 98-101).

Ao longo do trabalho elaborado pelos engenheiros da Chesf, sobressaiu um leque diversificado de vantagens, inconvenientes e problemas no que concerne à mudança de frequência, entremeados por recomendações técnicas formuladas a fim de orientar as modalidades de ajuste dos vários equipamentos elétricos à nova ciclagem. Conforme as descrições e aconselhamentos daquele estudo, turbinas hidráulicas e a vapor, motores diesel, geradores, transformadores e linhas de transmissão seriam afetados de maneira diferenciada, resultando na necessidade do exame de, e intervenção particular em, cada tipo de aparato, de tal forma a permitir a compatibilidade com seu funcionamento normal, ao que eventualmente se seguiria um acréscimo ou diminuição no rendimento daquelas máquinas. Com a modificação da frequência determinados aparelhos de precisão, como os medidores do consumo de energia, sofriam o comprometimento de suas características, exigindo uma nova aferição ou, em último caso, a permuta por congêneres adaptados a 60 ciclos.

Segundo a explanação do documento, os utilitários domésticos em geral mantinham desempenho similar em qualquer das duas frequências, exceção feita aos toca-discos e relógios elétricos, sujeitos à troca de suas engrenagens, e às máquinas de lavar roupa, que demandavam substituição do mecanismo regulador de seu ciclo de operação. Em termos amplos, a Chesf desaconselhava o emprego de estações conversoras de frequência, vistas como inadequadas para resolver o problema à proporção que se expandisse a demanda de energia. E uma vez que a resposta mais apropriada residia na adaptação integral, à nova

frequência, de instalações e maquinários situados num determinado sistema elétrico, cumpria um planejamento meticuloso para calcular os recursos a serem investidos e as diversas etapas do programa de conversão. Entre as medidas recomendadas se encontravam: levantamento cadastral de máquinas e equipamentos existentes em indústrias e domicílios; análise das condições operacionais apresentadas no levantamento; concomitância com a reforma da rede de energia; determinação das partes da cidade onde se iria processando a mudança de ciclagem nesse período de transição; preparação da nova rede de distribuição de eletricidade; além de:

- Preparação psicológica da população para uma compreensão da importância do problema e do seu vulto.
- Encaminhamento, a cada uma das indústrias e a cada um dos domicílios (nominalmente), de instruções sobre o procedimento com a troca de peças etc., de suas máquinas ou equipamentos, de modo a tornar exequível a mudança da frequência (COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1963, p. 17).

Se a “festa do século” ritualizou, em feições midiáticas, o prestígio governamental amealhado com a linha de transmissão entre Paulo Afonso e Fortaleza, a análise dos engenheiros – anterior à celebração em quase dois anos – apontava a complexidade daquele grande empreendimento e deixava claro (ao leitor contemporâneo) que, malgrado seu valor simbólico e proeza técnica, a transferência de energia seria apenas uma entre diversas outras ações necessárias ao tão esperado usufruto do potencial elétrico em escala mais ampla. A propósito, a enxurrada de telefonemas à companhia local de força e luz, ante a inauguração do acesso à nova fonte geradora, trouxe indícios de quão importante – e, ao mesmo tempo, insuficiente – teria sido o trabalho de predisposição dos espíritos em face do nascente panorama tecnológico.

Os benefícios provenientes da fonte hidráulica tinham um preço que, embora concentrado nos orçamentos federal e estadual destinados ao Plano de Eletrificação do Ceará, também foi pago diretamente por consumidores industriais, comerciais e particulares. À guisa

de exemplo, mencione-se o custo estimado entre três e 12 mil cruzeiros para adaptação aos 60 ciclos de uma bomba de água – máquina utilizada no serviço de abastecimento municipal e também encontrada em milhares de imóveis da cidade àquela época. Aos comerciantes que possuísem refrigeradores grandes, balcões frigoríficos e câmaras frias, a despesa era da ordem de três mil cruzeiros por unidade. Certos aparelhos de raio X deveriam sofrer modificações orçadas entre 30 e 35 mil cruzeiros, enquanto cada máquina de lavar roupa obrigaria ao proprietário um dispêndio médio de dez mil cruzeiros. Quantias que, em geral, não eram módicas, se comparadas a outras cifras em voga. Naquele março de 1963 – quando a Chesf concluiu seu estudo – uma geladeira Electrolux, usada e em ótimo estado, era anunciada a 60 mil cruzeiros e uma máquina de costura Philips custava 24 mil cruzeiros. Por seu turno, uma oferta de emprego para copeira e para engomadeira estabelecia a remuneração de quatro mil cruzeiros mensais (O POVO, 5, 7, 28 mar. 1963). Nesse mesmo ano o salário mínimo, então estabelecido com variações regionais, alcançava na capital cearense o valor de 14.700 cruzeiros (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1963, p. 278-279).

Em vista desses preços e estípidios, deduz-se que, embora não fossem proibitivos aos mais abastados, os gastos na conversão dos utilitários elétricos estavam longe de ser tidos como irrisórios, deixando uma lacuna sensível no bolso dos habitantes. Em contrapartida, à empresa distribuidora de energia caberia o ônus de proceder à aferição de cada um dos cerca de 60 mil medidores de consumo existentes na cidade, pois a conversão de frequência interferia no seu mecanismo de precisão, requerendo assim a remoção, cotejo e reinstalação daqueles aparelhos que, estimava-se, implicariam um gasto aproximado de 48 milhões de cruzeiros.

Observado em contexto mais amplo, esse conjunto de medidas se manteve, contudo, nos bastidores da efervescência criada com o novo quadro energético que se descortinava para o Ceará e, particularmente, para sua capital, em nada ofuscando o clima de entusiasmo em torno daquele fato técnico. Afinal, a extensão da eletricidade gerada em Paulo Afonso fora objeto de uma batalha política de larga reper-

cussão no cenário estadual, cujo desenrolar adquiriu maior intensidade a partir do meado dos anos 1950. Tratava-se de reafirmar a necessidade de inscrever o território cearense no processo de modernização produtiva do país, cujo impulso, deflagrado após o fim da Segunda Grande Guerra, foi acentuado sobretudo durante o governo Juscelino Kubitschek (1955-1960).<sup>11</sup> Para tanto, havia reconhecimento unânime, por parte dos grupos dirigentes locais, da premência em solucionar a questão do suprimento de energia elétrica – insumo fundamental ao incremento da industrialização regional e componente decisivo à viabilidade do crescimento urbano. Não obstante, as divergências no modo de atacar o problema foram de tal monta que terminariam por desencadear uma disputa acirrada, movida por debates e polêmicas, na qual sobressaíram duas facções cujos pontos de vista traduziam um

---

<sup>11</sup> Convém observar que, se a tônica industrializante ganhou maior e concentrada repercussão no governo JK, o entendimento quanto à necessidade de induzir programas de diversificação produtiva já se mostrava nitidamente em administrações anteriores. A questão do desenvolvimento econômico envolvia uma gama de variáveis, não raro suscetíveis de divergências entre os formuladores das diretrizes políticas. Um dos pontos incontornáveis da discussão em torno da modernização brasileira, no pós-guerra, concernia ao grau e extensão de participação dos capitais externos e de ingerência do setor público no campo econômico (SINGER, 1995). A esse respeito, mencionem-se certas proximidades entre o segundo período Vargas e o governo de Kubitschek, entre as quais a criação de órgãos de Estado – BNDE, Petrobras, Sumoc, Sudene – dedicados a favorecer e impulsionar projetos de industrialização, em âmbito diverso ou em ramos específicos, fortalecendo discursos nacionalistas. O historiador Carlos Fico comentou a diversidade de perspectivas que mobilizaram, durante o período democrático (1946-1964), projeções de transformação estrutural do país: “Os debates sobre os caminhos que o desenvolvimento brasileiro deveria trilhar assumiram, com o passar dos anos, fortes conotações ideológicas, como não poderia deixar de ser. A frustração das expectativas do governo Dutra em relação ao estabelecimento de um patamar especial de relações com os Estados Unidos, tanto quanto a compra da ‘sucata’ ferroviária inglesa e a apresentação do projeto do Estatuto do Petróleo, puseram em cena noções como ‘soberania nacional’ e arroubos nacionalistas de desenvolvimento autônomo. Distinguir-se-iam ‘entreguistas’ e ‘nacionalistas’. Tal simplificação, corriqueira no debate político, não traduzia evidentemente a efetividade das políticas de poder: mesmo os governos de viéses nacionalistas não poderiam prescindir do capital estrangeiro (como se veria no primeiro ano do segundo período Vargas), tanto quanto os que estiveram abertos ao capital estrangeiro não bloquearam totalmente tendências estatizantes (foi o caso da Comissão do Vale do São Francisco durante o governo Dutra), nem abdicaram dos rendimentos políticos da manutenção de uma retórica nacionalista (caso de todo o governo Kubitschek)” (FICO, 2000, p. 173).

conflito mais profundo, no bojo mesmo do quadro econômico e da hierarquia urbana vigente.

Um grupo exigia, o quanto antes, a irradiação dos fios de Paulo Afonso até o vale do Cariri, na porção meridional do estado, o que seria facilitado pela maior proximidade da fonte geradora e pela localização daquele território na área de concessão da Chesf. Outro grupo pleiteava a urgência de uma solução técnica que, contrariando os planos iniciais daquela companhia, permitisse estender o alcance da energia hidrelétrica a diversos pontos do Ceará situados fora do perímetro por ela atendido, entre os quais uma série de municípios incrustados nos sertões e a própria capital. Para os primeiros correligionários, tendo à frente os deputados Colombo de Sousa e Wilson Roriz, era imperativo providenciar a eletrificação do Cariri com a maior rapidez, dotando o vale de uma ponderável vantagem competitiva em relação às zonas vizinhas. Conforme sua avaliação, os clamores pela abrangência acrescida dos beneficiários da eletricidade produzida no leito do São Francisco consistiam numa ameaça às pretensões econômicas do sul do estado, pois implicariam ônus sensível dos projetos técnicos e indesejável retardo na condução das obras. Dessa forma, alegavam como inaceitável o sacrifício de um dos núcleos mais prósperos do Ceará em proveito de uma ideia pouco ou nada factível, sob seu prisma, ocultando assim motivações “das forças econômicas da capital, que nunca viram com bons olhos o desenvolvimento do Cariri” (RORIZ, 1957, p. 8-9).

Já os defensores do plano geral de suprimento energético, liderados pelo deputado Virgílio Távora e o governador Paulo Sarasate, verberavam a exclusividade conferida àquela região, dispostos a uma intensa mobilização política cuja pressão devesse assegurar anuência federal, recursos públicos e adaptações técnicas capazes de disseminar, conforme seu argumento, os melhoramentos da transposição elétrica, a serem espargidos em amplas parcelas do estado e sem franco prejuízo do Cariri. Consideravam ainda, embora sem expô-lo claramente, o impacto dissolvente que um sistema energético fracionado acarretaria na configuração da economia cearense, cuja liderança pertencia à capital. Historicamente aquele vale, situado na chapada do Araripe, fora marcado pela predominância de relações comerciais e culturais com o vi-

zinho estado de Pernambuco. A ligação ferroviária entre Juazeiro do Norte e Fortaleza, estabelecida na década de 1920, teve seu papel no escoamento das safras rumo ao litoral e no abastecimento de artigos importados, mas o tráfico crescente das mercadorias padecia graves contratemplos, nos decênios seguintes, haja vista a insuficiência das vias de transporte rodoviário e a demora nos trabalhos do porto de Fortaleza (CAMPOS, 1981, p 12). Afora isso, a preeminência da praça de Recife, capaz de maior atratividade e detentora de fluxos de capitais mais vultosos, permanecia notória sobre o assim chamado “celeiro do Ceará”. Ora, temia-se que a enxurrada energética de Paulo Afonso sobre o Cariri, sem a ulterior e pronta difusão à capital, desencadeasse entre ambos um distanciamento profundo e dificilmente reversível, no tocante às transações mercantis e à produção agrícola e manufatureira, ou mesmo provocasse a transferência de algumas fábricas de Fortaleza para aquela área, como de fato se verificou entre 1962 e 1963, em razão de ali já chegarem os cabos da cachoeira do São Francisco. Esse panorama negativo era entrevisto já em 1956, com ênfase posta sobre o preço da eletricidade como um dos elementos determinantes do custo de produção:

Temos [em Fortaleza] um salário mínimo superior ao pago na zona do Cariri e, com quiloote cinco vezes e meia mais baixo do que o nosso, em breve, se não se estender até aqui o benefício da CHESF, estaremos nesse dilema: ou as fábricas de Fortaleza mudam-se para o Cariri ou fecham as suas portas diante da forte concorrência que por certo se verificará (CORREIO DO CEARÁ, 12 out. 1956).

Na mente de certos administradores e autoridades, a limitação da matriz hidráulica à faixa meridional significava um rude golpe na busca de integração do espaço econômico cearense. Salientava-se a necessidade de equacionar certo equilíbrio entre as diferentes localidades, “do qual não podemos prescindir, seja por considerações de ordem econômica, seja por questão de justiça, pois seria falta de equidade dar a uns os meios para a conquista do progresso e a outros negar esses meios, condenando-os a atraso eterno” (O POVO, 30 dez. 1961). O estado, até

então predominantemente servido por centrais térmicas de alcance municipal, defrontava-se com a iminência de uma realidade técnica que teria efeitos outrora impensados sobre o arranjo de sua estrutura produtiva, na medida em que propiciava articulações mais complexas e envolventes entre áreas pouco conectadas do território: trechos outrora isolados estariam, em alguns anos, vinculados uns aos outros sob a égide de uma grande rede distribuidora. E, ecoando a noção vigente, assim como ver-se contemplado com as conveniências de um sistema elétrico portentoso embalava novas perspectivas de riqueza e dinamismo, estar à margem dele semelhava o prenúncio da estagnação. “Com energia, apesar do *handicap* sofrido todos esses anos, o Ceará, como manifestou esperança o governador Virgílio Távora, poderá vir a tornar-se o estado mais importante do Nordeste” (CORREIO DO CEARÁ, 24 jan. 1964). Em contrapartida, um mapa divulgado em 1957 denunciava suposta remodelação no projeto da linha de transmissão, ficando o Cariri isolado da grande rede energética nordestina, que chegaria a Fortaleza por meio de uma extensão alternativa via Campina Grande (RORIZ, 1957). Como todo sonho coletivo, o almejado acesso à usina do rio São Francisco era pródigo em criar miragens e fantasmas.

O dilema energético assumia proporções agigantadas no debate econômico regional, fomentando esperanças a par e passo com temores de uma envergadura desconhecida. E essa mudança de escala no aparato tecnológico, destinado a transmitir cargas elétricas a grandes distâncias, infundiu o tópico “energia” de um valor simbólico inaudito, acoplado à retórica do desenvolvimento e atuando como um potente catalisador de anseios coletivos. Afinal, a polêmica travada entre aquelas duas facções que tinham em mira os quilowatts de Paulo Afonso recrudescera, na esfera pública, um sentimento de urgência – o de que não havia mais tempo a perder – posto sobre a imagem de fundo de uma marcha, ou melhor, de uma corrida. E a corrida, como advertiu um crítico contemporâneo, é por definição um processo eliminatório: cria vencedores e vencidos, e o triunfo de um se alimenta precisamente da derrota dos demais (VIRILIO, 1998).

Eventos relacionados a projetos de energia no território estadual passaram a receber maior atenção pública alhures e, por conseguinte,

converteram-se em circunstâncias altamente propícias àqueles treinados no cálculo das rentabilidades políticas. Foi essa nova conjuntura que trouxe ao Ceará, em julho de 1959, o marechal Teixeira Lott, então ministro da Guerra e candidato recém-indicado à presidência da República pelo Partido Social Democrático. Personalidade destacada em nível nacional, o militar, aqui empreendendo o primeiro ato público de sua campanha, veio assistir à solenidade de implantação do potencial elétrico de Paulo Afonso, realizada em Juazeiro do Norte e que ficaria conhecida por “festa do poste” (OLIVEIRA, 1988, p. 289). Tratava-se do fincamento simbólico do primeiro poste a ser inserido na nova rede, em meio às festividades do aniversário daquele município, e que um jornal definia “como marco de uma nova era para o desenvolvimento econômico da região do Cariri” (UNITÁRIO, 25 jul. 1959). Além de Lott, o mandatário do estado e o ministro da Justiça também tomaram parte no programa cívico. O prestígio gerado por tais efemérides acendeu ora em diante uma avidez que ultrapassava os limites do estado e da região, contando com os pleiteantes ao Executivo federal e com membros do alto escalão do governo.

Nesse mesmo contexto, em discurso proferido na Assembleia Legislativa e fazendo menção à comemoração no Cariri, o deputado opositor Guilherme Teles Gouveia recriminaria em 1960 o governador Parsifal Barroso por ter colhido – em meio a vasta audiência composta pela comitiva Lott, diversas autoridades e “turistas da República” – os louros de um trabalho que, segundo ele, tinha nos dois administradores precedentes os reais benfeitores. Nos termos do parlamentar, o atual governo estava a “fazer cortesia com o chapéu alheio” (GOUVEIA apud CEARÁ, 1980, p. 66).

De permeio à campanha pela eletrificação, desenrolava-se assim outro combate (de não menor relevo) sobre a tentativa de esboçar um relato memorável em torno daquele processo de modernização, instilando epítetos novos para dar conta das recentes figurações de protagonismo: “Pode-se afirmar, sem desrespeito à verdade histórica, que pelos seus esforços vigentes, desde o primeiro instante de sua administração, o governador Virgílio Távora [1963-1967] foi realmente o ‘Governador da Eletrificação’” (CEARÁ, 1980, p. 85). E, não à toa, a administração

estadual providenciou, logo após a conclusão dos trabalhos de transposição da energia da Chesf, o lançamento de um livro – *A eletrificação no Ceará* – incumbido de perpetuar uma determinada versão dos acontecimentos que, desde os anos 1950, agitaram a arena política por ocasião da luta pelo acesso ao potencial hidrelétrico. Como se percebe, a crescente integração do espaço nacional pela execução de grandes projetos técnicos compreendia, entre seus efeitos não programados porém nada surpreendentes, o despertar de rivalidades mais virulentas na luta pelo poder.

Mas a inclusão ostensiva da temática energética na seara do embate político e das estratégias eleitorais não era inédita. Bastaria citar, a título de exemplo, o momentoso processo de desapropriação da empresa britânica Ceará Light em 1948 e a correspondente indenização a cargo da edibilidade, determinadas por decreto federal, a que reagiu prontamente o então prefeito Acrísio Moreira da Rocha, reunindo pareceres e documentos contrários àquela medida e solicitando diretamente ao presidente Eurico Gaspar Dutra que a questão fosse examinada em âmbito federal, por meio do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. A decisão desse órgão pela inconstitucionalidade do decreto foi acatada pelo chefe da nação, que resolveu deliberar a encampação da companhia inglesa pela Prefeitura de Fortaleza. Da atuação firme em defesa do erário da cidade contra as reivindicações compensatórias dos acionistas britânicos, colheu o prefeito popularidade notável, cuja permanência, na lembrança dos moradores da capital, favoreceu nova vitória no pleito de 1954, tornando-se ele outra vez chefe do Executivo municipal. Ou se mencione, ainda, a escolha de uma solução local para o problema da energia como um dos itens principais da pauta de campanha de Paulo Cabral de Araújo que, exercendo o cargo de prefeito entre 1951 e 1955, entregaria à cidade, no crepúsculo do mandato, o que seria reputado por muitos como o principal legado de sua gestão: uma nova usina térmica (construída no bairro do Mucuripe) para fazer frente ao crescimento da demanda de eletricidade (LEITE, 1996, p. 141-146, 169-173; CAMPOS, 1981, p. 11). Outrossim, pronunciamentos dos governadores ao longo dos anos 1950 e 1960 indicavam a progressiva assidui-

dade da questão energética na esfera dos assuntos eminentes a que, doravante, os administradores e detentores de altos cargos eletivos dificilmente conseguiriam se furtar.

Com efeito, esse aumento de visibilidade do potencial elétrico junto à opinião pública resultava não apenas da situação precária que padecia o cenário estadual – evidente no encarecimento da tarifa e nos racionamentos e cortes de energia usualmente praticados em Fortaleza –, mas era largamente insuflado por um contexto de forte emulação, comandado pelas elites regionais, no sentido de promover a modernização econômica do Nordeste e assim refrear o agravamento das disparidades entre ele e os centros mais prósperos do país. Portanto, à medida que os estados nordestinos foram colhendo os benefícios da energia gerada ao longo do rio São Francisco e incrementando suas condições de atração do capital industrial, crescia em dramaticidade o discurso relativo ao panorama vislumbrado para o Ceará, posto na contingência de ver ainda mais comprometidas as suas já limitadas possibilidades competitivas no mercado nacional de bens manufaturados.

Convém esboçar, em breves linhas, o percurso tortuoso do Ceará rumo à eletrificação assegurada pela central de Paulo Afonso. Antes de mais, recorde-se que o despertar de uma consciência pública quanto ao papel transformador desempenhado pela eletricidade não pode ser desvinculado dos esforços para o aproveitamento em larga escala do potencial energético da bacia do São Francisco. É certo que no Brasil, desde a década de 1910, houve impulsos recorrentes voltados ao incremento da geração hidráulica (a cuja frente estiveram o grupo anglo-canadense Light e o grupo norte-americano Amforp), que, nos anos 1920, já respondia pela maior parte da eletricidade produzida, suplantando a matriz térmica (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988). Porém, a quase totalidade dessa inversão de capitais e consequente montagem de infraestrutura privilegiou o eixo dinâmico da economia do país, situado especialmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. As demais áreas (entre elas a região Nordeste), pelo menor interesse de mercado que suscitavam e

pelas dificuldades técnicas da exploração hídrica, terminaram servidas preponderantemente por centrais termelétricas, em geral incapazes de um suprimento eficaz e regular da demanda crescente nos principais centros urbanos regionais. Somente na década de 1940, sob a égide de maior regulação e ingerência do Estado no setor de energia elétrica, dar-se-iam os passos iniciais – e decisivos – na remodelação das políticas públicas para aquele segmento. Nessa conjuntura uma das medidas mais expressivas consistiu na criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, nos últimos dias da ditadura varguista, pelo decreto-lei n. 8.031 (3 out. 1945). Empresa federal concebida para proceder à geração e transmissão da energia mediante a exploração do leito e quedas de água do rio São Francisco, a Chesf foi organizada pelo Ministério da Agricultura e iniciou propriamente suas atividades em março de 1948, tendo por missão prover o abastecimento elétrico da região Nordeste. O advento da companhia assinalou ainda o delineamento de um novo modelo para o setor de energia elétrica: doravante a tendência de expansão foi orientada pela separação entre as atividades de geração e transmissão, progressivamente colocadas a cargo de empresas públicas, e as de distribuição, realizadas pelas concessionárias privadas ou por companhias estaduais; por seu turno, o esquema de produção energética se pautou na concepção e execução de grandes hidrelétricas para alimentar as redes distribuidoras (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988, p. 95-97). A formação da Chesf significou igualmente uma guinada substancial na política do Estado brasileiro para o Nordeste: daí em diante, a exploração energética do vale do São Francisco passaria a carrear a maior parcela dos programas e investimentos federais na região, sendo que até então estes haviam convergido notadamente para o combate às secas – ação de que o Ceará foi um dos maiores beneficiários na primeira metade do século XX. Tanto assim que, ao avaliar em retrospecto os efeitos do emprego da matriz hidráulica nesse estado, o historiador Geraldo Nobre invocaria não apenas seu aspecto econômico, mas o cumprimento do que se considerava uma reparação aos danos resultantes da mudança no planejamento governamental:

Para o Ceará, a energia de Paulo Afonso não era apenas uma opção econômica, de luz e força a um preço, e sem os sobresaltos de crises frequentes de suprimento, que possibilitasse a integração no desenvolvimento do país, a salvo de uma inferioridade cujos efeitos danosos não tardariam a reverter em prejuízo da própria economia nacional, pelo subemprego de uma das parcelas mais laboriosas da população brasileira.

Seria a hidroeletricidade gerada em Paulo Afonso, para o Ceará, a indenização pelos prejuízos sofridos e, sobretudo, a sofrer, em decorrência de uma nova política para o Nordeste, focalizada no aproveitamento do vale do São Francisco, e não mais no combate aos efeitos das secas, cujo órgão específico – o DNOCS – concentrava suas atividades onde esses se faziam sentir com maior intensidade (NOBRE, 1981, p. 155).

A primeira obra de vulto da Chesf foi a construção da usina de Paulo Afonso I, começada pouco depois da instalação da companhia e inaugurada em janeiro de 1955, de modo a garantir de imediato o atendimento à demanda dos dois principais centros consumidores regionais – Salvador e Recife. Munida inicialmente de dois grupos geradores que, juntos, somavam a potência de 120 mil kW, a nova central teria, no fim daquele ano, a entrada em operação da terceira unidade projetada, alcançando os 180 mil kW. Proeza técnica da engenharia nacional, aquela hidrelétrica projetou no exterior a capacidade dos profissionais e cientistas brasileiros e se tornou objeto de orgulho dos entusiastas que acentavam um projeto de modernização tecnológica menos dependente de saberes e fluxos de investimentos estrangeiros (KÜHL, 1994). Tratava-se, além disso, de um ponto de inflexão nos rumos traçados para a configuração do setor de energia, pois desde então o Estado passou a atuar não apenas de acordo com seu papel tradicional, isto é, como instância regulamentadora e fiscalizadora dos serviços de força e luz, mas também como um agente econômico de peso nesse ramo vital às pretensões de alavancagem do processo de industrialização. Essa mudança gradativa na ação do poder público se operou num momento em que a própria estrutura produtiva do país experimentava alterações ponderáveis, dado que no pós-guerra se verificou o crescimento acele-

rado de setores industriais mais complexos (como os de bens de capital e de bens de consumo duráveis) que, por sua própria natureza, contribuíram para a ampliação na demanda por eletricidade.<sup>12</sup>

O interesse no emprego do rio São Francisco para a produção de energia não era novo. Data de 1890 o primeiro pedido de concessão destinado àquela finalidade, a que se seguiram outras solicitações no começo do século XX, muito embora nenhuma delas tenha se traduzido em realização prática. O empreendimento inaugural da geração elétrica a partir do grande curso de água se deu em 1913, por iniciativa do industrial Delmiro Gouveia, que mandou construir uma pequena usina para abastecer sua fábrica de fios e linhas e a vila erguida para os empregados, no interior de Alagoas (LEITE, 1996, p. 150-151). Passariam mais de trinta anos para que houvesse a retomada efetiva do propósito de colocar aquele rio a serviço do incremento energético regional. Com a criação da Chesf e a execução das centrais hidráulicas de grande porte, o governo federal assumia uma posição de vanguarda no projeto de fortalecimento da integração econômica do Nordeste por meio de investimentos voltados à melhoria da infraestrutura no que tange à energia elétrica. Ampliava, portanto, sua capacidade de planejamento e gestão das mudanças em curso no perfil produtivo da região, o que incluía incentivos fiscais e condições mais adequadas à implantação de um parque industrial.

Ocorre que, nos primeiros anos, a Chesf concentrou sua atuação, em termos de estudos, projetos e obras, apenas em alguns estados – Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba –, e o que fora idealizado como um instrumento de desenvolvimento regional, à vista do receio de abandono das demais unidades nordestinas, passou a ocupar o

---

<sup>12</sup> “Um dos traços fundamentais da economia brasileira no período 1945-1962 é a gradual perda de importância do setor tradicional, constituído pela produção de bens de consumo não duráveis (indústrias alimentícia e têxtil), e a formação e/ou o rápido crescimento paralelo dos setores de bens de consumo duráveis (aparelhos eletrodomésticos e máquinas de pequeno porte) e de bens de capital e insumos básicos (aço, cimento, equipamentos elétricos pesados, produtos químicos). Esses novos setores apresentavam um coeficiente de demanda por energia elétrica bem superior ao do setor tradicional, provocando uma brusca e acentuada elevação do consumo” (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988, p. 117).

centro de controvérsias em profusão, gerando dissonâncias entre o discurso revestido de competência técnica – dos engenheiros da companhia – e as vozes combativas – de figuras políticas e administradores – que tomaram para si a defesa dos interesses das áreas não contempladas pelo novo sistema elétrico. Considera-se que o ponto de deflagração do debate sobre o andamento da energização do território cearense residiu nas declarações feitas pelo economista Colombo de Sousa em 1949, ao observar que o estado não constava dos planos da Chesf, ficando portanto excluído do perímetro a ser atendido pela grande usina nos próximos anos (CAMPOS, 1981). Mesmo o vale do Cariri, no sul do estado – situado dentro da área de concessão da companhia geradora, que era delimitada por um raio de 450 km a partir da cachoeira de Paulo Afonso – não figurava nos projetos de expansão do fornecimento da energia produzida no rio São Francisco. A divulgação da notícia teve pronta repercussão, com entidades e personalidades da região se articulando em torno do Comitê Pró-Eletrificação do Cariri, formado no mesmo ano para exigir o benefício da matriz hidráulica.

Nos anos seguintes, a apreensão se acentuou quando, ao se dar publicidade à conclusão dos trabalhos da Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, salientava-se a recomendação por ela feita de prover a energização do sul do Ceará em base térmica (CEARÁ, 1980, p. 11). Tal proposta, se efetivamente aplicada, seria entendida como um embaraço ponderável às perspectivas da indústria regional, que então dependeria de um sistema de geração mais dispendioso, se comparado às localidades atendidas pela central de Paulo Afonso.

A Missão Abbink, como também ficou conhecida aquela comissão que, em 1948 e 1949, reuniu técnicos norte-americanos e brasileiros, tinha o propósito de elaborar um amplo diagnóstico econômico do país, identificando os principais obstáculos ao seu desenvolvimento e propondo soluções que conduzissem à melhoria de sua condição, tendo por base a observância de um planejamento dos diversos segmentos produtivos. Em relação ao setor elétrico, a comissão recomendava o aumento da capacidade geradora para dar viabilidade ao incremento da economia, mantendo uma disposição nitidamente favorável à atuação da iniciativa privada e à penetração do capital estrangeiro.

A produção e a distribuição de eletricidade deveriam ficar a cargo de companhias particulares, organizadas de tal maneira a garantir a ampliação do setor com investimentos desatrelados dos fundos públicos. Ao Estado competiria tão-somente o papel de concessão e regulação dos serviços – orientação bastante diversa daquela gradativamente adotada pelo poder público a partir da criação e organização da Chesf em 1945. Malgrado a divulgação de seus trabalhos e apreciações, a Missão Abbink praticamente não gerou efeitos concretos (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988, p. 122-123). Sua sugestão de equacionar o abastecimento elétrico do Cariri mediante a construção de unidades térmicas provocou grande inquietação junto a lideranças regionais e representantes políticos do Ceará, que, em 1952, obtiveram, do presidente Getúlio Vargas, a indicação de que estavam em curso procedimentos para estender o potencial da usina de Paulo Afonso ao sul do estado.

Inaugurada a grande central hidrelétrica e efetuada sua ligação com algumas das capitais nordestinas – Salvador, Recife, Maceió, Aracaju e João Pessoa –, a Chesf anunciou, em 1956, a inclusão do Cariri nos planos de expansão energética. O projeto da linha de transmissão, em tensão de 132 kV, traria ao vale a eletricidade de Paulo Afonso até o fim de 1957, conforme as projeções mais otimistas, acarretando todavia uma impossibilidade técnica: a de futuramente assegurar o suprimento de outras partes do Ceará mediante o prolongamento da linha. A notícia se converteu no estopim de um conflito político que ecoaria, com maior ou menor intensidade, nos dez anos seguintes, indispondo as forças do Cariri com o grupo que pleiteava revisão na decisão técnica da firma estatal, com o fim de levar o aporte hidrelétrico ao conjunto do território cearense. Na cartilha do desenvolvimento econômico em voga – posta em evidência com o Plano Salte (1948), as Missões Cooke (1942) e Abbink (1948), e transformada numa autêntica bandeira de luta durante o governo JK e seu famoso Plano de Metas –, a energia ocupava um lugar destacado e ganhava o estatuto de um fator de produção estratégico, especialmente no fomento à indústria de base, em fase de acelerada implantação no país desde a década de 1950 (FAUSTO, 1995). Sob uma atmosfera atravessada por rápidas mu-

danças na economia, na cultura e na demografia, a questão energética assumiu exponencial relevância – o que ajuda a entender por que o referido projeto de um sistema elétrico exclusivo para o Cariri conseguiu promover tamanho mal-estar na seara política estadual. Afinal, o que a uns se afigurava como o ingresso no esquema produtivo moderno – “transformando todo o ‘hinterland’ nordestino numa magnífica fábrica” (RORIZ, 1957, p. 16) –, a outros implicava um interdito à participação nessa realidade nova, marcada pela eletricidade disponível numa escala sem precedentes.

Composta, ainda em 1956, uma ampla frente em que se juntaram o governo estadual, os senadores e a bancada federal do Ceará, foi possível aprovar uma alternativa ao projeto apresentado pela Chesf, e que foi oficialmente denominado Plano de Eletrificação Total do Estado. Este consistia basicamente em construir o sistema Cariri de modo a torná-lo apto para operar, quando necessário, em tensão de 220 kV, e não em 132 kV, como estipulara a empresa estatal. A mudança permitiria que, uma vez posta em funcionamento a ligação entre Paulo Afonso e a zona sul cearense, a energia da hidrelétrica alcançasse paulatinamente as demais regiões do estado, à medida que fossem estabelecidos prolongamentos daquela linha. Mas a solução encontrada, longe de formar um amplo consenso, seria duramente criticada e dividiria opiniões, tanto pelo seu custo mais elevado e pela consequente demora na execução, quanto pelo temor de que o abandono do esquema originalmente proposto redundasse num atraso demasiado, visto que outros projetos em paralelo teriam agora precedência, afastando o Ceará para a retaguarda da pauta administrativa. Falava-se que o novo empreendimento implicava mais cinco a seis anos de espera até que o estado começasse a receber o potencial de Paulo Afonso, ao passo que o anteriormente traçado estaria concluído em apenas 18 meses. Os defensores da alteração técnica retrucavam e, munindo-se dos esclarecimentos prestados por um dos diretores da companhia energética, afiançavam que a ligação Paulo Afonso – Ingazeiras (sul do Ceará) e a subestação aí montada demandariam dois anos e a ultimação da linha de subtransmissão entre esta e as cidades de Crato e Juazeiro do Norte, outros dois anos. Portanto – afirmavam – o zelo com o plano em 132 kV não se justifi-

cava, pois em menos de quatro anos não veria aquela região qualquer efeito das melhorias preconizadas, sendo necessário um acréscimo de aproximadamente dez meses para readequar o sistema elétrico à voltagem mais alta. Como se percebe, o calendário prospectivo dançava ao sabor dos pontos de vista em colisão, cumulando esforços para aproximar o tempo presente do horizonte futuro.

A facção empenhada na manutenção do plano da Chesf denunciou inclusive o emprego indevido, em outras obras, das verbas aprovadas para a eletrificação do Cariri, destacando igualmente que parte dos materiais já adquiridos com vistas àquela linha de transmissão fora deslocada para outros sistemas elétricos em fase de implantação, como os existentes no Rio Grande do Norte. O próprio comando da estatal se pronunciou, num primeiro momento, contrário às modificações estruturais no transporte de energia para o Ceará. Seu presidente, o engenheiro Alves de Sousa, em exposição de motivos ao Gabinete Civil do Presidente da República (18 set. 1956), afirmava que “não havia impossibilidade técnica para a solução por eles [representantes do Ceará] sugerida, mas que a Diretoria da CHESF julgava aquela solução antieconômica e de molde a retardar a construção do Sistema do Cariri, visto como novos estudos e novas providências seriam necessárias, em face da mudança de orientação” (SOUSA apud RORIZ, 1957, p. 41). O diretor geral Otávio Marcondes Ferraz endossava essa consideração e aduzia que a realização de uma linha de transmissão tão extensa em 220 kV – como a que uniria Paulo Afonso a Senador Pompeu (no sertão central do estado), via Ingazeiras – acarretaria a geração de fortes cargas reativas, resultando na ocorrência de problemas técnicos sobre todo o sistema elétrico abastecido pela hidrelétrica, exigindo uma série de medidas, em termos de equipamentos e pessoal especializado, que encareceriam mais a operação na linha-tronco. Afora isso, para transmitir eletricidade naquela voltagem, seria necessário adquirir um terceiro grupo gerador para a usina, implicando outro gasto de vulto. Segundo os cálculos da companhia, o custo médio do kWh seria de Cr\$ 2,00 – preço elevado, mormente se cotejado com os Cr\$ 0,32 estimados para cada kWh, caso se adotasse a proposta de uma central térmica com potência de 50 mil kW. A isso se contraporía, em seguida, projeção de um partidário do Plano

de Eletrificação Total, que fixava em no máximo Cr\$ 1,30 o valor a ser pago pelo kWh na capital cearense (CORREIO DO CEARÁ, 16 out. 1956). No contexto da disputa, também os números se tornavam armas de defesa e ataque. Por fim, o engenheiro Ferraz encerrava seu parecer sem rodeios: “Por estes motivos, acho que é grandemente desaconselhável a solução de se executar o plano proposto, mesmo sem se considerar as despesas e as dificuldades que existiriam para se levar a energia, como se pretende, muito além de Senador Pompeu” (FERRAZ apud RORIZ, 1957, p. 50).

Após a mobilização quase unânime dos parlamentares cearenses, reforçada pelo apoio do governo do estado, a nova proposta de energização foi aprovada no Congresso Nacional em 25 de agosto de 1956. Um dos jornais de Fortaleza enalteceu o fato e desenhou o que semelhava a ruína iminente do Ceará, em face da manutenção de seu panorama elétrico:

Doía ver a febre de eletrificação que domina a maioria dos estados brasileiros, e o Ceará sem qualquer esperança de ter outras usinas que não fossem as que já possui atualmente, pobres e sem a menor expressão. Essa situação de inferioridade agravou-se ainda mais quando Pernambuco e outras unidades nordestinas passaram a receber a energia de Paulo Afonso, deixando o nosso estado inteiramente isolado das possibilidades de rápida industrialização que passaram a existir na região. O Ceará viria fatalmente a ser o estado mais atrasado do Nordeste se a Hidroelétrica de São Francisco tivesse podido continuar em sua determinação inicial de deixá-lo praticamente à margem de seus serviços (CORREIO DO CEARÁ, 27 ago. 1956).

Tendo a reformulação do sistema Cariri merecido parecer técnico favorável do secretário-geral do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, o presidente Juscelino Kubitschek autorizou a consecução do Plano de Eletrificação Total em 20 de dezembro de 1956. O custo da obra era de Cr\$ 735 milhões, enquanto o projeto anterior, restrito ao Cariri, estava orçado em Cr\$ 610 milhões (CEARÁ, 1980, p. 24-33). Tal anuência não dissipou, entretanto, divergências terminantes quanto à realização daquele grande empreendimento. Para os espíritos céticos,

tratava-se de mais um item para a coleção cearense de obras públicas que, malgrado sua reconhecida importância, jaziam durante décadas no discurso dos administradores, no labirinto de estudos e projetos, no recesso das repartições federais, na reavaliação sazonal dos órgãos de planejamento, sem contudo virem a ser efetivamente concluídas. As “sinfonias inacabadas” – como o porto do Mucuripe e o reservatório do Orós – pareciam a muitos o atestado cabal de que a breve ligação energética com o potencial da Chesf não passava de matéria para sonhadores. A esse respeito, comentou um jornalista: “O que não posso admitir é que se procure, por esse ou aquele motivo, negar que estamos no Brasil e que, portanto, se possa acreditar na extensão das linhas de Paulo Afonso a Fortaleza antes do ocaso do século que hoje se inicia” (UNITÁRIO, 2 jun. 1957). Outros, mais inclinados ao espaço da tribuna e ao expediente das bravatas, sentenciavam a descrença em termos inequívocos, como o deputado estadual Wilson Roriz em declaração a um diário local: “Se Fortaleza tiver, em 1960, energia de Paulo Afonso, terei o máximo prazer em me sentar numa cadeira elétrica, em plena praça do Ferreira, para receber toda a carga que ela jogar no Ceará. E quero que o Virgílio [adversário político] vá apertar o botão” (UNITÁRIO, 24 nov. 1957). Por aí se nota o grau em que a implantação de um novo sistema técnico foi apropriada como arma – de ataque e imolação – no campo político.

Foram necessários alguns anos para que as dotações orçamentárias e verbas complementares compreendessem o montante dos investimentos à realização do novo projeto. Em julho de 1959, o empreendimento da linha em direção ao Ceará apareceu, pela primeira vez, numa publicação federal. Houve pequenas modificações em relação à proposta vitoriosa de 1956: o tronco oriundo de Paulo Afonso (em 220 kV) teria por destino o município de Milagres (em vez de Ingazeiras), no Cariri, onde se devia construir uma subestação para alimentar a rede de distribuição regional; a sua extensão compreenderia o trecho (em 132 kV) entre Milagres e Banabuiú (e não Senador Pompeu), ainda sob responsabilidade da companhia estatal, e que também requeria a instalação de uma subestação; dali em diante, caberia ao governo do estado tomar as providências necessárias à montagem de uma linha transmissora da

energia para as partes do território descobertas pelo perímetro de concessão da Chesf, além das estruturas necessárias ao aproveitamento daquele potencial pelos consumidores finais – indústria, comércio, serviços e domicílios. Para tanto, fora divulgado um edital para elaboração do Plano de Eletrificação do Ceará (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 2 abr. 1957), a cujo vencedor seria designada a formulação e condução dos projetos.

Em Fortaleza, muitas intervenções técnicas precederam a recepção do aporte de Paulo Afonso. Entre elas, a construção de duas subestações nos arrabaldes da cidade – a primeira em Mondubim, destinada a captar a energia da linha de transmissão; a segunda no bairro da Floresta (batizada com o nome de Presidente Kennedy), incumbida de colher a corrente elétrica da instalação anterior e rebaixar a voltagem, lançando-a na rede de distribuição do município. Entre ambas, foram implantadas duas linhas de subtransmissão. Tanto a conexão quanto a ereção da subestação da Floresta estiveram a cargo da Conefor – empresa de economia mista que administrava o fornecimento de eletricidade à capital cearense. A companhia assumiu ainda a tarefa de encaminhar outras providências para assegurar o aproveitamento adequado do potencial recém-chegado:

Complementarmente, ao longo do tempo, sem deixar o consumidor em racionamento, a CONEFOR desenvolveu um complexo de linhas de subtransmissão para toda a área da capital, a alteração dos padrões da rede primária de 6.600 para 13.200 V, a mudança do sistema de distribuição para 60 ciclos, a substituição de parte da rede de distribuição com mais de trinta anos, o aumento do número e distribuição dos transformadores para assegurar que nenhum consumidor distasse mais de 400 m da fonte, a reforma da rede secundária com substituição dos condutores para a bitola mínima de 4 AWG e a renovação do posteamento, substituindo os defeituosos por postes de cimento (LEITE, 1996, p. 198).

A implantação e funcionamento da linha de transmissão entre Paulo Afonso e Fortaleza foi uma realização técnica de grande escala, por sinal entusiasticamente saudada pelos meios de comunicação e a opinião pública. No entanto, alguns de seus efeitos sobre a sensibili-

dade dos habitantes da capital permaneceram olvidados, por serem tidos como inócuos ou desprovidos de qualquer interesse nos termos do debate desenvolvimentista em voga. No âmbito da cultura sensível, delineava-se contudo uma mudança relevante na relação das pessoas com a energia, pois, enquanto foi mantida em operação, a velha usina da Light, construída em 1912 e posta a funcionar no ano seguinte, emitia uma série de vestígios ligados à produção da eletricidade. Quando de uma greve parcial dos funcionários da companhia inglesa em 1929, depois retratada nas páginas de um romance, assim foi descrita a chegada do personagem principal ao local de trabalho: “Ao defrontar o portão da usina, encontrou-o fechado. Dentro, no largo pátio onde os vagões descarregavam a lenha, não havia sinal de vida. Olhou para o alto da chaminé: não saía o costumeiro canudo de fumaça, que se encurvava, todos os dias, ao sopro do vento do mar” (CARVALHO, 2003, p. 171-172). A quietude da chaminé indicava a paralisação de uma atividade de crescente importância para a vida urbana.

Anterior à usina, o gasômetro – que assegurou a iluminação da cidade entre 1867 e as primeiras décadas do século XX – despertava entre muitos a crença de exalar um odor benéfico aos que padeciam de doenças respiratórias: “Vamos, fecha a boca e toma o ar pelo nariz... É a meizinha pro teu coqueluche...!” recomendava a empregada doméstica que para aquelas imediações levava o cronista Eduardo Campos, ainda criança no início dos anos 1930. Segundo ele, uma vez desativado, o equipamento “não mais atraía os meninos que lhe chegavam ao pé, para aspirar pretense e salutar odor insípido, se assim posso dizer, algo talvez nem do artefato fosse, mas do Poço da Draga, que o odor estava mais identificado com maresia” (CAMPOS, 2003, p. 121-122).

Mesmo com o fim da produção de gás para iluminar casas e ruas de Fortaleza, em meados dos anos 1930, ainda era possível identificar vestígios relacionados ao trabalho da geração de energia, afinal esse insumo não tinha procedência exógena nem chegava como um produto acabado e já pronto para o uso, mas demandava um processo técnico gerido e efetuado em escala municipal. Na década de 1950, havia, perto da central térmica da Light, um trecho onde estava localizado um bar pródigo em ocorrências policiais, cuja alcunha popular remetia à fu-

ligem liberada pela chaminé daquela fonte geradora: “Ali [no bar] também aglomerava-se grande número de operários que trabalhavam na antiga Light, recinto que acumulava maior quantidade da ‘cinza da usina’ proveniente das ‘caldeiras’ que forneciam a eletricidade à cidade, passando tal lugar a ser conhecido por ‘Cinzas’, desprezivelmente” (ALMADA, 2005, p. 48). Embora sugerisse menosprezo, essa designação indicava também o reconhecimento, na fala cotidiana, das mudanças que a geração de eletricidade provocava na paisagem de Fortaleza: o morro achatado, situado nas imediações da usina da Light, fora produto da imensa acumulação, ao longo de décadas, de cinzas oriundas da queima da lenha que alimentava as caldeiras da velha central térmica (CASTRO, 2003).

Uma das inovações correlatas ao suprimento energético advindo da hidrelétrica de Paulo Afonso para a capital cearense consistiu exatamente na eliminação desses rastros outrora corriqueiros e bastante aparentes à percepção dos indivíduos, que por vezes os julgavam benfazejos, por vezes incômodos. Colunas de fumaça, cheiros “insípidos”, pó residual da combustão na usina que cobria a superfície dos imóveis próximos e promovia alterações no relevo: a visão, o olfato e o tato eram particularmente despertados pelas marcas, ainda que fugazes, decorrentes da produção de energia. Marcas que se alastravam também para os tímpanos dos moradores e visitantes, como ressaltaria em suas memórias o pintor e músico suíço Jean-Pierre Chabloz, que conheceu Fortaleza em 1943 e fez alusão ao contínuo “espetáculo” – ou seja, uma articulação de movimentos e sinais deliberadamente voltados à fruição pública – projetado a partir da central da empresa britânica:

Sua energia é fornecida pela velhíssima e um tanto caduca Usina da Light, que zune, eructa, flameja, dia e noite, junto ao Passeio Público. [...] Espetáculo... e concerto também, pois o ouvido, tanto quanto a vista, se deleita, e muito, com as melodias ciclópicas que acompanham o funcionamento dos imensos fornos, das caldeiras enormes e das altas chaminés (CHABLOZ, 1993, p. 35).

Como se nota, mesmo o tamanho descomunal dos equipamentos técnicos e certa conotação mitológica a eles atribuída – sugerindo um

efeito de estranheza e reverência – acabavam sendo atenuados pela frequência com que olhos e ouvidos eram submetidos à contemplação do maquinário em ação. A descrição de Chabloz insinua ainda que, malgrado o aspecto obsoleto da usina, o próprio processo técnico de produção da eletricidade constituía uma atração aos que transitavam nas adjacências, como se permitisse algum tipo de familiaridade com aquela forma de energia, para além de seu viés utilitário.

Igual miscelânea de instantâneos e ruídos, embora com menor envergadura, acompanhou o funcionamento de outras duas unidades geradoras – uma situada no bairro do Meireles, outra nas imediações do porto do Mucuripe – que, nos anos 1950 e 1960, auxiliavam no provimento de energia à capital cearense. Se, na esfera doméstica, a corrente elétrica era alvo de cuidados e preocupações justamente em razão de sua presença pouco evidente, camuflada em tomadas, fios e aparelhos, na dimensão pública, ela costumava deixar indícios ostensivos mesmo para olhos, ouvidos e narizes algo displicentes. Tal situação, porém, tenderia a uma mudança significativa com a integração de Fortaleza ao sistema elétrico irradiado da central de Paulo Afonso, que culminaria na mitigação dos clamores e labores das máquinas antes dedicadas à tarefa de produzir energia para o consumo local. Após 1965, com a oferta de força e luz gerada a setecentos quilômetros de distância, a eletricidade parece ter-se tornado ainda mais discreta e silenciosa do que fora até então.

Mas o advento da energia de Paulo Afonso comportaria outras facetas. Ele impôs mais do que reivindicações articuladas de recursos para as obras. Também não se limitou a desafiar a capacidade técnica dos profissionais envolvidos, nem manteve sua notoriedade circunscrita aos acordos políticos e à mobilização intensa de certos grupos sociais. Os benefícios da nova fonte dependiam ainda de uma reorganização institucional capaz de manter, administrar e expandir os serviços de eletricidade, sem perder de vista a rentabilidade de sua operação. Esse perfil de gerenciamento balizado em empresas de capital mais sólido – de composição mista ou sociedades anônimas –, pautadas em vínculos mais impessoais, inteiradas dos complexos procedimentos da burocracia, estruturadas de modo a obter novos financiamentos para o setor,

foi um dos resultados de relevo, embora pouco aparente, creditados à implantação do novo sistema elétrico.

Com a expectativa do coeficiente hidráulico da Chesf, alguns vislumbravam uma transformação no quadro da economia cearense a que deveriam unir-se novos hábitos de gestão. O jornalista Stênio Lopes, ao preparar uma longa série de artigos sobre a eletrificação, cuidou de traduzir esse anseio de renovação, pautado numa mentalidade declaradamente pragmática. Impulsionado com a formação de uma moderna empresa de energia, o recente paradigma poderia dar combate a certos costumes arraigados, como os do assistencialismo político:

O Ceará precisa de um empreendimento dessa ordem [companhia de energia], capaz de inaugurar entre nós o ciclo das empresas ou sociedades que venham dar nova feição à nossa economia.

Temos que sair da órbita dos negócios limitados de firmas individuais ou pertencentes a um pequeno grupo, geralmente familiar. Necessitamos da participação coletiva do maior número possível de acionistas, em sociedades anônimas e empresas de capital misto, que possibilitem a exploração em escala ponderável dos recursos naturais que ainda quase não começamos a aproveitar devidamente.

O Estado envia continuamente, a mando dos senhores deputados, dezenas e centenas de subvenções a entidades assistenciais e recreativas. A nossa Assembleia, apesar de nela se acharem vários homens de negócio, não encontrou ainda para as suas atividades o clima dos problemas e interesses econômicos do estado.

Vinte ou trinta milhões de cruzeiros aplicados em pequenas obras imediatas de assistência desaparecem quase sem resultado, quando, aplicados numa empresa como essa de eletrificação do estado, dariam um retorno que poderia inclusive possibilitar o atendimento das necessidades da população carecida de recursos financeiros pela segurança do emprego para maior número e pela garantia de melhor e mais barata produção, elevando o nível de vida do operariado e da classe média (CORREIO DO CEARÁ, 8 out. 1956).

Prevalencia, naquele período, uma crença veemente no poder de transformação proporcionado pela eletricidade. Ela imprimia não so-

mente a refiguração da paisagem, da dimensão cotidiana e do aparato produtivo, mas irradiava uma força prodigiosa capaz de tocar a alma coletiva e inscrever, nos traços de uma comunidade, a marca de sua presença. Essa proclamação dos avatares da tecnologia moderna era especialmente cultuada em determinados rituais cívicos, a exemplo daquele no qual se procedeu à inauguração da energia de Paulo Afonso no Cariri, em 28 de dezembro de 1961. Representando na solenidade o presidente da República, o então ministro da Viação Virgílio Távora ressaltava em seu discurso:

Sob o impulso da energia que aqui acaba de chegar, um frêmito de progresso e de transbordante entusiasmo percorre o Cariri e de próximo em próximo esse calor aquecerá todo o estado, sacudido pela febre desenvolvimentista.

[...] O Cariri vai entrar agora na era da industrialização e do progresso emulativo da criação de riquezas e de capacidade produtiva. Com ela experimentará um surto renovador de métodos e processos capazes de elevar os índices de produtividade e de transformar a mentalidade estática da civilização, agrária, ainda hoje presa à lentidão de métodos obsoletos.

[...] Essa renovação de mentalidade, criando o entusiasmo empreendedor, [é] a consequência mais significativa e transcendente da chegada da energia da Chesf ao sul do estado (TÁVORA, 1961, p. 1, 3).

Parecia mesmo tratar-se de transcendência, tal a magnitude da influência atribuída ao novo aporte de eletricidade. Como se a vocação para o movimento, inerente à corrente elétrica, envolvesse irresistivelmente os homens, rompesse sua crisálida, impelindo à mudança, numa dissolução febril das antigas rotinas. O chamado à liquidação da herança agrária realçava inclusive a identidade cunhada entre energia e urbanidade. E, contudo, não se deixaria de prestar certa reverência a essas duas dimensões que, conforme a mitologia moderna, se julgava mais e mais distanciadas – o passado, a natureza.<sup>13</sup> Convidadas a parti-

<sup>13</sup> “[A temporalidade moderna é] uma projeção do Império do Centro sobre uma linha transformada em flecha através da separação brutal entre aquilo que não tem história mas

cipar desse banquete de esperanças e utopias, elas eram invocadas sob uma luz triunfal que acentuava a impressão de domínio dos homens sobre o ambiente. E, em meio à “festa do século”, que tingiu a chegada da energia com os matizes de uma conquista definitiva, a conjunção do passado com a natureza se plasmou numa imagem de profundo conteúdo simbólico: o rio São Francisco. Na cerimônia que marcou o início do fornecimento da usina de Paulo Afonso à capital cearense, em 1º de fevereiro de 1965, Virgílio Távora – agora governador e um dos protagonistas da campanha da eletrificação – enaltecia a importância daquele curso de água na formação histórica do Nordeste:

Modelador de uma raça de fortes e bravos, de comunidades afeitas à luta e ao sofrimento, ciosas dos seus hábitos e tradições, o rio São Francisco transformou-se, graças ao seu potencial hidro-elétrico, representado por Paulo Afonso, no grande instrumento aglutinador da sociedade nordestina, abrindo-lhe, em nossos dias, as perspectivas maiores de civilização e progresso, pela técnica, pela energia, pelo enriquecimento industrial e coletivo (TÁVORA, 1965, p. 2).

O rio reassumia sua mística: a de elemento votado à integração regional e nacional. Outrora permitira a penetração do território, orientando as frentes de povoamento ao longo de suas margens e afluentes, numa ocupação lenta que atravessou séculos. Circundado por uma paisagem bastante suscetível de penúria hídrica, sua presença soberana cresceu inclusive por efeito de contraste. No imaginário do sertão, onde a água é dotada de conotações de bênção e promessa, a mirada do rio portentoso parecia sustentar o fio tênue da sobrevivência. Mas, se o

---

que ainda assim emerge na história – as coisas da natureza – e aquilo que nunca deixa a história – os trabalhos e as paixões do homem. *A assimetria entre natureza e cultura torna-se então uma assimetria entre passado e futuro.* O passado era a confusão entre as coisas e os homens; o futuro, aquilo que não os confundirá mais. A modernização consiste em sair sempre de uma idade de trevas que misturava as necessidades da sociedade com a verdade científica para entrar em uma nova idade que irá, finalmente, distinguir de forma clara entre aquilo que pertence à natureza intemporal e aquilo que vem dos humanos” (LATOURETTE, 1994, p. 70-71 [grifos no original]).

advento da geração hidrelétrica não indicava, ao menos no campo da retórica política, a investidura do São Francisco com uma nova e grandiosa missão, sua função preponderante era bem outra. Não se tratava mais de guiar o desbravamento dos caminhos, prover os peixes da dieta corriqueira, dessedentar o gado, propiciar o cultivo da terra, fixar as populações. Agora, convertido em matéria-prima da indústria de energia, sofrendo desvios artificiais no seu curso em proveito da exploração máxima do potencial elétrico, o rio atestava um complexo processo de domesticação da natureza. Doravante seu valor tenderia a ser equacionado sobretudo em razão dos quilowatts produzidos, suplantando qualquer outro critério. E seu papel integrador, antes aferido pelos afluentes e as áreas inseridas em sua bacia hidrográfica, ora incorporava uma nova escala – a das linhas de transmissão de energia, estendendo-se por centenas e centenas de quilômetros.

Para o Ceará, que no decurso de sua história acumulara um sem-número de tradições e narrativas vinculadas à água e seus prodígios (RIOS, 2003), essa mudança no uso do rio pelos homens possivelmente não estava isenta de significado. Afinal, durante décadas o estado fora servido quase exclusivamente de instalações térmicas de âmbito local para a obtenção de energia. O aproveitamento da matriz hidráulica numa gradação massiva, como a de Paulo Afonso, era ali um fato novo. O acesso aos geradores da grande usina representou a concretização de um acalentado sonho das classes dirigentes, mas talvez implicasse ainda, na percepção de alguns moradores, o surgimento de outra relação com a água, para além dos mananciais que os olhos alcançavam, para além dos registros de fartura e escassez até então monopolizados pelo diapasão da seca.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> É difícil dimensionar qual teria sido o impacto da extensão das linhas de Paulo Afonso na eventual formação de uma sensibilidade capaz de conceber a água não somente como um elemento vital, mas ainda como um meio sobre o qual os homens intervêm para gerar energia em escala industrial. Essa questão foge ao escopo do presente livro, mas não seria inútil salientar que, no contexto de Fortaleza, foi possível localizar um vestígio da percepção do uso de um rio no esquema de produção de eletricidade, elaborado em verso pelo escritor João Jacques: “Na minha terra natal, o rio é o Pajeú. / Faltam-lhe comprimento, largura, volume. / Nasce aqui, morre ali. / E, depois que a cidade cresceu, / ele diminuiu dentro da paisagem, / ameninou-se, / correu para debaixo da mesa, /

Houve também aqueles que, sabendo desconfiar do raciocínio progressista e seus excessos, esboçaram esse elo recente – entre a água, a energia e os homens – no quadro de uma filosofia da história, onde as redes de eletricidade constituíam a contrapartida de fluxos antigos, amiúde postos à sombra da economia hegemônica:

Significaria a extensão dos fios irradiados da usina de Paulo Afonso ao Ceará a retribuição da energia com a qual escravos, alimentados com a carne seca das oficinas do Aracati e do Acaracu, haviam movido as rodas dos engenhos de açúcar de Pernambuco, Alagoas e Bahia; e da luz de velas de sebo, ou de cera de carnaúba, também de fabricação cearense, com que, por muito tempo, habitantes do interior de todo o Nordeste prolongavam a sua jornada de trabalho, ou a vida social, além do pôr-do-sol (NOBRE, 1981, p. 156).

Ao final, não deixa de surpreender que, malgrado seu incontável fascínio, ainda fossem sobre a energia elétrica depositadas tantas e sucessivas projeções de riqueza, harmonia e bem-estar, mesmo nos últimos decênios do século XX. Como a sugerida pelo historiador Geraldo Nobre que, no arremate de um livro, descreveria a eletricidade como uma salvaguarda de nosso quinhão de humanidade, expandindo a margem entre o estado de natureza – que vencemos – e o pesadelo da reificação – que ainda nos acossa:

A energia hidroelétrica de Paulo Afonso daria aos cearenses a segurança de que não regrediriam ao estágio primitivo do *homem animal diurno* acionado pelo canto do galo e vendo apenas à claridade do dia, e do *homem máquina total* dependente em tudo de sua exclusiva energia física e psíquica, ou tendo como única alternativa a exploração do semelhante, reduzido à condição de *coisa*, ou de escravo, em uma sociedade sem futuro, porque sem dignidade (NOBRE, 1981, p. 156).

---

escondeu-se no rabo da saia. // O Pajeú passou a ser simples veia, / a fluir sob a pele do chão, / entre bueiros, canais de pedra, / túneis, abóbadas, // esclerosadamente... // [...] O Pajeú alimentou, muitos anos, / antes da desmama no mar, / as caldeiras da Ceará Light. / E energizou, sem cachoeiras, / no salto químico do líquido para o gasoso, / o centro urbano e a periferia industrial" (BENEVIDES, 1973, p. 300).

Num estudo que se tornou clássico, Thomas Parke Hughes definiu os sistemas elétricos como o maior dos grandes empreendimentos humanos realizados entre os séculos XIX e XX. Pelo entrelaçamento de implicações e conhecimentos econômicos, técnicos e científicos, pela engenhosidade e capacidade de construção requerida, pela ressonância de seus efeitos sobre a vida em coletividade, a formação de uma ampla rede de energia concretizaria e traduziria um esforço de ordenação e integração das sociedades modernas, sem contudo eliminar suas contradições e uma vitalidade dinâmica. “Sistemas elétricos modernos têm a heterogeneidade de forma e função que torna possível a complexidade abrangente” (HUGLES, 1983, p. 1, tradução nossa).<sup>15</sup> Em determinados contextos, onde tais estruturas técnicas eram um dado novo ou a conquistar, mesmo essa descrição monumental não conseguiria dar conta do significado vertiginoso e da escalada de transformações que, como que atraídos por um magnetismo potente, aderiam à imagem dessa força revestida de prodígio que era a eletricidade. Nela se condensavam tanto o desejo de vencer grandes distâncias – na geografia, na economia, na produção material – quanto a ambição de redimir (e mover) o tempo. Parte da geração de cearenses – entre administradores, intelectuais, jornalistas, políticos, empresários e formadores de opinião – que, nos meados do século XX, experimentou os reveses e aspirações relacionadas ao problema do suprimento elétrico, tendia a acreditar numa premissa que, sombria e exasperante, não raro se transfigurava em temor: o de uma realidade interdita, de um presente bloqueado, pelo espectro da falta de energia. Fica a impressão de que, para muitos daqueles homens e mulheres, o direito ao futuro parecia sustentado, literalmente, por um fio.

---

<sup>15</sup> “Modern electric systems have the heterogeneity of form and function that make possible the encompassing complexity”.



## PERCALÇOS DA MODERNIZAÇÃO

**E**m 1932, o jovem Edigar de Alencar faz sua estreia no mundo das letras com a publicação do livro *Carnaúba*. A explicação do título, oferecida ao leitor, sugere o emprego de um dispositivo simbólico já consagrado pela tradição literária, e que consistia em criar ou fortalecer traços identitários a partir de uma associação entre a figura humana e elementos do mundo natural: “Porque o Ceará produz duas cousas notáveis: o cearense e a carnaúba. Ambos pau para toda obra”. Nascido em Fortaleza, o poeta emigrara para o Rio de Janeiro na década de 1920, tendo a temática local mantido forte presença naquela produção em verso. O poema “Cidade-sol”, incluído no livro, é dedicado a sua terra natal:

Cidade pequena, lavada de sol  
de ruas que não têm fim,  
alinhadas como os versos de um soneto.

Para tua iluminação diurna  
devem trabalhar  
todas as usinas do universo.

Fortaleza,  
espelho fiel de nossa gente:

esbanjas tanta luz durante o dia  
que à noite ficas no escuro... (ALENCAR, 1932, p. 27).

A evocação do lugar de origem não se dobra à condescendência de um espírito telúrico. O poeta olha a cidade a distância e faz do contraste entre dia e noite o ponto central de sua referência irônica.<sup>16</sup> Essa falta de equilíbrio, manifesta na alternância de opostos, revelava uma precariedade que era constitutiva não apenas do núcleo urbano, mas também daqueles que o habitavam (“Fortaleza / espelho fiel de nossa gente”). Nos anos 1930, o frequente desamparo da luz artificial pontuava o cotidiano da capital cearense. Ao mesmo tempo, fica a impressão de que o escuro se tornava, para alguns cidadãos, um incômodo maior do que fora no passado, sugerindo uma imbricação complexa entre a disseminação do aparato tecnológico, a emergência de uma nova percepção e o surgimento de graus de expectativa outrora pouco comuns.

A valorização do espaço urbano em função dos sistemas de iluminação remontava, em linhas gerais, ao século XIX, notadamente a partir da disseminação do uso de combustores a gás nas principais cidades da Europa ocidental e dos Estados Unidos, de 1830 em diante (Londres, pioneira naquela aplicação, iniciou sua rede em 1812). Fortaleza adotou esse modelo em 1867, tendo por concessionária a Ceará Gas Company Ltd., incorporada no coração do Império britânico em 1860. A firma inglesa emergia num contexto mais amplo, marcado

---

<sup>16</sup> Tantos outros que louvaram a exuberância da natureza local – como José de Alencar e Paula Ney – ficariam possivelmente incomodados com esse poema. Afinal, as dádivas da paisagem eram expostas em sua incontornável limitação: o excesso de sol não redimia a treva noturna. Os dois mencionados homens de letras são referências importantes na lírica produzida em torno do Ceará. Expressão eminente do romantismo literário brasileiro, José de Alencar (1829-1877) compôs, mediante alusão aos “verdes mares bravios” da costa cearense (divulgada no romance *Iracema*, de 1865), uma imagem da capital que ganhou a chancela da posteridade. Paula Ney (1858-1897), figura integrante da boêmia literária no fim do século XIX, legou, no soneto “Fortaleza”, o talvez mais duradouro retrato poético da cidade, que inicia com os seguintes versos: “Ao longe, em brancas praias, embalada / Pelas ondas azuis dos verdes mares, / A Fortaleza – loura desposada / Do sol – dormita, à sombra dos palmares, // Loura de sol e branca de luares, / Como uma hóstia de luz cristalizada / Entre verbenas e jardins pousada / Na brancura de místicos altares” (BENEVIDES, 1973, p. 30).

pela expansão internacional do capital monopolista que, desde a segunda metade do Oitocentos, buscou oportunidades altamente rentosas fora das nações industrializadas, onde a concorrência e um maior controle do Estado rebaixavam as perspectivas de lucro, ao passo que novas possibilidades seriam então abertas com a transposição crescente de capitais para os países menos desenvolvidos e de recente passado colonial, a exemplo do Brasil. Um dos segmentos assinalados mais claramente pela atuação dessas empresas, preponderando as de origem britânica, foi aquele relacionado aos serviços urbanos (transportes, iluminação, comunicações, abastecimento de água, captação de esgotos) (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988; SZMRECSÁNYI, 1986).

No fim do século XIX, Fortaleza gozava a fama de ser uma das mais bem iluminadas capitais do país, conforme ajuizava o autor de uma descrição da cidade em 1895: “Conta 1607 combustores, e é sem dúvida a iluminação nesse gênero a mais elegante do país, já pelos combustores, todos fincados no solo à beira dos passeios, com mangas de vidro pequenas, simples, em forma de campânula, já pela proximidade entre os mesmos, correspondendo a intensidade de luz de cada um a um foco de 10 velas estearinas” (MENEZES, 1992, p. 38). Outro registro importante do serviço de iluminação foi deixado pelo pesquisador João Nogueira, engenheiro de ofício, em crônica publicada no final da década de 1930:

Bem poucas ruas e casas teve a Companhia [de gás] que servir naquele tempo [década de 1860]; mas, valha a verdade: a iluminação das nossas ruas até 1914 era mil vezes melhor que a atual [1938]. Os combustores eram implantados em ziguezague, distando cerca de trinta metros um do outro, no mesmo lado da rua. [...] Tempo houve em que a nossa iluminação pública, se não era a melhor, era das melhores do país.

Com a guerra de 1914 o fornecimento de carvão de pedra tornou-se deficiente, pelo que a Companhia apagou metade dos combustores da cidade. E a fim de atender a melhor iluminação da praça do Ferreira e de outras, para estas transportou parte dos que não funcionavam.

Claras as praças, escuras as ruas, especialmente nas nossas antigas e indecentes *noites de escuro* (NOGUEIRA, 1980, p. 31, grifo do autor).

Desse reparo não se deduza, porém, que a dificuldade de importação do combustível e o conseqüente aumento nos custos de operação, trazidos com a guerra, teriam suscitado a adoção inaugural dessas práticas voltadas ao menor dispêndio com a iluminação pública a gás. Já desde pelo menos a década de 1870 a Ceará Gas aplicava uma tabela de acendimento e apagamento dos combustores nas ruas e praças, desenvolvida por técnicos da administração provincial e que era organizada em função do ciclo lunar. Assim, aparecendo o satélite, por exemplo, às 19h, os lampiões permaneciam ligados somente das 18h30 às 19h30; por outro lado, quando a lua se pusesse à meia-noite, a luz nos postes deveria funcionar das 23h30 às 5h do dia seguinte.<sup>17</sup> A inusitada sincronia entre o fornecimento da luz de gás nos logradouros e a incidência das fases da lua pode ser interpretada como simples medida de economia ou como um sintoma explícito de modernização precária, denotando a incapacidade de implementar um sistema técnico suficientemente difuso e regular para abranger a escala de uma rede urbana. Seja como for, a claridade noturna assegurada pelo gás fomentaria o advento de uma nova sensibilidade visual em relação ao espaço urbano, à qual aludiu o escritor Antonio Bezerra de Menezes que, em jornada pela zona norte do Ceará (1884-1885), recordava saudoso “as belas noites de Fortaleza, as ruidosas alegrias do Passeio, os maravilhosos efeitos da iluminação, estendendo-se ao longo das ruas, de modo a simular que se reúne no ponto extremo!” (MENEZES, 1965, p. 42). Com os lampiões a gás, tornara-se possível uma percepção outrora implausível: a do *olhar noturno em perspectiva*. O mesmo viajante deixou impressões da cidade divisada a partir de um navio, já posto o sol: “Escureceu de todo. De bordo nada mais se percebia senão uma enfiada de luzes averme-

<sup>17</sup> CEARÁ. Governo da Província. Repartição de Engenharia. Direção de Obras Públicas. Tabela das horas de acender e apagar os combustores da iluminação pública no mês de agosto de 1878. Arquivo Público do Estado do Ceará. Pasta: Iluminação Pública.

lhadas e irregulares dos combustores, que contrastavam com a suavidade da luz das estrelas” (MENEZES, 1965, p. 20). Todavia, o contraste era mais um efeito da visão do que uma incompatibilidade entre artificial e natureza. Em Fortaleza, o novo sistema de iluminação não decretou a soberania da técnica, consolidando uma indiferença solene diante da lua e das estrelas; ao contrário, firmou uma aliança com os ritmos naturais – um “contrato com a lua”, conforme a jocosa expressão da época. “E mal os tênues raios lunares do quarto crescente começavam a pratear os céus, a esperta companhia, zás!, fechava o registro... e Fortaleza que ficasse às escuras, como nos seus tempos primitivos! [...] A lua passou a ser considerada sócia da ‘Ceará Gas’... Mas sócia apenas para ajudar a trabalhar!” (MENEZES, 2000, p. 92). Essa adaptação peculiar talvez ajude a entender por que, em algumas crônicas e memórias, as noites de plenilúnio mantinham, ainda nas primeiras décadas do século XX, o aspecto lírico que tantos enamorados julgavam propício às efusões sentimentais, em forma de declamações, serenatas e encontros furtivos.<sup>18</sup> E, malgrado o consórcio da empresa de gás com o ciclo lunar, à mordacidade do cronista referido se justapunham outras formas de lembrar e narrar a iluminação do município: descrevendo episódios de sua juventude na década de 1920, um morador comentou que os “lâmpioes imprimiam à cidade um toque de beleza e romantismo” (ARRUDA, [1986], p. 24). Percebe-se assim a existência de reações variadas no que dizia respeito ao sistema de iluminação.

Quando, a partir de 1934, ocorreu a substituição do gás pela eletricidade na iluminação pública da capital cearense, não foi apenas um equipamento técnico que progressivamente desapareceu da paisagem urbana. Também alguns ofícios se haviam tornado obsoletos ou desne-

<sup>18</sup> “Que noites aquelas – enluaradas em pleno agosto, o luar mais lindo do ano, a beijar docemente a cidade silenciosa, desenhando sombras suaves nos telhados pobres. E, dentro da noite balsamizada, perdida na solidão gostosa, tangida pela brisa acariciadora, a cavatina macia das serenatas dos enamorados. O violão chorava. A flauta gemia. Uma voz cantava à lua – grande conselheira e confidente de todos os namorados da terra – a desdita do amor infeliz. Por trás das rótulas, um par de olhos femininos perscrutava, medroso, a solidão da rua, onde a luz prateada do luar punha retoques bizarros nas esquinas de lâmpioes mortícios” (Menezes, 2000, p. 32).

cessários, em especial o de uma figura que, no trajeto repetido duas vezes ao dia, parecia dotar a luz de gás de uma roupagem menos recôndita, mais humana. O acendedor de lampiões, munido de haste característica, cuidava do acionamento e desligamento dos focos luminosos, manuseados um a um, ao longo de ruas e praças, por vezes em horários avessos à rotina dos moradores, já madrugada ou pouco antes do alvorecer. Seu trabalho, feito a pé, revelava ainda uma estrutura de funcionamento em base diacrônica: os bicos de gás eram acesos paulatinamente, e o tempo decorrido entre a ligação do primeiro e do último combustor dependia diretamente da velocidade, habilidade e resistência física de cada funcionário em particular. Tratava-se de um sistema que, em sua face mais pública – aquela que, em plena rua, se oferecia indistintamente à observação de qualquer habitante – denotava um elo nitidamente pessoal, sem a rigidez do automatismo, entre a performance de um corpo singular e o funcionamento de um aparato técnico. Inextricável relação de perda e ganho: se, por um lado, a pontual presença humana imprimia à iluminação a gás contornos menos intangíveis, por outro, a ativação simultânea de todos os pontos de luz era impraticável, reduzindo assim a sensação de controle sobre o ambiente.<sup>19</sup> Com efeito, se, no primeiro quarto do século XX, esse procedimento poderia fomentar em determinados habitantes uma impressão de atraso urbano, outros nele talvez enxergassem um elo positivo com traços de sua infância e mocidade. Havia ainda quem recordasse aquele trabalhador num tom mais neutro, frisando sua relação evidente com os ritmos da natureza: “Era interessante ver o acendedor de lampião exercendo suas funções, quando percorria as ruas ao se aproximar a hora do *Ângelus* e ao amanhecer” (ARRUDA, [1986], p. 24-25). Em contrapartida, para alguns espíritos menos entusiasmados com as efígies de progresso acopladas à aparição de automóveis, fábricas e eletricidade, a passagem diária de

<sup>19</sup> Somente em 1929, mediante exigência do então prefeito Álvaro Weyne junto à Ceará Gas, foi executada a substituição dos antigos combustores por lâmpadas de fabricação mais sofisticada (tipo Littleton) já existentes no sistema de iluminação pública de diversas grandes cidades, sendo dispensado o uso da vara de acender na ligação dos pontos de luz, desde então acionados por um mecanismo próximo ao desempenho automático (LEITE, 1996, p. 51; NOBRE, 1981, p. 111).

um simples funcionário da companhia de gás era valorizada em razão do efeito lírico produzido gradativamente:

“Ao cair da tarde, o acendedor de lampiões surgia, com uma vara comprida a acender, um por um, os combustores de caixas retangulares, dentro das quais se incendiavam, ao contato do cotó de vela ou fósforo, os bicos de acetileno [sic], resguardados por camisetas apropriadas. A praça adquiria, assim, um aspecto poético e agradável” (AZEVEDO, 1992, p. 41).

Se é pertinente admitir que o uso do gás trouxe possibilidades antes desconhecidas para o cotidiano da cidade – combatendo a escuridão, permitindo o aparecimento de uma sociabilidade noturna mais diversificada (nos clubes e teatros, nas praças e salões, nas retretas e encontros ao ar livre), dilatando o tempo disponível para o convívio e a produção (nas reuniões de amigos e parentes, no trabalho em fábricas, oficinas e casas comerciais) –, esse incremento não significou pronta adesão aos ditames inflexíveis do relógio. Tanto a oscilação nos horários para uso efetivo dos focos instalados em via pública, quanto os momentos gastos no vaivém do acendedor de lampiões, sugeriam aproximações (quase nunca uma coincidência estrita) entre a iluminação artificial e a contagem matemática do tempo. Um relato ficcional da cidade em 1920 evoca, em tom irônico, o vínculo cambiante da luz de gás com o clarão do luar, sem perder de vista a faina daquele trabalhador anônimo:

Olhou para os dois lados da rua. As casas já se haviam fechado. Na rua, apenas um vulto que se afastava, indo do lado da sombra para o lado do sol, do lado do sol para o lado da sombra. Era o homem da Companhia do Gás, apagando, um a um, todos os lampiões da rua, pois o luar já se denunciava para as bandas do Mucuripe [a leste do perímetro urbano]. Numa cidade provinciana como Fortaleza – pensava Joãozinho, numa troça – a luz artificial não devia intrometer-se no banho claríssimo da lua. Não seria, porventura, o mesmo que *chover no molhado*? Era essa, sem dúvida, a lógica da Companhia.

[...] Os combustores já se tinham apagado, para que a luz da lua banhasse puramente a cidade (CARVALHO, 1945, p. 19, 35, grifo do autor).

Alguns registros de cronistas, literatos e memorialistas insistem em identificar, na prática de apagar os combustores de gás quando surgisse o brilho lunar, um traço de provincianismo da capital cearense; por vezes se chega quase a sugerir que esse “contrato com a lua” configurava uma marca peculiar ou mesmo exclusiva da história local. Em que pese a relevância dessas narrativas na recuperação de múltiplos aspectos do passado da cidade, sua incorporação literal, sem a devida mediação crítica, induziria o pesquisador a conclusões enganosas. Pois a mencionada sintonia entre a iluminação pública e as fases da lua não tivera início com o gás e estava longe de restringir-se a Fortaleza. A cidade de São Paulo, por exemplo, antes de conhecer a luz de gás, fora alumada, entre 1830 e 1872, por lampiões de azeite e por hidrogênio, dispensando-se contudo o emprego desses equipamentos em noites de luar (BRUNO, 1991a, p. 538-551; 1991b, p. 1016-1021). Mesmo Paris, a “cidade-luz”, exaltada por tantos observadores e viajantes ao longo do século XIX devido à profusão de focos reluzentes, possuía, em torno de 1840, dois tipos de lanternas de gás implantadas nas ruas: um funcionava todas as noites, do pôr ao nascer do sol, enquanto outro era aceso somente quando se julgava o espaço público demasiado escuro, ou seja, carente da luminosidade projetada pelo satélite. Muitas cidades europeias mantiveram, ainda no princípio do século XX, um sistema de iluminação parcialmente regulado pelo calendário lunar – característica que não fora transformada pela introdução do gás no aclaramento das artérias urbanas (RONCAYOLO, 1999; SCHIVELBUSCH, 1995, p. 90-91). O advento da luz estável e permanente, alheia à sucessão das estações e ao ciclo da lua, é portanto um fenômeno em certa medida recente, consolidado mediante a expansão da eletricidade. Se, até a década de 1920, saltava aos olhos de muitos fortalezenses o fato de a companhia do gás ligar e desligar seus combustores de acordo com a aparição do astro noturno, essa mesma dependência dos ritmos da natureza também poderia ser facilmente percebida por quem residisse em diversos outros centros urbanos, dentro e fora do Brasil.

A par e passo com louvores e diatribes, o emprego do gás para devassar a escuridão gerou igualmente novos temores. Acima de tudo, sobressaíam o medo da explosão e o do envenenamento pela inalação do

fluido combustível. Daí a inclinação precavida das autoridades que, diante desse e outros riscos envolvidos nas instalações de gás, faziam exigências claras aos detentores da concessão, uma delas referida em esboço de regulamento para tal serviço na capital cearense nos idos da década de 1860: “Art. 13º – Os empresários [da companhia do gás] darão aos particulares instruções formuladas pelos seus engenheiros e aprovadas pelo fiscal da iluminação relativamente às cautelas a tomar para a prevenção de qualquer acidente que possa provir da ignorância”.

Em especial, o teor inflamável do gás era uma ameaça constante pairando sobre o espírito dos usuários. Afinal, embora o gasômetro, pela própria grandeza de suas dimensões, se tornasse o alvo evidente das apreensões do público, o perigo abrangia toda a extensão da rede de distribuição, sempre sujeita ao escape do fluido. A tecnologia envolvida na produção e transmissão do gás configurou o início da iluminação em moldes industriais, o que desencadearia outrossim preocupações numa nova escala cujos focos, não por acaso, residiam nos dois esteios fundamentais da transformação sociotécnica subjacente à assim chamada Primeira Revolução Industrial: o vapor e o gás. Nesse processo, avanços e receios caminhavam juntos. “O vapor e o gás provocavam o mesmo medo no coração do século XIX. Esperava-se que caldeiras e gasômetros explodissem a qualquer momento” (SCHIVELBUSCH, 1995, p. 34, tradução nossa).<sup>20</sup>

Além de certa afinidade tecnológica, o gás mantinha um parentesco com o vapor no que se referia ao seu rastro sonoro. É difícil encontrar relatos que documentem essa emissão no contexto específico de Fortaleza: um deles foi fornecido pelo romance *Mississippi*, de Gustavo Barroso, que conta a história de um personagem homônimo – João Mississippi, vulgo Cabeça d’Água – entre o fim do século XIX e 1912. Embora se enquadre no gênero romanesco, o livro denota nitidamente a preocupação do autor com a veracidade das informações apresentadas e a descrição minuciosa do espaço da cidade, incorporando pretensões de uma narrativa histórica, já anunciadas sob a forma de advertência: “Os

<sup>20</sup> “Steam and gas struck the same fear into the nineteenth-century heart. Boilers and gasometers were both expected to explode at any moment”.

personagens deste romance saíram da vida real, de modo que a semelhança de qualquer um deles com personagens de ficção não passa de mera coincidência acidental”. Num dado momento do enredo, João Mississippi recorda, diante de ruínas, o aspecto de um pequeno teatro da capital onde trabalhou (e que de fato existiu), com alusão ao ruído da luz de gás:

Apiedou-se do casarão demolido [onde fora o Teatro São Luiz], recordando seu palco empoeirado e sem conforto, os camarotes de pilastras e balaústres de madeira, a plateia estreita e baixa, o gás de iluminação silvando nas gambiarras. Toda a gente fumando lá dentro! Se houvesse um incêndio, seria um vulcão. Não escapava um rato (BARROSO, 1961, p. 114).

A combinação perigosa do tabagismo com aquela fonte de energia era frequente nos estabelecimentos diversionais de então. Noutro ponto do romance, o autor descreve a presença dos combustores durante festa organizada num clube elegante: “O assoalho dos salões recebia cera em pó para que os pés deslizassem com leveza. Os cantos se enchiam de jarros floridos e os grandes espelhos de molduras douradas refletiam os lustres de pingentes de cristal, em que brilhavam, silvando, as luzes dos bicos de gás” (BARROSO, 1961, p. 179). Desse traço sonoro do gás, dificilmente, conseguiriam esquivar-se os ouvidos de quem, no início do século XX, frequentasse as sociedades recreativas, os cafés e restaurantes, as residências beneficiadas por aquele sistema de iluminação. Seria necessária a emergência de outros potenciais energéticos, porventura mais silenciosos, para que o silvo do gás viesse a ser considerado um incômodo auditivo.

Um semanário de Fortaleza publicou, em 1925, a seguinte crítica à iluminação a gás no molde de uma nota informativa: “A luz elétrica contribuiu para diminuir a mortandade em um por mil. A razão é simples. Um bico de gás ou petróleo consome tanto oxigênio como cinco pessoas e além disso deixa escapar gases sulfurosos e carbônico, que estragam os pulmões” (CEARÁ ILUSTRADO, 15 fev. 1925). Queixas desse teor se tornariam mais comuns à medida que ocorresse a banalização de outras matrizes energéticas. As emanações tóxicas do gás im-

plicavam outra questão delicada. O silêncio, a rapidez e a invisibilidade daquela fonte de energia eram, a um só tempo, qualidades tidas como benéficas e aspectos geradores de aflição. Sua natureza discreta, além de ser um atrativo, demandava uma predisposição cuidadosa, que tinha no odor do gás um aliado vital. Este revelava a iminência do perigo, alertava para uma presença ameaçadora que, de outro modo, se expandiria sem registro. Por essa razão, o convívio com a luz de gás significou, na sensibilidade cotidiana, não apenas uma crescente valorização da visão, mas a tessitura de uma cumplicidade com o olfato. Vínculo este que tenderia ao arrefecimento desde a difusão da eletricidade, acentuando-se assim a relutância quanto ao uso do gás e dos hidrocarbonetos (MALUF; MOTT, 1998, p. 412).

O rastro odorífero emitido pelo gás fora, desde sempre, considerado desagradável, e o caráter nocivo desse cheiro não era completamente ignorado pela geração dos contemporâneos à implantação daquele serviço na capital cearense. Porém, à proporção que a energia elétrica se tornou uma opção para iluminar residências e locais de trabalho, o que antes era percebido como um *problema inerente* ao gás passou à conta de uma *desvantagem competitiva*. Quando teve início em 1913 o abastecimento elétrico de Fortaleza, a cargo da empresa britânica Ceará Tramway Light and Power Company Ltd., tal fonte era destinada somente à movimentação dos bondes e ao uso dos consumidores particulares. No entanto, essa nova disponibilidade de energia ensejou uma disputa virulenta entre as concessionárias de gás e eletricidade, protagonizando a irrupção de uma batalha publicitária que, em 1915, pelos órgãos de imprensa, indicava a busca a todo custo pela supremacia no mercado local:

A LUZ ELÉTRICA é muito mais econômica e infinitamente superior a todas as luzes. Colhei informações com os nossos consumidores. Tendes considerado as vantagens da luz elétrica? Não há véus a substituir; nenhuma perturbação produzida pelo vento; pode-se variar a intensidade luminosa, rapidamente e em qualquer momento, trocando-se as lâmpadas; pode-se aplicar lâmpadas de 5 a 200 velas nos mesmos aparelhos. Não produz emanações prejudiciais à saúde. Luz fria e suave, rapidez no

acender e no apagar. 200% melhor do que gás (DIÁRIO DO ESTADO, 1915 apud LEITE, 1996, p. 49).

### GÁS VERSUS ELETRICIDADE

Uma luz boa e barata é o gás incandescente, porque é mais suave à vista e 50% mais econômica do que a luz elétrica. Um bico de gás incandescente de força de 80 velas ilumina francamente uma sala de 5m x 4m, tendo a grande vantagem de não ser prejudicial aos olhos e custar o seu consumo 36 réis por hora, ao passo que uma lâmpada elétrica da mesma força de 80 velas custará 80 réis por hora de consumo tendo a desvantagem de ser muitíssimo prejudicial aos olhos. E o mal causado pela luz elétrica é conhecido por todos os oculistas.

Uma vez instalada a lâmpada elétrica, a maioria dos fregueses tem a ideia de que a lâmpada durará para sempre. Não é assim, esta durará somente um certo número de horas e depois, dentro de pouco tempo, a luz começa a perder o seu brilho (GÁS..., apud LEITE, 1996, p. 50).

A rivalidade não contrapunha somente as duas firmas inglesas concorrentes, mas duas tecnologias ligadas a diferentes períodos da industrialização do mundo ocidental. O gás, contemporâneo da dita Primeira Revolução Industrial ou fase paleotécnica – segundo a designação de Lewis Mumford – apareceu, como um artigo fabricado em escala e propício à exploração comercial, no contexto da transformação dos processos de produção comandada pela tríade ferro – carvão – vapor, no último quarto do século XVIII. Já a eletricidade surgiu, juntamente com os derivados de petróleo, na condição de grande propulsor de um segundo momento da produção mecanizada, ocorrido em torno de 1870 e conhecido por Revolução Científico-Tecnológica ou fase neotécnica, que efetuou um claro estreitamento entre o laboratório e a fábrica, gerou a abertura de novos setores industriais (siderurgia, química, microbiologia) e promoveu o incremento produtivo numa magnitude sem precedentes (MUMFORD, 1963; SEVCENKO, 1998b).

Embora pertencentes a sistemas técnicos distintos, o gás e a eletricidade travaram um convívio ao longo da implantação e mudança das redes de iluminação dos centros urbanos. No caso específico de Fortaleza,

dividiram a cena cotidiana com outros materiais e aparelhos bastante comuns nas primeiras décadas do século XX. Velas de sebo, cera de carnaúba e parafina tinham larga penetração, especialmente entre os segmentos modestos da população, que não dispunham dos recursos necessários à instalação residencial de qualquer das duas fontes modernas de energia. Além de mais baratos, esses objetos apresentavam uma fatura artesanal, de manejo menos complexo se comparado àquele exigido para o uso adequado do gás e da força elétrica. Os artefatos tradicionais asseguravam também uma certa autonomia de luz que as lâmpadas incandescentes e os bicos de gás não teriam como proporcionar. Afinal, os novos sistemas de iluminação tanto implicaram a formação de uma estrutura assentada em bases industriais, quanto consolidaram uma escala de operação que ultrapassava o âmbito doméstico e colocava num mesmo circuito as diversas unidades de morada. A perda do controle privado sobre as fontes de energia foi um dos corolários da modernização tecnológica (MENESES, 2000; SCHIVELBUSCH, 1995).

Todavia, de permeio a objetos nitidamente derivados de um saber tradicional e àqueles de origem fabril, havia outros, de natureza híbrida, como as lamparinas, candeeiros e lampiões. Conquanto alguns procedessem de manufaturas estrangeiras, amiúde eram também feitos por artifices locais com materiais reutilizados. Esses apetrechos humildes não comportavam em seu funcionamento qualquer novidade técnica, mas eram alimentados sobretudo por um líquido de extração recente e que viria a figurar com maior relevo na pauta das importações: o querosene. Desde a década de 1860, o hidrocarboneto era objeto de comercialização no Ceará, assinalando para o historiador Geraldo Nobre o prenúncio da influência norte-americana na economia cearense. Seu consumo ganhou paulatinamente maior vulto, “tão generalizado já nos últimos anos do século XIX, em Fortaleza, ao ponto de justificar o desinteresse dos moradores em ter em suas casas o gás da companhia inglesa, a custos mais elevados e com eficiência discutível” (NOBRE, 1981, p. 88). Não à toa foi assinado, no final de 1912, um contrato entre a filial brasileira da gigante petrolífera Standard Oil e a Intendência Municipal, para construir um armazém destinado ao acondicionamento de gasolina e congêneres (STUDART,

1973, p. 218). A demanda por combustíveis fósseis aumentava em paralelo à introdução dos automóveis na cidade, mas seu aproveitamento era também direcionado para a iluminação das casas.

Em suas memórias, o escritor Herman Lima evoca a cena íntima do pai que, na residência da família a leste do centro urbano, estendia o tempo do trabalho com o préstimo de um lampião, que também servia à prática do entretenimento letrado: “Até então, havíamos nos acostumado a vê-lo [o pai], todas as noites, enchendo as diversas folhas dos seus despachos de exportação, junto de nós, na longa mesa de jantar da nossa casa do Meireles, sob o mesmo lampião de querosene que nos permitia a leitura deliciada d’*O Tico-Tico*” (LIMA, 1958, p. 155). Esse artefato promovia a iluminação privada tanto aos que preteriam o uso do gás quanto àqueles que habitavam em partes da cidade onde a rede da companhia inglesa não havia chegado. O mesmo se daria no caso do serviço de eletricidade, cuja expansão para fins particulares se verificou aproveitando as instalações preparadas para a circulação dos bondes. A esse respeito, um alemão radicado em Fortaleza deixou registro, correspondente a 1927, sobre sua mudança junto com a família para um sítio na Aldeota, localizado além do fim da linha do transporte coletivo: “Não havia água encanada e toda a água era puxada por um balde dentro de um poço profundo. Um grande melhoramento para nós representava uma lâmpada a gasolina, pois a Light só havia feito ligação até a linha do bonde” (HAEHLING apud GOMES, 1991, p. 18). O recurso aos hidrocarbonetos se tornou assíduo para um amplo contingente de moradores que, fosse por razões de economia com instalações domésticas e tarifas de consumo, fosse pelo limitado prolongamento dos serviços do gás e da eletricidade, cultivaram esquemas de iluminação paralelos àqueles implantados pelos sistemas industriais. Se tais objetos permitiram a conquista de certa visibilidade noturna, importa não esquecer que muitos deles também deixavam uma marca olfativa. O cheiro característico do querosene incentivava um consórcio entre o olho e o nariz; ele assinalava, para os usuários, a presença de uma luz cujo brilho não poderia ser dissociado de emanações que atualmente seriam em larga medida consideradas intoleráveis. O “silêncio olfativo” que, segundo Alain Corbin (1987), faz parte da experiência contemporânea,

não imperava nas práticas de iluminação dos fortalezenses durante as primeiras décadas do século XX.

Gustavo Barroso, no romance *Mississippi*, narrou o modo pelo qual, em torno de 1910, um personagem percebeu a chegada da noite:

Pusera-se o sol. O sino grande da Sé tocou a trindades. Uma grande paz envolta na quentura do ar e no silêncio interrompido a espaços pela pancada rápida do mar ia baixando sobre as coisas, sobre todas as coisas. Fez-se noite rapidamente. Vaga-lumes piscavam no fundo da chácara sobre o riacho. O combustor de gás da esquina do beco do Maceió brilhou aceso de repente. Sentiu o cheiro familiar do querosene das lamparinas que se acendiam na cozinha. Mesmo se ficasse cego, naquele ambiente, saberia a hora pelos cheiros: o do café, de manhã cedo; o de comida, antes do almoço e do jantar, quando havia comida; o do querosene ao anoitecer (BARROSO, 1961, p. 68).

Tendo escrito um texto de ficção atravessado por elementos da vida urbana que coincidiam com o período em que nascera e residira em Fortaleza, Gustavo Barroso pôde, em alguma medida, mobilizar aspectos de sua memória pessoal na composição literária da paisagem, dos personagens e costumes locais. Nessa perspectiva, a cena montada pelo romancista sugere indícios do fluxo das horas que eram de fato plenamente disponíveis aos sentidos de muitos habitantes da capital cearense naquela época: toque dos sinos, mormaço, avanço da escuridão, aparecimento de vaga-lumes nos quintais, acendimento do combustor de gás. Além da visão, do tato e da audição, o olfato também poderia funcionar como um dispositivo corporal apto a captar a existência de outros marcadores temporais: identificava as diferentes partes do dia por meio do ritmo associado ao preparo das refeições e ao uso das lamparinas. O cheiro do querosene anunciava o anoitecer sem a obrigatória referência visual, num tempo em que a energia elétrica ainda não firmara presença no cotidiano da cidade.

O tema da eletricidade, que aos poucos receberia certa atenção na imprensa, também foi comentado no âmbito de outras linguagens, como a propaganda e o teatro popular. Na peça de estreia de Carlos Câmara

– *A bailarina* (1919) – um habitante de Fortaleza, em estada no interior do estado para convalescer da gripe espanhola, conversa com uma velha que, nascida na capital, de lá migrara trinta anos antes:

PERALDIANA – Mais me diga, seu Calango, o Ceará d’hoje [i.e., sua capital] ainda será o Ceará véio bonzão dos meus tempos? Ou tará mais amiorado... p’rá pió?

ELISIÁRIO – Vai cada vez melhor. Aquilo é um terrão. Temos agora novas avenidas, teatros, cinemas, o diabo a quatro. E hoje tudo é movido pela eletricidade, a força motriz, a força geratriz do mundo, quando não há greve. Tudo hoje em dia, minha senhora, se faz eletricamente.

PERALDIANA – Quáo, seu moço. Eu dou munto mais pulo sistema antigo. É mais seguro (CÂMARA, 1979, p. 47).

A coexistência do novo potencial com outras fontes que reportavam ao “sistema antigo” (gás, vapor, tração animal) não obliterava, porém, uma percepção em evidência no meio urbano: a de que a energia elétrica parecia vocacionada à transformação da vida cotidiana, mesmo que a princípio se limitasse à movimentação dos bondes e à luz domiciliar. É razoável supor que essa ideia iria se disseminar também nas camadas populares, fosse pelo contato direto com as aplicações daquela tecnologia, fosse pelas impressões colhidas informalmente junto a quem já testemunhara os seus benefícios nas atividades do dia a dia.

Na peça de teatro a eletricidade, malgrado seu franco poder, é mencionada com certa irreverência, que não seria inteiramente gratuita, pois em 1917 a cidade testemunhara a paralisação dos empregados da concessionária britânica, interrompendo o serviço dos bondes (STUDART, 1973). A nova tecnologia expunha suas fragilidades, assim como revelava a luta dos trabalhadores do setor por melhores salários e condições para a categoria. Acima de tudo, as greves serviam de lembrete: por trás daquela energia discreta e silenciosa, que chegava às residências por meio de postes e fios, havia uma legião de anônimos sem cuja cooperação o transporte coletivo parava e reinava a escuridão noturna. Por meio da eletrificação, a cidade veria o aprofundamento complexo de uma rede técnica e social que, entre tantos desdobramentos,

impunha uma maior dependência da esfera privada em relação a equipamentos e estruturas de grande envergadura com ramificações capilares.

Nas primeiras décadas do século XX, a eletricidade também costumava recrudescer a impressão de contraste entre um estilo de vida moderno, então ostensivo nas capitais, e uma cultura ainda pouco afetada pelo ritmo intenso das mudanças técnicas, própria dos pequenos aglomerados e das áreas rurais. O conjunto dessas diferenças – na escala do espaço, na assiduidade dos aparatos fabris, na modificação dos costumes, no registro do tempo – poderia às vezes servir de ensejo à montagem estilizada de uma polaridade entre campo e cidade.

Um folheto de cordel, que narra a viagem de um sertanejo a Fortaleza, procura salientar o desajustamento sensorial diante de objetos e hábitos identificados à sociedade civilizada, porém pouco inteligíveis aos repertórios de valores e gestos próprios de comunidades reguladas sobretudo por uma interação direta entre as pessoas e organizadas de acordo com marcação natural de dias e noites:

Eu vim do sertão, pro' mode vê  
A capitá do Ceará!  
Eu vi coisa do árcu da véia!  
Qu' i faz a gente siarripiá.

Quando eu cheguei na estação centrá  
Vi uma luz acendê sem pavio  
Uma “gaiola cum nome de bonde”,  
Que vinha danada pu riba do trilho!

Na casa em qui fui amoitado,  
Tinha uma “tirrina” no pé da mesa  
O povo cuspiá dentro,  
Meu Deus, nunca vi  
Tamanha nogenteza (ALMADA, 2005, p. 64).

A escarradeira, o bonde e a lâmpada elétrica são artefatos da vida urbana e, nessa condição, tornam-se, para o sertanejo, catalisadores de

um profundo estranhamento. Entre tamanhas novidades, a luz que acende sem pavio merece particular atenção, pois remete a um vínculo de raízes imemoriais: aquele que reconhece no fogo a fonte irredutível da claridade artificial. Essa alteração técnica produziu um deslocamento na sensibilidade visual equivalente ao verificado em relação ao tato com o advento do fogão a gás, que, ao gerar uma fonte invisível de energia térmica, contrariou a associação bastante antiga entre o calor e a chama (GIEDION, 1948, p. 542).

Mudanças dessa ordem, embora pouco valorizadas, não são anódinas como habitualmente se julga. O filamento elétrico fez surgir um foco luminoso infenso à ação do vento, isento de fumaça, livre do risco de intoxicação, mais estável em seu brilho, sem marca olfativa, emitindo pouca quantidade de calor se comparado a outros artefatos de igual finalidade. Com a lâmpada incandescente, operou-se, portanto, todo um rearranjo do quadro perceptivo. A rapidez e praticidade no acionamento do artefato elétrico favoreceu também a afirmação de uma cadência mais acelerada, antes incomum, dada a relativa morosidade dos apetrechos tradicionais que, muitas vezes, aliava-se a certas flutuações de espírito<sup>21</sup> e demandava uma quantidade maior de gestos: se a utilização de uma lâmpada elétrica está condicionada ao simples toque de um botão, o manuseio de lamparinas, velas e mesmo da luz de gás implica a mediação do fogo – fato que inviabiliza a produção de um nexo instantâneo entre o gesto e seu respectivo efeito.

Com a difusão da lâmpada, ocorreria um apelo menos generalizado àqueles objetos simples, carentes de notoriedade material, que sustinham uma chama bruxuleante no combate à escuridão. Luz que, em sua oscilação, sugeria a amplas frações de moradores do sertão não propriamente uma lufada de vento, e sim um presságio misterioso, um recado transcendente, um vestígio de comunicação com entidades sobrenaturais.<sup>22</sup> Como destacou Gustavo Barroso em seu livro de estreia,

<sup>21</sup> “Existe um parentesco entre a lamparina que vela e a alma que sonha. Tanto para uma quanto para a outra o tempo é lento. Tanto no devaneio quanto na luz fraca encontra-se a mesma paciência” (BACHELARD, 2002, p. 19).

<sup>22</sup> “A luz dançando sem motivo é mensagem do além-mundo. Bom ou mau agouro?”

dedicado às tradições e costumes das populações interioranas do Ceará, havia no cotidiano um trânsito intenso entre mortos e vivos, não sendo incomum a noção de que aqueles lançavam a estes sinais de sua presença ou passagem, notadamente à noite.<sup>23</sup>

Portanto, não seria descabido admitir que, numa perspectiva mais abrangente, o avanço da eletrificação teve influência em mudanças não apenas na organização tangível do cotidiano, mas também em estratos do imaginário social, como o domínio das crenças e comportamentos religiosos. E mais do que isso: enquanto a chama da vela ou do lampião, em sua dança incerta, poderia convidar à fantasia e ao devaneio<sup>24</sup> ou mesmo à decifração de mensagens sibilinas, o bico de gás e a lâmpada elétrica eram mais propensos à reiteração de um lembrete: o do pagamento da conta de luz, cujo esquecimento ou desdém revelava, pelo avesso, a inevitável relação mercantil a orientar o fornecimento da luz, como sugeriu a passagem de um romance do escritor Jáder de Carvalho:

Joãozinho e Canuto continuaram, por mais algum tempo, na sala de trás.

– Está escuro. Abre ali o registro, Canuto – pediu o bacharelado.

– Luz? Você não sabe que a “Light” mandou cortá-la agora de manhãzinha? Três meses de atraso, meu caro. Hoje nós temos que bancar o Paula Ney. Se quisermos luz, discutiremos a noite inteira. Da discussão nasce a luz. Estaremos arranjados (CARVALHO, 1945, p. 42).

---

Depende da visão dada. É, afirmam, um recado autêntico das almas interessadas na tranquilidade dos entes queridos que deixaram na terra. [...] Ninguém acredita que a chama se mexa unicamente pelo impulso da viração. Alguém está, bem próximo, bafejando intencionalmente um aviso, uma lembrança, um sinal preventivo. Felizes os que compreendem a missiva da luz trêmula” (CASCUDO, 2001, p. 319).

<sup>23</sup> “O matuto acredita em almas penadas, visagens que aparecem pelos caminhos desfrquentados, nas taperas, sob os arvoredos sombrios, alta noite. Crê que elas vêm pedir orações e missas ou indicar o lugar onde enterraram dinheiro, quando eram vivas” (BARROSO, 1962, p. 220).

<sup>24</sup> “A chama, dentre os objetos do mundo que nos fazem sonhar, é um dos maiores operadores de imagens. Ela nos força a imaginar. Diante dela, desde que se sonhe, o que se percebe não é nada, comparado com o que se imagina. [...] Temos pela chama uma admiração natural, ousou mesmo dizer: uma admiração inata. A chama determina a acentuação do prazer de ver, algo além do sempre visto. Ela nos força a sonhar” (BACHELARD, 2002, p. 9, 11).

No meado dos anos 1920, já havia uma parcela razoável de moradores que conheciam os benefícios e despesas trazidas com a eletricidade em imóveis e aposentos particulares. Um relatório do engenheiro fiscal junto à Ceará Light, escrito em 1926, informava a existência de 5.337 instalações elétricas para luz e 367 para força, no contexto de uma cidade com população aproximada de noventa mil habitantes (FORTALEZA, 1926). Quatro anos depois, o *Anuário estatístico do Ceará*, em vista da indisponibilidade de dados sobre o total de quilowatts-hora consumidos na capital, indicava que cerca de sessenta mil lâmpadas iluminavam as residências de um contingente em torno de 109 mil pessoas (CEARÁ, 1933, p. 28, 277) – estimativa que sugere quão próxima era, mesmo para as fontes oficiais, a identificação entre luz e energia elétrica, tendo em menor conta as demais aplicações desse potencial. Naquele momento, Fortaleza certamente não ocupava posição eminente no que tange ao consumo de eletricidade, quando observada em perspectiva nacional. Entretanto, o usufruto da corrente elétrica em âmbito privado ajudaria a reforçar certo prestígio do município no plano regional, com base numa equação que conjugava luz e hierarquia simbólica.

A sintonia entre as novas formas de energia e a consolidação da modernidade urbana é também sugerida num livro – *O Juazeiro do padre Cícero* (1926) – que, no segundo quarto do século XX, exerceu significativa influência sobre a maneira reticente como a intelectualidade brasileira avaliava o fenômeno religioso irradiado a partir daquele taumaturgo sertanejo. Seu autor, o paulista Lourenço Filho, esteve no Ceará entre 1922 e 1924 com o propósito de implementar uma reforma do ensino público, sob os auspícios do governo estadual. Tendo percorrido porção considerável de cidades, vilas e povoados, ele recolheu impressões quanto ao que seriam os diferentes graus de civilização do povo cearense, propondo um escalonamento em sentido decrescente à medida que, da capital, se demandava o interior do estado. Se Fortaleza correspondia a um lugar engajado no tempo presente, de claros vínculos com o mundo contemporâneo, ao longo da via férrea que penetrava os sertões, a condição era bem outra: populações marcadas por costumes e falares em desuso, acanhamento das

modernas atividades de indústria e comércio, rusticidade das edificações, ambiente hostil às expansões do intelecto – expressões de uma sociedade descompassada, herdeira de um modo de vida ultrapassado, em hiato com as conquistas do progresso técnico e do aprimoramento cultural. Em certos momentos, o percurso do trem, deixando atrás de si a faixa litorânea, ganhava o aspecto de uma descida ao inferno ou, quando menos, de uma viagem de retroação no tempo, conforme a metáfora empregada por Lourenço Filho e cuja evidência ele buscou traduzir em flagrantes representativos, como o relacionado às técnicas de iluminação: “A luz elétrica torna-se gás acetilênico; depois, lâmpão belga; em seguida, candeeiro; mais tarde, candeia de óleo de mamoná...” (LOURENÇO FILHO, [1926], p. 28).

Por seu turno, o sistema do gás, que tinha por função precípua clarear as ruas, praças e jardins da capital cearense, mostrava àquele tempo deficiências e contratempos que não passariam despercebidos das autoridades. Em relatório da Câmara Municipal, lê-se que o serviço de luz elétrica, “não sendo perfeito, é, sem dúvida, relativamente bom, comparado que seja aos do telefone e iluminação pública, ambos estes detestáveis” (FORTALEZA, 1925). Na mensagem enviada à Assembleia Legislativa em 1927, o então presidente do estado assim comentava a iluminação em apreço:

Esse serviço, embora de caráter e interesse privativamente municipal, continua por conta do estado, a cargo da “The Ceará Gas Company, Ltd.”, cujo contrato terminará em 1958.

Não pode ser pior a iluminação da capital.

Teve o Governo do Estado, de acordo com o do Município, vários entendimentos com a companhia inglesa concessionária do contrato, a fim de induzi-la a substituir por luz elétrica a atual, que, além de antiquada, é de péssima qualidade (CEARÁ, 1927, p. 42).

O Executivo estadual encaminhou à companhia do gás uma proposta de modificação da forma de luz (discriminada inclusive no contrato), que previa em breve o uso da eletricidade nos logradouros públicos, mas essa sugestão não surtiu qualquer efeito prático. Entrementes,

as despesas com aquele serviço sofreram majoração apreciável, em razão do aumento nos custos operacionais e da situação cambial desfavorável à importação da matéria-prima e equipamentos empregados na produção e distribuição do gás. Em 1926, o gasto para os cofres públicos somava pouco mais de 334 contos de réis, ao passo que em 1930, para se manter 2.800 pontos de luz na cidade, ele alcançava uma quantia superior a 568 contos, indicando um acréscimo de 70%. Essa tendência ascendente apresenta maior impacto se confrontada à importação geral de mercadorias, feita pelo estado naquele quinquênio, que passou de 25.434 para 21.786 contos de réis (CEARÁ, 1933). Ou seja, o dispêndio com a luz de gás atingiu, em meia década, uma proporção relativamente elevada do que o Ceará gastava com a aquisição total de bens no exterior. O serviço de iluminação, historicamente oneroso, chegava a patamares preocupantes no princípio dos anos 1930.

A agitação das forças políticas contrárias ao governo da República que, em sua culminância, fez irromper a chamada Revolução de 30, desencadeou a deposição do presidente Washington Luís e abriu um novo período na história política do país. A isso, seguiu-se a montagem de uma estrutura administrativa com tendências mais centralizadoras, cuja direção foi assumida por Getúlio Vargas. Nomeados interventores para as diversas unidades da Federação, receberam eles poderes para, entre outros, determinar a revisão dos contratos de serviços públicos em vigência desde a Primeira República. Posto à frente da administração estadual em 1931, o capitão Carneiro de Mendonça, em vista das despesas crescentes com a iluminação pública da capital, entendeu por criar naquele mesmo ano uma comissão para o estudo do contrato firmado com a Ceará Gas, terminando afinal o Governo do Estado por rescindi-lo unilateralmente, em 30 de julho de 1934 (NOBRE, 1981, p. 107-108). A empresa Ceará Light obteve então um contrato provisório para a execução do serviço, logrando depois a concessão definitiva da geração e fornecimento de luz e força elétrica a Fortaleza. Iniciada em dezembro de 1933, a instalação de umas poucas lâmpadas em caráter experimental, no fim do ano seguinte se procedeu à mudança gradativa do sistema de iluminação. Estimava-se por então uma economia mensal de 25 contos de réis frente aos recursos consumidos pelo gás (CORREIO

DO CEARÁ, 15 dez. 1934), vantagem a que se juntava a sensação agradável propiciada pela inovação aos olhos de uma parcela dos habitantes: “temos visto o lindo efeito da luz elétrica em várias ruas da cidade, entre outras a Floriano Peixoto, Major Facundo, Barão do Rio Branco e o grande bairro da Praia de Iracema. Em breves dias teremos luz elétrica em grande parte de Fortaleza, atingindo mesmo os pontos mais afastados” (O POVO, 21 dez. 1934). Parece, todavia, pouco provável que a inauguração do novo serviço despertasse unânime contentamento. E mesmo alguns dos que aplaudiram a rescisão do antigo contrato com a Ceará Gas não entendiam que, necessariamente, a longeva forma de iluminação deveria ser abandonada em proveito de outra. Certas vezes na imprensa viram com reserva a decisão governamental de lançar um edital que prescrevia a implantação da eletricidade em ruas e praças, em razão do que a velha concessionária britânica ficava impedida de concorrer ao novo contrato.<sup>25</sup> Por seu turno, em 1938, o cronista João Nogueira, já referido, afirmava que até 1914 a capital fora muito melhor iluminada, e desde então experimentava problemas recorrentes para manter o serviço a contento. Homem cujo repertório sensorial fora formado na segunda metade do século XIX, nascido no mesmo ano em que ocorreu a inauguração da luz de gás em Fortaleza, o engenheiro Nogueira exprime uma opinião que talvez partilhassem outros habitantes mais velhos, para os quais a existência de determinados aparatos técnicos (como a rede elétrica e os automóveis) não constituía um fenômeno habitual e evidente, mas resultava de transformações sucessivas num quadro cotidiano que, até ali, não denotava dependência irreme-

<sup>25</sup> “Fomos dos que não aplaudiram a maneira por que o governo cearense se tem conduzido no caso da iluminação pública de Fortaleza. Mesmo querendo respeitar-se os motivos que levaram a administração pública a assumir a atitude radical que tomou contra a companhia inglesa, já no apagar das luzes dos poderes discricionários, não vemos como justificar-se as medidas posteriores. Entendeu a prefeitura de fazer um contrato para a iluminação da cidade e publicou edital exigindo o sistema exclusivo a eletricidade, o que importava em excluir a companhia que já vinha executando o serviço a gás carbônico, o que era uma injustiça. [...] A propósito de concorrência, o governo ainda não a abriu para aquisição do material destinado à instalação provisória, nem também para o fornecimento da energia elétrica. Antes de saber-se quanto se gastará, valerá a pena dispensar o serviço do gás?” (CORREIO DO CEARÁ, 10 dez. 1934).

diável das novas tecnologias. Essas derivações do aperfeiçoamento industrial, por vezes, eram também vislumbradas com austeridade: pouco mais velho do que João Nogueira, o farmacêutico e escritor Rodolfo Teófilo salientou, sem denotar entusiasmo, o aspecto noturno do chamado “coração da cidade” na década de 1920, segundo lhe haviam contado: “Há cerca de quarenta anos não vou à praça do Ferreira à noite. Dizem-me que é um céu aberto; milagres da luz elétrica”. Como tantos outros, esse prodígio, no entanto, estava longe de contribuir para a melhoria integral dos seres humanos: “Fortaleza era, há cinquenta anos, menos civilizada do que hoje, porém muito mais moralizada. A civilização dá ao homem mais bem-estar, mas não lhe aperfeiçoa a moral” (TEÓFILO, 1931, p. 103).

Observações como as expendidas pelo cronista e alguns jornalistas sugerem que o teor mais agudo das críticas à iluminação pública nem sempre se dirigia à luz de gás propriamente dita, mas em geral tinha por alvo a má qualidade do serviço prestado. De fato, tem-se hoje alguma dificuldade em conceber as razões pelas quais, décadas atrás, houve relutância, ainda que discreta, em preferir o gás da cena urbana. Isso talvez se deva à forte influência da luz elétrica na sensibilidade visual contemporânea, tendente a não valorizar ou a simplesmente embotar a qualidade que no passado era atribuída a determinados artefatos luminosos. Tal diferença de avaliação não quer dizer somente que os níveis de claridade obtidos e praticados há duas ou três gerações seriam atualmente considerados insuficientes, mas também que certos ambientes pouco devassados por uma luminosidade franca e experiências acolhedoras da sombra e da penumbra poderiam ser dotadas de uma positividade que ulteriormente se tornou inusual, ou até invisível.

Durante boa parte do século XIX, a população de Fortaleza, a exemplo do que ocorria em diversas cidades brasileiras, era orientada a retornar a suas casas e nelas permanecer após o toque de recolher, que soava às 21h.<sup>26</sup> Ultrapassado esse horário, as autoridades policiais

<sup>26</sup> Sobre o costume de pautar pelas nove horas da noite o encerramento de visitas, conversas e mesmo certas atividades comerciais, com o subsequente recolhimento às residências, cf. Cascudo (2004, p. 45-47).

que rondavam pelos logradouros poderiam deter e revistar eventuais transeuntes, não raro envoltos numa certa atmosfera de suspeição. Como menciona um cronista, na época em que, conforme certo reparo jocoso, a cidade “dormia com as galinhas”, a observância a essa prescrição induzia com frequência o passo pressuroso dos habitantes tardios rumo às moradias,<sup>27</sup> até porque, além do controle exercido pelos agentes da lei, sobre a noite pesava uma imemorial impressão de mistério e receio que, ao menos em parte, estava conjugada à relativa fragilidade da iluminação pública, como também à crença antiga de que forças e entes sobrenaturais tinham presença mais assídua com o sol posto. Noções compartilhadas sobre os perigos da noite eram ainda correntes nas primeiras décadas do século XX: a escuridão acolhia não apenas uma diversidade de crimes, mas servia de palco à emergência de vestígios do além-mundo. No Cariri dos anos 1910, um grupo de meninos tentaria, sem chegar a termo, pôr à prova a veracidade de uma história de risco e prodígio: aquele que tarde da noite lograsse passar a mão direita por baixo da porta principal da igreja, deixando de fora o polegar, seria apalrado pelo diabo: se este conseguisse alcançar o polegar, ganharia a alma do pretendente audacioso; caso contrário, o desafiante adquiriria, de imediato e sem a necessidade de estudo, largo conhecimento no domínio que desejasse. A narrativas desse gênero se juntavam muitas outras: em diversas localidades do Ceará se conservava o hábito de, após o jantar, reunirem-se parentes, amigos e vizinhos em roda para palestrar assuntos diversos, inclusive casos de assombrações e visagens que, contados e recontados, favoreciam a sobrevivência de velhas precauções e temores: “Essas conversas contribuía para que todo ruído ou barulho anormal, ouvidos à noite, fossem levados à conta de coisa do

<sup>27</sup> “O direito da locomoção sofria restrições [no meado do século XIX]: a polícia não permitia que, na cidade, depois de 9 horas da noite, continuasse o trânsito público. A essa hora tocava a *recolher*, no quartel do corpo fixo, e, às notas compassadas da corneta, ouvidas distintamente nos pontos mais afastados da pequena cidade, estugavam o passo os retardatários em busca de suas habitações. Ouvia-se então, na praça da Carolina (ex-José de Alencar, depois Capistrano de Abreu) o ruído das portas das tavernas que se fechavam apressadamente e o burburinho alvoroçado da gente que se retirava, e ali estivera, desde 6 horas, no pequeno comércio de peixe fresco e das fressuras, vindas à tarde do matadouro” (ABREU, 1934).

outro mundo”, comentou um escritor que repassava lembranças de sua vida dos anos 1910 aos 1920 (CABRAL, 1978, p. 166).

Além da vigilância policial e das inúmeras histórias de manifestações sobrenaturais, outros fatores devem ter contribuído para inibir a gradativa transformação da noite num campo oportuno à vigília, ao lazer e à deambulação. A julgar pela quantidade de clubes e associações existentes na capital cearense, as ocasiões de passeios e encontros noturnos eram menos numerosas e diversificadas no terceiro quartel do século XIX do que viriam a se tornar depois, sugerindo que possivelmente a expectativa de luz regular e abundante durante a noite ainda não integrava a cultura sensível de homens e mulheres de outrora no grau de obstinação a que estamos acostumados. E, mesmo quando se pretendia aproveitar o período noturno para o lazer, nem sempre essa aspiração estava compulsoriamente ligada ao incremento da luz artificial: ao sugerir ao poder municipal a construção de um coreto à beira-mar, determinado jornal salientava a oportunidade de ali organizar retretas em *noites enluzadas* (CORREIO DO CEARÁ, 21 fev. 1930; MOTA, 1955, p. 134). Outro indício da menor ênfase que parcela dos moradores então dispensava à claridade noturna vem sugerido nas descrições dos memorialistas sobre as serenatas de outras épocas. Tidas à conta de hábitos que espelhavam uma cidade pretensamente mais singela e romântica, elas eram realizadas de preferência nos períodos de lua cheia, quando de praxe se desligavam os lampiões a gás. “E as serenatas? Ah! as serenatas daquele tempo...”, evoca o pintor e poeta Otacílio de Azevedo. Em sua mocidade, nas décadas de 1910 e 1920, costumava percorrer ruas e bairros distantes do perímetro central, juntamente com amigos, cantores e músicos versados no violão e na flauta. “Encontrávamo-nos quase todas as noites e, principalmente, quando o espelho argênteo da lua esparzia sobre a cidade-menina a sua luz romântica” (AZEVEDO, 1992, p. 97). Nesse caso, era justamente a falta de uma fonte de luz intensa e profusa que assegurava em boa medida o efeito sentimental interpretado como propício ao cultivo das paixões e às expansões afetivas. Assim, parece que, aos olhos daqueles escritores, havia uma afinidade entre o abrigo da penumbra e os recônditos do coração.

A passagem do gás à eletricidade recobriu nuances significativas, embora despercebidas numa primeira visada. Afinal, se, por um lado, a nova fonte de energia era recebida com otimismo e aprovação de boa parte da opinião pública, por outro não faltaram críticas ao modo como foram conduzidos os trabalhos de implantação da rede elétrica:

Daqui a pouco ninguém certamente poderá andar nas ruas de Fortaleza sem correr o risco iminente de avariar as canelas ou perder algum dos pés numa contorção mais violenta e desastrosa. E isto apenas é motivado, lamentavelmente, por uma incúria indesculpável da Prefeitura, que manda arrancar os combustores da iluminação a gás e inexplicavelmente deixa a descoberto, numa constante e perigosa ameaça à integridade física do público, os vastos buracos escavados para o arrancamento dos postes.

Boa medida esta, de embelezamento da cidade. Belo processo de modernização de nossa “urbs” (A RUA, 8 out. 1933).

Invectivas desse gênero eram correntes no periódico *A Rua*, que assumira uma postura de franca oposição às administrações estadual e municipal, mostrando-se particularmente atento à consideração de projetos e obras públicas imbuídos de um propósito modernizador, entre os quais figuravam a reforma do mais importante logradouro da capital (a praça do Ferreira), a implantação de um novo modelo de pavimentação das principais vias (à base de concreto) e o estabelecimento da eletricidade na iluminação das ruas e praças, todos iniciados nos anos de 1933 e 1934. O crescente vulto dessas intervenções técnicas na paisagem da cidade fomentava entusiasmos, mas também acentuava divergências, mormente quando as propostas se dirigiam a elementos que compunham o imaginário urbano e influíam diretamente nos modos de visibilidade em público, como era o caso dos combustores de gás. Nessa perspectiva, se o reparo feito pela nota do jornal *A Rua* não sugeria qualquer apego a um valor de tradição encarnado nos lampiões, também estava longe de somente velar pela integridade física dos cidadãos: afinal, falava-se ainda em “embelezamento da cidade”, que parecia ora em diante desfalcado tanto pela negligência dos buracos a céu aberto

quanto pela retirada do aparato de iluminação cuja uniformidade, perfil esguio e sóbria estrutura metálica eram tidos, por muitos dos habitantes, como expressões do elevado padrão estético que os governos anteriores haviam legado ao ambiente urbano.

Nesse sentido, vale observar que a década de 1930 ainda está à espera de um trabalho historiográfico capaz de articular a emergência de uma nova era política e o impulso de transformações diversas na experiência diária dos moradores da cidade, que testemunharam uma série de processos sociais quase simultâneos: a irrupção de novos sistemas técnicos (na iluminação pública, na pavimentação, na remodelação de logradouros); a inauguração do primeiro arranha-céu, onde foi instalado o Excelsior Hotel (1931); a instalação da primeira estação radiofônica do estado, a Ceará Rádio Clube (1933); a adoção de uma nova cartografia simbólica traduzida no esforço administrativo de renovar ruas, praças e avenidas (1932), com vistas à reiteração de uma memória oficial legível no espaço público e em consonância com a reordenação política que se seguiu ao fim da chamada República Velha; a formulação, feita pela edilidade, de uma nova demanda de planejamento urbanístico para a cidade em expansão, solicitado ao arquiteto Nestor de Figueiredo em 1933; o advento de uma seca em 1932, que, grassando o interior do estado, expulsou milhares de sertanejos que se instalariam, precariamente e em definitivo, nas franjas do tecido urbano, com impacto considerável no quadro demográfico (CASTRO, 1977a, 1982, 1987; GIRÃO, 1959; NOGUEIRA, 1980; PONTE, 1999; RIOS, 2001; SILVA, 1992; SILVA FILHO, 2002b).

Durante essa conjuntura, os grupos sociais tiveram de empreender, em um curto lapso de tempo e numa escala talvez desconhecida, negociações constantes entre a sanha renovadora e os apelos da permanência. E, embora uma parcela dessas mudanças (notadamente as de perfil tecnológico) viesse recoberta de implicações positivas, a passagem de uma estrutura consolidada a outra, inédita, ainda por implantar, podia comportar efeitos desestabilizadores, fosse em termos de capacidade adaptativa, fosse como aquele em que prosaicamente, entre o combustor de gás e o poste elétrico, crescia um interstício às vezes palpável, em última instância um buraco. Em tal medida recrudescia,

naqueles anos, a atmosfera de tensão política, com desdobramentos na imprensa local, multiplicando-se por meio de denúncias e reprovações aos gestores públicos, que o historiador Raimundo Girão – à época prefeito de Fortaleza e, em razão do tirocínio na pesquisa do passado, muito ciente do peso do periodismo na construção de sua imagem para a posteridade – cuidaria de registrar em suas memórias o que julgava ter sido o resultado de um espírito de prevenção sem fundamentos, movido em larga medida por interesses pessoais.<sup>28</sup> Em que pese o acerto ou equívoco dessa ressalva, o fato é que o início do sistema de iluminação elétrica de Fortaleza tomou parte num amplo movimento de modificação da fisionomia urbana e de certas práticas cotidianas. E esse movimento não teria como vir dissociado de um contexto no qual afloravam pressões modernizadoras, em parte sintonizadas com o interesse em reafirmar valores de um progresso especialmente contrastado com o passado recente e suas conotações de atraso social e político.

A aplicação do potencial elétrico na via pública constituiu, à vista de muitos letrados, um melhoramento festejado que, embora inicialmente circunscrito ao ponto de vista técnico, assumiu conotações simbólicas de força indiscutível, pois sugeria a equiparação de Fortaleza a centros urbanos mais prósperos e dotava a capital de um equipamento identificado ao círculo prestigioso das metrópoles modernas. Essa nova epiderme luminosa funcionava em duplo registro: tanto servia à comparação entre cidades diversas, revestindo o orgulho provinciano com outra roupagem, quanto se transformava num índice de distinção que pautava o esquema hierárquico projetado sobre diferentes áreas do território urbano. No dia 14 de fevereiro de 1935, o jornal *A Rua* publicou uma reivindicação pelo benefício da energia elétrica, poucos meses após o início daquele serviço:

---

<sup>28</sup> “A essa altura [1933], o jornal *A Rua* fazia-me campanha desarrazoada. Dirigido por um professor e jornalista reputado, mas amante do néctar de que tanto gosta Dionísio, e mal assessorado, encampando sem qualquer exame o despeito de elementos a quem eu antes obsequiara (havia chegado a vez de não merecerem anuência as suas solicitações descabidas), o jornal parecia não ter outro assunto que o de censurar o governo e, de modo preferido, o do Município” (GIRÃO, 1972, p. 176).

Pessoas moradoras à rua do [governador] Sampaio solicitam, por nosso intermédio, as vistas do sr. prefeito para o abandono em que se encontra aquela rua.

Apesar de muito central, localizada no perímetro urbano, nas imediações mesmo do Palácio do Governo, até o presente continua às escuras, enquanto outras ruas mais afastadas dos subúrbios já se encontram iluminadas a luz elétrica (A RUA, 14 fev. 1935).

Evidentemente essa diferenciação noturna entre regiões da cidade, perceptível devido à iluminação desigual de suas vias, não fora inventada pelo advento da eletricidade, porém herdada dos sistemas técnicos anteriores, como o azeite de peixe e o gás (NOGUEIRA, 1980). Este último, em especial, na medida em que emitia uma chama bem mais clara, limpa e estável do que aquela resultante do óleo animal, deve ter contribuído para acentuar o contraste entre os trechos iluminados e os que se mantinham sob o véu da noite. Em contrapartida, os combustores a gás, que durante quase setenta anos serviram a cidade e foram alvo de numerosas reprovações no tocante à qualidade da luz fornecida, receberam um tratamento bem diverso após sua desativação. Agraciados com a condescendência reservada às figurações de um passado idealizado, ganharam a auréola da nostalgia e foram convertidos em símbolos de uma época irrecuperável pela experiência, mas cuja sobrevivência deveria ser sancionada pela vigília da memória. A transfiguração daqueles artefatos em monumentos intangíveis, em relíquias destinadas a um culto da saudade, tornou-se factível por meio de livro de crônicas lançado já em 1938. Não decorrera sequer uma década do encerramento do antigo sistema de iluminação, e o escritor Raimundo de Menezes inventava, em *Coisas que o tempo levou...*, um lugar eminente para aqueles vestígios urbanos. Retirados da paisagem, eles seriam investidos de um brilho respeitoso, recendendo a homenagem póstuma.

Fortaleza dos tempos antigos! Fortaleza d'outrora! Fortaleza dos lampiões a gás! Como eras diferente, na pacatez de cidade provinciana, na quietude de cidade ingênua. Tuas ruas estreitas, mal alumadas pelos lampiões escassos, com os sobradões sombrios na ponta da rua, com as casinhas de telhados baixos, com os teus

hábitos pacatos e modestos, como eras diferente de hoje!  
[...] Como a Fortaleza daquelas eras passadas, tão diferentes de hoje, tinha outro sabor, com os seus hábitos e costumes, seu primitivismo familiar, tão suave, tão gostoso, na suprema delícia de um romantismo que fala à nossa emotividade!...  
Fortaleza dos tempos antigos! Fortaleza d'outrora! Fortaleza dos nossos avós! Como é doce evocar-te, numa enternecida saudade, ó Fortaleza dos lampiões! (MENEZES, 2000, p. 31, 33-34).

Os textos de Raimundo de Menezes tiveram um alcance bem mais vasto do que congêneres redigidos no mesmo período, uma vez que, antes da sua reunião em forma de livro, haviam sido divulgados quase todos nas páginas do jornal *Gazeta de Notícias* e em um programa radiofônico, veiculado pela Ceará Rádio Clube – única emissora então existente em Fortaleza. Ultrapassando os limites do mercado livre e mesmo da expressão escrita, o autor promoveu, pela letra e pela voz, a inclusão efetiva (afetiva) dos lampiões a gás no imaginário da cidade, e o fez numa escala dificilmente igualada por qualquer outro jornalista ou intelectual.<sup>29</sup>

<sup>29</sup> No caso específico do tratamento dispensado aos lampiões a gás pelos homens de letras, o gesto de Raimundo de Menezes faria lembrar uma observação sobre o investimento simbólico de determinados objetos que, subtraídos do valor de uso e marcados pelo curso do tempo, passariam a alimentar um veio da mitologia moderna: “O objeto funcional é eficaz, o mitológico, perfeito. [...] *Basta que a sua prática concreta se perca para que o objeto seja transferido às práticas mentais.* Isso é o mesmo que dizer que atrás de cada objeto real existe um objeto sonhado” (BAUDRILLARD, 1993, p. 84, 126 [grifo do autor]). Evidentemente, esse comentário não pode ser aplicado de maneira indistinta ao universo dos artefatos, mas somente a alguns objetos que, por várias circunstâncias, acabam sendo investidos da função de emblemas de uma dada época. Com efeito, nessa ponderação e no compromisso em examinar os contextos sociais e técnicos na singularidade de suas características subsistem dois traços que distinguem a pesquisa histórica da abordagem semiológica, como ressaltou Asa Briggs (1990, p. 17-18): “There is always a danger that semiologists get caught within the limits of their own expository frames, and there is a further danger that when they try to relate everything to everything else in a culture, they are imposing rules on disorderly ‘intelligible universes’ rather than discovering them. Cultural historians have to be very careful to avoid this danger. As Ernst Gombrich has written, ‘it is one thing to see the interconnectedness of things, another to postulate that all aspects of a culture can be traced back to one key cause of which they are the manifestations’”. [Tradução nossa: “Há sempre um perigo de que os semiólogos terminem presos em suas próprias estruturas de exposição, e há um

A eficácia dessa projeção idílica sobre artefatos antigos nunca é certa, homogênea e coesa. Ela encontraria melhores possibilidades de êxito justamente entre aqueles homens e mulheres que testemunharam e se beneficiaram da existência concreta dos combustores, ou em meio aos que, nascidos após a supressão deles, aderiam sem muita resistência às cintilações de uma tradição inventada. Esses grupos, embora significativos, estavam longe de responder pela totalidade do aglomerado urbano, pois não incluíam grandes parcelas da população local que, morando nos arrabaldes, foram contemporâneas à luz de gás, mas dela nunca puderam servir-se. Para tais moradores, não havia condições materiais que sustentassem qualquer predisposição à nostalgia dos lampiões. Nem antigos, nem modernos, esses objetos técnicos eram simplesmente uma ausência. Seu funcionamento e sua desapareção dificilmente encontrariam eco na sensibilidade de pessoas que enfrentavam a noite recorrendo a engenhos cediços: velas, lamparinas, candeeiros.

A literatura é pródiga de relatos sobre o cotidiano nessas franjas da cidade, onde a infraestrutura se mostra rarefeita ou inexistente. Trata-se de áreas opacas, pouco regidas pela lógica do planejamento; constituem “espaços do aproximativo” e não da exatidão; ali os vestígios do improvisado e da ocupação espontânea costumam sobrepujar a racionalidade atribuída ao poder público e aos imperativos de mercado (SANTOS, 1998). Não raro os personagens de ficção espelhavam, na miudeza dos gestos e da paisagem, traços da rotina dos habitantes do subúrbio. Assim, o pedreiro, entrando tarde em casa, “se curvou sob a sucessão de redes dos meninos. Tateou a caixa de fósforos no bolso da camisa e acendeu a lamparina sobre o fogão. [...] Abriu a porta da frente e sentou-se na soleira para aproveitar mais um pouco a noite. A lua continuava a fazer brancas as coisas”. Noutro enredo, um rapaz a ca-

---

perigo adicional de que, quando tentam relacionar tudo com tudo mais numa determinada cultura, eles estejam impondo regras sobre ‘universos inteligíveis’ desordenados, ao invés de descobri-las. Os historiadores culturais têm de ser muito cuidadosos para evitar esse perigo. Como Ernst Gombrich escreveu, uma coisa é ver a interconexão das coisas, outra é postular que todos os aspectos de um cultura podem ser remetidos a uma causa-chave da qual eles são as manifestações”].

minho do prostíbulo depara com o aspecto noturno da periferia: “Bruxuleava por entre as moitas de mata-pasto o pavio fumarento das lamparinas nos casebres” (CAMPOS, 1996, p. 29, 32, 101).

Em um romance cuja trama se desdobra na década de 1920, um jovem afere a discrepância entre duas celebrações por meio da intensidade luminosa: “na verdade, comparando as duas festas, como lhe parecia mesquinho, naquele momento, o modesto ambiente da casa de Dulce, com a escassa iluminação das casas pobres!” (CARVALHO, 1945, p. 227). No Morro do Moinho, bairro de população pobre retratado em um conto dos anos 1940, diversas casas viravam ponto de sociabilidade onde costumavam os vizinhos reunir-se à noite para “a conversa no terreiro ciscado, ligeiramente alumiado pela luz da lamparina que dançava no pavio e na parede sem reboco” (CAMPOS, 1946, p. 45). O emprego desses pequenos apetrechos luminosos parecia acentuar certo aspecto misterioso das coisas vislumbradas sob o manto noturno, garantia mesmo aquela milenar vivacidade das sombras, tão persistente e que seria praticamente abolida da percepção corriqueira mediante a proliferação dos filamentos elétricos.

À diferença da maioria dos aparelhos de iluminação acionados pelo gás e a eletricidade, aqueles objetos guarnecidos de pavio em geral apresentavam, malgrado suas desvantagens, uma qualidade prática decisiva para os usuários: a mobilidade. Na medida em que não participavam de um sistema técnico, com pontos específicos de produção e distribuição da fonte de energia conectados em rede, não havia compromisso com a sedentariedade. Mais do que um detalhe, esse caráter transponível condicionava a presença de partes indispensáveis à anatomia dos artefatos: aselhas para as lamparinas, alças para os lampiões. O desenho preparado para a firme acolhida da mão sugere aí um gestual do movimento, reporta a um foco que, sendo conduzido pelo usuário, pode a cada vez clarear ambientes distintos. Corpo e objeto se solidarizam na locomoção.

Foi com o gás e a eletricidade que o brilho artificial assumiu, dentro das casas, uma propensão mais estática, um vínculo direto com determinado ponto no espaço. Isso delinearía, ao menos no caso do potencial elétrico, outra relação entre a ocupação dos aposentos e o uso

da luz: se, antes, sair de um cômodo à noite implicava a possibilidade de levar consigo o objeto luminoso, o advento dos sistemas industriais de energia tornou supérfluo esse deslocamento. A luz estaria disponível, igualmente, em qualquer compartimento, sem a necessidade de carregar um artefato para devassar o escuro. Em contrapartida, era agora requerida maior atenção para sincronizar as ações: o abandono do quarto ou da sala deveria ser acompanhado do desligamento do foco luminoso. Vai-se configurando um modo diferente de emprego da luz artificial, doravante mais sensível ao uso fracionado no espaço, descontínuo no tempo. Essa luz, consagrada com a matriz elétrica, tende a eleger como seu parâmetro a demanda de cada indivíduo. É dele a responsabilidade pelo usufruto e, igualmente, pelo desperdício. Paradoxo curioso: ao mesmo tempo que destituíram as habitações de sua antiga autonomia e, assim fazendo, minaram o controle privado sobre a obtenção de luz, os modernos sistemas de iluminação desenvolveram uma consciência mais aguda do gasto de energia, que deveria ser introjetada por cada usuário particular. Daí por diante, residências prodigamente iluminadas poderiam tornar-se, mais do que no passado, um sinal de desleixo ou um índice de ostentação.

Por outro lado, medidas austeras de economia podiam constituir motivo de zombaria entre subalternos e empregados domésticos: na peça *Pecados da mocidade* (1926), do teatrólogo Carlos Câmara, um personagem aproveita a ausência do chefe para fazer um conagraçamento com figuras engajadas no serviço da casa:

Carrapato! Carrapato! (entra Carrapato) Vai buscar conhaque e vinho Quinado. Ali no gabinete do chefe deve haver. (Carrapato sai) Mas está ficando escuro como boca de tinteiro. (aproxima-se do registro) No começo do mundo disse Jeová: Fiat lux! E a luz se fez. (acende) O velho é um tanto mesquinho. Quando está em casa, é apagando uma lampadazinha aqui, outra acolá. Eu não! Eu lá sou homem para essas somiticarias. Eu gosto de ver é tudo aceso (CÂMARA, 1979, p. 461).

Interessante observar que, durante algum tempo, a indústria da eletricidade ainda se inspirou em princípios de funcionamento do sis-

tema de gás. Um indício desse momento de transição técnica se encontra numa novela do escritor Fran Martins: ao ouvir tarde da noite um barulho estranho, o personagem da narrativa, supondo tratar-se de um ladrão, levantou da cama para espreitar os demais cômodos da casa: “Girou, por fim, o comutador, a luz espalhou-se em todos os cantos – uma luz forte, que o fez fechar os olhos imediatamente” (MARTINS, 1948, p. 15). A relação pouco ajustada entre um movimento de rotação relativamente longo e o brusco acendimento da lâmpada testemunha um aspecto da maturação do aparato elétrico: antes de consagrar-se a implantação do comutador adequado ao esquema funcional da nova energia, movido por um simples toque que abre ou fecha o circuito elétrico, essa tecnologia tomou de empréstimo ao gás um gesto e um artefato – o botão giratório – que correspondia à abertura do registro pelo qual passava aquele fluido. Foi necessário, portanto, certo tempo para que o ramo da eletricidade desenvolvesse uma forma de controle sobre a energia que se mostrasse de fato apropriada a suas peculiaridades de funcionamento, regidas não por um mecanismo de gradação (como no caso do gás), mas por uma ativação ou interrupção instantânea da corrente elétrica.

A disseminação da eletricidade reordenou, a seu modo, o critério adotado no consumo da luz, que passaria a ser progressivamente regido por uma escala individual. Contudo, essa tendência a otimizar a serventia das fontes artificiais, interrompendo a continuidade de seu brilho quando conviesse, não foi criada, como por encanto, pela lâmpada incandescente ou pelo bico de gás. Antes da vulgarização de tais artefatos, um objeto de aparente singeleza havia deflagrado esse processo: o fósforo. Sua invenção e fabricação, a partir de 1831, trouxe uma importante mudança, ao permitir que fosse dispensado o imemorial recurso a um lume aceso permanentemente para obter luz e calor. Era então possível, a um pequeno gesto, providenciar fogo para as mais diversas atividades. Essa evidente economia de esforço e tempo, aliada à produção e comércio em ascensão, assegurou ao fósforo maior assiduidade entre os bens importados pelo Ceará na passagem do século XIX para o XX (NOBRE, 1981, p. 94-95). Tratava-se de um negócio cujo vulto surpreende o pesquisador atual: em 1936, as despesas a ele

relacionadas chegaram a nada menos do que 2.338 contos de réis, com a importação de 219 toneladas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1938, p. 87). Além do fato de ser comprado, outra característica do produto – sua curta duração – provavelmente ajudou a desenvolver um trato mais racional com o processo de iluminação: cada palito tem sua utilidade circunscrita a um breve momento após o início da queima, impondo uma aplicação mais objetiva da chama. Essa segmentação ígnea em pequenas unidades de igual natureza deve ter influenciado a sutil emergência de um senso mais previdente no manuseio da luz artificial.

Artigos voltados à consequente iluminação das casas e à fácil obtenção do fogo, os fósforos conheceram invulgar disseminação em Fortaleza a partir dos alvares do século XX. Ao lado de gêneros correntes que integravam a dieta dos humildes, como arroz, feijão e farinha, os palitos de cabeça inflamável eram itens usualmente encontrados à venda em vários estabelecimentos comerciais, mesmo nas insignificantes mercearias situadas na periferia da capital, como o bairro do Alto da Balança, descrito num romance publicado em 1937 (MARTINS, 1999, p. 23). No emaranhado de ruelas tortas que traduziam a formação espontânea daquele lugar por contingentes de miseráveis, as candeias, lamparinas e velas protagonizavam o frágil combate à escuridão noturna dentro dos casebres. Fora deles somente a incidência do luar ajudava a atenuar o negrume daquelas vias de traçado irregular – penumbra que, como indica o texto ficcional, muitas vezes se convertia em aliado providencial dos desejos de discrição de quem perambulava a horas mortas, à margem dos olhares de outrem.

Nas zonas da cidade servidas pela eletricidade, a noite ganhava feição consentânea ao que se considerava um elemento característico da vida moderna. Porém, a marca daquele melhoramento não deixaria de comportar novos perigos. A face lúgubre dessa longa rede de fios, cruzando os quadrantes do espaço urbano, vem exposta num registro literário:

Dona Sofia contou:

– A filha da Sebastiana, coitada, acabou de morrer neste ins-

tante. Ia passando pela esquina, quando se ouviu foi o grito dela. Gritou e caiu no chão, se torcendo toda. O grito e a queda da pobre chamaram a atenção do pessoal que conversava na bo-dega. Mas não houve remédio: quando chegaram perto viram que a infeliz havia sido morta por um fio da Light. Este mês já duas pessoas foram pro outro-mundo por causa dos fios dessa maldita Light (CARVALHO, 1947, p. 88).

Aquela cena não era apanágio da prosa de ficção: em 3 de março de 1929, jornais de Fortaleza abordaram o perigo das quedas constantes de fios da Light na praça do Ferreira, provocando inclusive interrupção no trânsito de veículos (MOTA, 1954, p. 233). Os riscos não escolhiam sexo, idade ou classe social: em 1934, uma criança de cinco anos sofreu forte choque ao pisar num cabo que jazia defronte certo grupo escolar da capital (CORREIO DO CEARÁ, 31 jan. 1934). Similarmente, a ameaça das linhas que transportavam a corrente elétrica não era reservada à via pública. Gestos comezinhos, praticados dentro de casa, poderiam ter um desfecho fatal, como aquele envolvendo um jovem comerciante que decidiu “armar a rede para fazer a sesta e não viu o fio elétrico que estava enganchado no armador. O rapaz não deu por conta da coisa e quando foi meter o punho da rede no torno, recebeu forte descarga, que o matou” (O JORNAL, 6 abr. 1959). Manobras imprevidentes comportavam um grau de risco elevado, mesmo para quem já possuía eletrodomésticos e aparentemente estava mais preparado para lidar com aquela forma de energia: uma senhora que em 1967 resolveu eliminar a ociosidade de uma tomada protagonizou mais outro entre tantos casos lúgubres registrados pela imprensa da cidade:

A tomada há muito que não funcionava. O rádio fora vendido, o ferro de engomar quebrara. E dona Luzia, num dos seus lances de ingenuidade que sempre irritavam o marido, seu Facundo, pegou um prego e um martelo para improvisar um porta-toalha. Bateu o prego no buraquinho da tomada. Bem dentro mesmo. O choque que não foi sopa. Na horinha, dona Luzia, que sofre do coração, foi levada roxa e fria para o Pronto Socorro... (O JORNAL, 1959 apud SOUZA, 2008, p. 103).

Os acidentes se abatiam também sobre profissionais em serviço: um eletricitista que fazia reparos na instalação de um domicílio no bairro da Aldeota permaneceu descalço e não providenciou o desligamento da força. “Os trabalhos de conserto já iam bem adiantados quando Firmino de Sousa, sem ter necessário cuidado, pegou no fio elétrico, sendo fulminado pela corrente” (CORREIO DO CEARÁ, 18 jan. 1941). Mortes por eletrocussão despertavam um temor adicional: o de que o contato com a vítima resultasse em outra ocorrência fatal. No caso mencionado, ninguém ousou remover o cadáver do eletricitista, sendo necessária a intervenção de funcionários da companhia de força e luz. A letalidade da energia penetrou o dia a dia na mesma intensidade com que alimentava lâmpadas e motores, a ponto mesmo de render a alusão bem-humorada de um jornalista, que, cumprimentando certo amigo, escreveu: “Sua comunicabilidade é de corrente alternada, como os fios elétricos da Light: atingem a quantos lhe cheguem perto” (A RUA, 26 jan. 1935). A troça serve, a contrapelo, como um vislumbre aproximativo dos medos que acompanhavam a utilização da eletricidade.

Contemporânea à aplicação daquele potencial em ruas e praças de Fortaleza foi uma mudança normativa na legislação brasileira. Marco de grande importância no rearranjo das relações entre Estado e energia elétrica, a promulgação do Código de Águas, por decreto presidencial, ocorreu em 1934. Esse texto assinalou o tom nacionalista e intervencionista que, a partir da Revolução de 1930, distinguiria a atuação do governo em temas considerados relevantes para o interesse do país. Ampliando a regulação do setor elétrico mediante o controle e fiscalização do poder público e assegurando à União exclusividade nas concessões e autorizações para uso industrial dos recursos hidráulicos, o código explicitava o recrudescimento da tendência à centralização administrativa e maior ingerência do Estado em diversas áreas da economia brasileira. Entre as inovações daquele dispositivo legal, merecem destaque: a fiscalização mais rígida, nos âmbitos técnico, financeiro e contábil, de todas as companhias com atividades no ramo hidrelétrico; a outorga de novas concessões e autorizações para exploração da força hidráulica somente a brasileiros ou empresas organizadas no país; a distinção jurídica entre propriedade do solo e propriedade das quedas

de água, de maneira a fortalecer o papel da autoridade pública no controle do potencial energético nacional. Importa, no entanto, advertir que, embora a eletricidade então gerada no Brasil já procedesse majoritariamente do emprego dos cursos de água, o código, malgrado sua ponderável abrangência, não incidia sobre a modalidade termelétrica, que, até meados da década de 1960, respondia pela maior parcela da energia consumida no Ceará e, em particular, na sua capital.

De fato, já nas duas primeiras décadas do século XX, a predileção pela geração hidrelétrica foi se afirmando entre diversas concessionárias que operavam no Brasil. Esse interesse pelo aproveitamento dos recursos hídricos era largamente motivado em razão das condições hidrográficas favoráveis e da maior capacidade energética das usinas que empregavam a força das águas fluviais. Tal modelo de produção de eletricidade, embora existente no país desde o fim do Oitocentos, consolidou-se a partir da entrada do grupo anglo-canadense Light nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e no Distrito Federal, o qual, investindo na construção de grandes instalações e represas para a exploração dos cursos de água, contribuiu para o gradativo predomínio dessa modalidade às expensas da matriz térmica. Não obstante, regiões que não dispunham de amplo potencial hidráulico, ou que dele só poderiam servir-se mediante a inversão de vultosos capitais, terminavam optando por usinas termelétricas para fazer frente a suas demandas por energia (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988, p. 44).

No Ceará, desprovido de rios caudalosos e com poucas quedas de água, os poucos municípios a contar com o benefício da força e luz elétrica no primeiro quartel do século XX, inclusive sua capital, em geral precisavam recorrer a processos de geração térmica assegurados notadamente pela queima da lenha e, em proporção bem menor, pelo consumo do óleo. O Recenseamento Geral de 1920 indica a existência de três usinas no estado, juntas atingindo a modesta potência de 115hp – equivalente a pouco mais de 84kW. Somente Goiás apresentava, no conjunto da Federação, capacidade geradora inferior ao Ceará. Dados referentes a 1930 denotavam uma expansão energética considerável em termos absolutos, perfazendo aquele estado nordestino um total de 6.651kW. No mesmo intervalo, a potência instalada do país mais que

duplicou, alcançando cerca de 778 mil kW. A escalada energética nacional resultou sobretudo das grande hidrelétricas construídas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro pelas duas maiores concessionárias estrangeiras atuando em território brasileiro – os grupos Light e Amforp. Constatase, portanto, que, em termos relativos, o incremento na geração elétrica do Ceará, entre 1920 e 1930, deveu-se sobretudo ao caráter bastante acanhado de sua base inicial. No princípio dos anos 1930, o estado passara a ocupar melhor posição no quadro da produção energética do país, suplantando congêneres igualmente situados em regiões economicamente pouco dinâmicas, como Amazonas, Acre, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Não obstante, o parque gerador cearense mantinha a estrutura característica daqueles espaços onde a difusão da eletricidade se processava em ritmo lento e proporções pouco notórias, marcada pela pulverização de instalações de modesta envergadura e extenso predomínio da modalidade térmica: das 35 usinas que ali operavam em 1930, somente duas eram hidrelétricas, respondendo por não mais que 99kW. Em 1936 seriam quatro as instalações que aproveitavam a força de rios e quedas de água, mas a geração sofreu um acréscimo irrisório, chegando a 102kW (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1938, 1946, 1951).

O processo de concentração das empresas envolvidas na geração e distribuição da energia foi bastante acentuado na segunda metade da década de 1920 com as fortes investidas da Light e da Amforp no setor, incorporando ou assumindo o controle diretor das concorrentes de menor porte. E, embora não tenha ficado circunscrito aos dois estados mais prósperos da nação, espalhando-se também por Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco, não se estenderia a áreas cuja exploração apresentava poucos atrativos às duas gigantes estrangeiras (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988, p. 62-66). No Ceará, cujos principais núcleos urbanos (exceto a capital) tinham ainda pouca expressão demográfica e atividades industriais de exígua relevância, o fornecimento de eletricidade estava assentado numa proliferação de concessionárias pequenas: eram 35 em 1930 e 37 em 1936, para igual quantidade de unidades ge-

radoras. Em 1940 a potência instalada correspondia a 12.500kW, quase o dobro da verificada dez anos antes, mas esse aumento não importava qualquer alteração significativa na organização do setor, pois fora conseguido pela simples adição de firmas e centrais, 72 e 73, respectivamente. A título de contraste, cite-se que naquele momento um grande autoprodutor, a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, detinha sozinho maior capacidade geradora que a soma de todas as usinas localizadas no Ceará (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988, p. 110). Em retrospecto, o estado mantinha um quadro pouco animador: em 1936 sua população equivalia a pouco mais de 4% do montante brasileiro, mas a potência elétrica ali instalada representava somente 0,7% da produção nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1938, p. 155-156). Se, em 1920, a média brasileira de geração elétrica era de 11W por habitante, o indicador do Ceará acusava uma cifra irrisória (0,08W). Mesmo em 1940, a despeito dos sucessivos aportes de centrais energéticas, o estado permanecia bem abaixo da estimativa do país: cada brasileiro produzia em média 30W, ao passo que o índice cearense *per capita* registrava não mais do que 5W (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1946, 1951).

Além de modesto e acionado por processos técnicos mais rudimentares, o panorama energético estadual se configurava numa plethora de sistemas elétricos isolados, de âmbito municipal e estreito raio de alcance. Essa diversidade de instalações locais, sem qualquer conexão funcional com suas vizinhas, empregando correntes, tensões e equipamentos variados, certamente constituiria um dos maiores obstáculos à posterior formação de um grande sistema elétrico integrado, como aquele delineado a partir da extensão das linhas transmissoras da usina de Paulo Afonso ao território cearense, na década de 1960.

A introdução da energia elétrica para iluminar as ruas e praças de Fortaleza foi, de início, saudada como uma efígie de progresso urbano. Do ponto de vista técnico, esse incremento acarretou dificuldades ao bom desempenho do serviço, visto que a demanda pública de luz, antes a cargo da companhia do gás, passou à responsabilidade da Ceará Light, cujo parque gerador não foi ampliado na devida proporção para o aten-

dimento das atividades produtivas e da própria expansão urbana. Se lembrarmos que, entre 1930 e 1940, a população de Fortaleza saltou de 109 mil para 182 mil pessoas, percebe-se a magnitude dos problemas a serem enfrentados pela concessionária de energia que, por sinal, não esteve à altura de equacioná-los satisfatoriamente. Além da menor capacidade econômica da empresa, à vista de outras companhias distribuidoras, para realizar inversões de monta ou obter empréstimos que financiassem a ampliação e construção das centrais geradoras, o preço do quilowatt, entre os mais elevados do país, constituía outro fator de inibição ao crescimento do consumo local. Quando, em 1939, a Light obteve autorização para majorar as tarifas, sua impopularidade, que já era um fato consumado, tornou-se notória. O reajuste não alterou o valor da luz (1.500 réis por kWh), mas incidiu noutros serviços, como a força (de 450 para 550 réis por kWh), o aluguel do registro (de mil para dois mil-réis) e os exames de instalação para luz e força (de cinco para dez mil-réis, e de dez para 15 mil-réis, respectivamente) (O POVO, 23 out. 1939). Os reclamos contra a empresa se multiplicavam na imprensa, como o anônimo enviado à redação de um vespertino, verberando a tentativa de aumento proposta no ano anterior: “como se sabe, o serviço que nos presta [a Light], além de ser o mais caro, ou para melhor dizer oneroso, dos que existem nas capitais do Brasil, é o pior: uns bondes gemendo, arrastando-se pelas ruas, largando os pedaços; energia que falta sem o menor aviso; luz que se apaga horas e horas; corrente que sobe e desce” (O POVO, 4 jul. 1938).

Outra característica do sistema elétrico local era a dependência da biomassa, que, embora não figurasse entre as maiores preocupações dos contemporâneos, acarretava graves danos ao meio ambiente e, combinada à obsolescência do parque gerador, limitava a eficiência do processo de produção de energia. Especialmente durante a década de 1940 e com o avanço do desgaste das caldeiras, calcula-se que o consumo da lenha empregada pela Ceará Light para gerar eletricidade tenha se elevado a 250 toneladas diárias, proveniente de lugares a 180 km de Fortaleza. O volume da extração contínua de mata nativa para alimentar a usina do Passeio Público denota a envergadura do impacto ambiental a que foi submetido o ecossistema da região em torno da capital e ao longo

da via férrea. O trem, por sinal, tinha função estratégica no transporte rápido e massivo da lenha para suprir a empresa de energia, de tal maneira que somente com o abastecimento da companhia inglesa eram mobilizadas 750 toneladas de material rodante da Rede de Viação Cearense, o que correspondia a aproximadamente 25 vagões ferroviários por dia (PINHEIRO, 1988, p. 9; LEITE, 1996, p. 104).

A voracidade das centrais térmicas em relação à lenha, tanto na capital do estado quanto nas cidades do interior, teve grande responsabilidade no processo de desmatamento indiscriminado levado a efeito em diversas partes do sertão cearense no século XX, com implicações evidentes na perda crescente de revestimento florístico, no aumento da erosão do solo, na ameaça a pequenos cursos de água e na ausência de medidas que prescrevessem o reflorestamento das áreas degradadas. Afora os enormes prejuízos ambientais, essa modalidade de produzir energia – predominante na região até a ligação com a usina de Paulo Afonso – traria, no médio prazo, maior vulnerabilidade às empresas do setor, pois a lenha possuía um teor calorífico instável e seu valor de mercado registrava cifras ascendentes à medida que, exaurido o potencial arbóreo de um determinado perímetro, impunha-se a retirada daquele combustível em locais mais distantes dos núcleos de consumo. Essa parceria, hoje obsoleta, entre a produção de eletricidade e a queima da lenha assegurou durante quatro décadas o suprimento de força e luz para Fortaleza. Num guia comercial da cidade, publicado em 1939, constam 17 oficinas e estabelecimentos para venda de equipamentos elétricos, ao passo que são enumerados dez depósitos de lenha (ALMEIDA, 1939). Se boa parte das cozinhas residenciais ainda dependia desse recurso natural para acionar seus fogões, foi a Ceará Light que, criando uma demanda em escala, determinou a sua transformação num insumo industrial.

Na primeira metade dos anos 1940, a capital cearense sofreu o agravamento nas dificuldades de suprimento energético. Interrupções, racionamentos, atendimento parcial da cidade se tornaram frequentes, sobretudo em razão do precário funcionamento de turbinas e geradores. A fragilidade econômica e institucional da Ceará Light, vislumbrada na impossibilidade de atacar os problemas recorrentes, ficaria patente

quando se deliberou pela intervenção federal na empresa, em junho de 1946, sucedida por sua incorporação à municipalidade (outubro de 1948). O pesquisador Ary Bezerra Leite salienta que, entre as principais causas de bancarrota da companhia inglesa, residiram o preço elevado do combustível (lenha), o crescente custo de operação dos equipamentos e a política tarifária que, uma vez abolida a chamada cláusula-ouro em 1933 (que previa reajustes de acordo com a oscilação cambial), só permitiu a revisão dos preços mediante anuência da autoridade concedente (LEITE, 1996, p. 104-106).

Mesmo sem a leitura dos jornais, onde eram correntes as notícias relacionadas à questão da eletricidade, ao cidadão comum, o estado sofrível da empresa ganhava expressão evidente nas reiteradas suspensões de energia. O escritor Jáder de Carvalho, sempre atento a pormenores do cotidiano em suas obras de ficção, retratou essa adversidade num lance rápido: à noite, recolhida ao quarto, uma personagem escrevia no diário pessoal quando, subitamente mergulhada na escuridão, adivinhou sem esforço o motivo do contratempo: “Diabo! Apagou-se a luz. Novo colapso na Usina do Passeio Público” (CARVALHO, 2003, p. 304).

As contingências a que se sujeitou a Ceará Light, na última fase de seu controle acionário por capitalistas britânicos, participavam de um contexto mais amplo. O racionamento, por exemplo, não era medida inédita. Adotado pelo governo federal desde o começo dos anos 1940, servia como expediente para minimizar os efeitos decorrentes do grave desequilíbrio verificado entre o crescimento das cidades e a insuficiente ampliação da oferta de eletricidade. Nas principais metrópoles brasileiras – Rio de Janeiro e São Paulo –, que concentravam os maiores parques industriais e de longe lideravam o consumo daquele insumo energético, as décadas de 1940 e 1950 trouxeram repetidas limitações ao seu emprego contínuo e regular, dado que os investimentos no aumento da capacidade instalada estavam muito aquém da expansão das atividades econômicas e do ascendente quadro demográfico dos grandes assentamentos urbanos.

A escassez no suprimento de eletricidade ocorreu em praticamente todos os estados, resultando de uma conjuntura desfavorável que combinava poucas inversões das empresas concessionárias do setor e

demandas crescentes da produção industrial, provocadas em parte pela eclosão da Segunda Guerra Mundial. Esse descompasso foi assim particularmente agravado com o irromper do conflito bélico, que determinou a suspensão na importação de equipamentos e a impossibilidade de contrair empréstimos internacionais que financiassem o aumento da geração de energia no país (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2003, p. 46-53). As dificuldades no fornecimento de eletricidade se faziam sentir mais drasticamente nos estados que tomavam a dianteira no processo de industrialização, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, embora tais restrições não deixassem de atingir, de maneira peculiar, áreas economicamente menos dinâmicas do território brasileiro. Nessas se incluía o Ceará (e especificamente sua capital), que experimentava as restrições no uso daquela fonte energética não como interrupção pontual de uma prosperidade em curso, mas sob a forma de ameaça concreta aos discretos ensaios de diversificação produtiva com que se pretendia atenuar seu atraso econômico diante de um panorama nacional de fomento às atividades fabris. Se a insuficiente oferta energética implicava lentidão no ritmo de crescimento dos estados mais ricos, para os mais pobres significava, aos olhos de seus dirigentes e empresários, temerária condenação ao retardamento técnico e material.

Dados do censo estatístico de 1950 informam a situação de Fortaleza quanto ao usufruto da luz elétrica nos domicílios: dos 51 mil imóveis, pouco mais de 36% (18.628) dispunham daquele melhoramento técnico. A desigualdade no acesso era também evidenciada pelos indicadores: na área urbana do município, que compreendia 15,5% das habitações, a energia beneficiava aproximadamente 88% dos residentes, enquanto nos subúrbios, onde se concentrava a ampla maioria das casas (72,7%), menos de um terço (30,1%) recebia eletricidade (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1951). Esses números permitem concluir que não apenas a corrente elétrica era um elemento restrito à minoria da população, como sua distribuição concentrada fomentava clivagens no espaço urbano e nos perfis de renda dos moradores. Residir longe do centro da cidade, nos bairros recém-surgidos em razão do crescimento demográfico, explicitava uma condição

econômica inferior, a que se juntava a falta de acesso a equipamentos coletivos de infraestrutura, como a eletricidade, cujas linhas não se estendiam, na velocidade desejada, aos vetores de expansão ocupados pelas classes pobres.

A mudança institucional da Ceará Light, com a passagem de seus bens e equipamentos para a edilidade, não resultou em qualquer melhora substantiva na execução do serviço público. A descontinuidade do fornecimento e a tarifa elevada eram os aspectos mais evidentes de um problema que se tornara crônico. No enfrentamento de um déficit de energia que se mostrava a cada dia mais agudo, a prefeitura de Fortaleza viu-se compelida, entre 1952 e 1954, a recorrer a uma série de expedientes emergenciais para evitar um colapso no abastecimento. Contratou, mediante autorização federal, a compra do excedente de energia gerado nas instalações próprias de algumas fábricas particulares. Ainda instalou e pôs em funcionamento, em janeiro de 1954, uma pequena usina diesel-elétrica no bairro do Meireles, com o propósito de reforçar sua capacidade nominal. Tais medidas buscavam atenuar os enormes embaraços da carência de eletricidade, que a administração municipal acreditava resolver com outra medida: a finalização dos trabalhos de uma nova central térmica, que tivera início em julho de 1952. A usina do Mucuripe, ou do Serviluz (por referência à autarquia criada no mês de maio de 1954 para assumir a geração e distribuição de energia à capital cearense), foi inaugurada em março de 1955, com potência de 12.500kW (LEITE, 1996, p. 170-171).

Entretantes, nos jornais pululavam críticas e denúncias à inoperância da empresa de energia. A iluminação pública, que muitos julgavam sofrível, ressentia-se tanto da limitada capacidade geradora quanto da falta de lâmpadas nos postes, cuja solução, reivindicada por diversos consumidores, chegou a receber da concessionária a seguinte e inusitada proposta:

A Light, por outro lado, não adota nenhuma providência, chegando até a dizer às pessoas reclamantes que comprem as lâmpadas ficando os técnicos da nossa Usina de Luz encarregados de colocá-las nos postes. Francamente não se concebe a atitude do gerente da Light. Se o fortalezense paga o kilowatt-hora mais

caro do Brasil, não está, de maneira alguma, na obrigação de manter e zelar a iluminação pública porquanto ela é administrada, zelada e guardada unicamente pela administração da velha Usina da Praia Formosa (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15 out. 1954).

Num tempo em que já não se enaltecia o lirismo das noites de luar, outrora revestidas de uma auréola romântica ou ao menos toleradas pelos espíritos austeros, a precária claridade das ruas começou a exacerbar inquietações difusas. A escuridão, sentia-se, firmava consórcio com o perigo e a criminalidade. Esse medo antigo era agora re-potencializado num contexto de intenso crescimento demográfico e elevação geral do custo de vida, tendo por consequência um acirramento das tensões sociais. O espaço urbano, cuja expansão contínua punha em contato diário milhares de seres humanos que se ignoravam mutuamente, sem qualquer vínculo afetivo ou identificação comunitária, era propício a esse clima de instabilidade subjetiva que a falta de luz parecia levar à culminância. A propósito do surgimento dos chamados “rabos de burro” – grupos de jovens de classe média que, dirigindo automóveis, saíam pela cidade a praticar desordens, agressões e depredações sem motivo aparente –, um habitante fez o seguinte comentário: “Para nós, sr. redator, muito mais terror nos causa a CAVEIRA DE BURRO da nossa Light, [pelo] abalo de nervos de que todos nós estamos possuídos, vendo a nossa cidade às escuras, entregue à sanha de gatunos e terroristas [...]. A desculpa da Light é sempre a mesma... falta de combustível, caldeira furada, substituição de peças etc.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 28 out. 1954).

Outras cogitações preocupantes eram aventadas no tocante à eletricidade, como o fato de que, após a realização das eleições de 1954, a capital imediatamente padeceu de crise no abastecimento, sugerindo a manipulação da questão energética com a finalidade de vitória nas urnas. Aumentos nas contas de consumo, sem o correspondente usufruto da corrente elétrica, também afligiam os moradores.<sup>30</sup> O escritor

<sup>30</sup> “Por último – e é o que está causando espécie – é a circunstância inexplicável de os talões de aviso de consumo de energia estarem oferecendo, agora, após um mês sem

Jáder de Carvalho, no romance *Sua Majestade, o juiz*, retratou essa insatisfação numa conversa em família: “E a engraçadinha dessa ‘Light’? A gente vem poupando a luz o mais que pode. O rádio eu abro só à noite. Não temos ferro elétrico. Pois bem: a conta deste mês foi maior que a do mês passado. Já se viu?” (CARVALHO, [1961], p. 167).

Os percalços de racionamentos sucessivos punham em xeque a noção coletiva de que a energia afinal se integrara à existência cotidiana. Zonas inteiras da cidade ficavam desservidas a maior parte do dia, recebendo força e luz durante não mais do que três ou quatro horas, e mesmo esses horários eram fracionados. Noutras paralisações, verificadas ao longo dos anos, as sucessivas concessionárias – Light, Serviluz, Conefor – resolviam pela intercalação de datas, mantendo ligadas as linhas que abasteciam o lado oeste da cidade (onde se concentravam os estabelecimentos industriais), para no dia seguinte inverter o fornecimento, compensando a parte oriental (UNITÁRIO, 24 nov. 1954; O JORNAL, 3 abr. 1959). A essas medidas se somou também a realização de campanhas em favor da moderação nos gastos residenciais com energia, num esforço para disciplinar a expansão da demanda: “Economize energia – Uma ou mais lâmpadas apagadas em sua casa, é a melhor contribuição que você dá”, solicitava um anúncio da Conefor apoiado no gesto firme da mão de um homem adulto (O POVO, 11 mar. 1963). Em tom resignado, havia quem sugerisse o retorno à “época dos lampiões” (O NORDESTE, 6 dez. 1954).

---

haver fornecimento de corrente elétrica, durante o dia e à noite, somas muito mais elevadas do que a do mês anterior, quando a Light ainda funcionava. Quer dizer que sem gastar qualquer energia elétrica, o consumidor, então, fica obrigado a pagar mais caro!...” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18 nov. 1954).

**APAGUE  
UMA  
LÂMPADA**  
*...e preste  
um bom serviço  
à sua família!*

FORTALEZA conta com 60.000 famílias consumidoras de energia elétrica, que poderiam gozar dos seus contínuos benefícios.  
A Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza - CONEFOR - cuja finalidade principal é gerar e distribuir energia elétrica, precisa da sua colaboração, no momento presente, para ter a possibilidade de fornecer essa energia, sem interrupção e com perfeita continuidade.  
A sua cooperação ajudará a distribuição equitativa da energia que a CONEFOR dispõe atualmente e permitirá a sua melhor qualidade para o consumo geral - em volume de aliviar a sobrecarga na rede de distribuição.  
EXEMPLO: Uma lâmpada de 60 watts, apagada em cada uma das 100.000 casas, representará uma economia de 4.960.000 watts na sobrecarga das Usinas da Conefor.

«ECONOMIZE ENERGIA - Uma ou mais lâmpadas apagadas em sua casa, é o melhor contributo que você dá»

**CIA. NORDESTE DE ELETRIFICAÇÃO DE FORTALEZA**  
-Fazer economia é importante para todos nós.

Figura 2 - Anúncio da Conefor pela redução no consumo domiciliar de eletricidade. “Apague uma lâmpada... e preste um bom serviço à sua família!”. Fonte: (O POVO, 11 mar. 1963).

Um articulista chegou a admitir que essas privações contínuas já participavam da rotina das pessoas em tal medida que, para assegurar alguma visibilidade noturna, elas se precavam com os artefatos tradicionais: “O maior desespero de toda a gente já não é tanto pela falta de luz. Todos recorrem às lâmpadas [de gás], aos candeeiros e às lamparinas. O martírio maior é pela paralisação dos motores, por meio dos quais se tira água do subsolo” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 26 nov. 1954). As dificuldades no abastecimento de água haviam assegurado um mercado promissor para os fabricantes de bombas elétricas, divulgadas em anúncios na imprensa e para as quais se noticiaram diariamente autorizações públicas de funcionamento nos mais diversos imóveis da capital (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, 3, 5, 29 jan. 1960; 1, 12, 15, 20, 23 fev. 1960). A irregularidade no suprimento de energia era associada a dois temores: a sede e a escuridão.

E, como seria de esperar, o custo elevado da geração térmica e a instabilidade crônica do fornecimento elétrico à cidade fustigaram, de maneira diversa, a bolsa dos moradores. Comércio e indústria se viam

constantemente em apuros, pois, em decorrência de cortes abruptos ou períodos de racionamento de energia, ficavam compelidos a alterar os horários de funcionamento dos estabelecimentos. A escalada das contas de consumo também causava grande embaraço. No ano de 1954, foram necessários somente nove meses para que o preço do quilowatt-hora tivesse majoração de quase 50%, saltando de Cr\$ 2,15 para Cr\$ 3,00 – o que renderia ao município de Fortaleza a indesejável dianteira no *ranking* das mais altas tarifas de eletricidade entre as capitais brasileiras (O POVO, 6 out. 1954). Às famílias, semelhante quadro trazia igualmente uma série de contratempos, com a energia “dando não pouco prejuízo a quem a utiliza em aparelhos como geladeiras, ferros de engomar, lavanderias etc., apesar de todas as precauções. Em janeiro deste ano, por exemplo, paguei 950 cruzeiros para recuperar um motor queimado de refrigerador e lá estava o tal interruptor automático, que de nada adianta. Como eu, muitos outros consumidores da Light se queixam dela, com razão” (O NORDESTE, 9 out. 1954).

Mesmo do ponto de vista estético, a rede de eletricidade revelava a impressão de improvisado. Na implantação dos postes, houve pouca consideração pela conveniência de resguardar o lado da rua mais sujeito aos raios solares, plantando ali espécies frondosas para arrefecer o desconforto térmico. “A iluminação pública – depois que a eletricidade substituiu o gás carbônico – foi estendida, de preferência, com a instalação de lâmpadas pelo lado do sol, justamente o que exige a arborização” (TRIBUNA DO CEARÁ, 19 dez. 1963). Numa cidade sob os rigores do calor do trópico, com farta iluminação natural durante o ano inteiro, deveria causar surpresa, especialmente aos visitantes, o pouco caso das autoridades na definição do lugar mais apropriado para a implantação da infraestrutura de distribuição de energia. O aspecto heteróclito da fiação aérea e de seus pontos de sustentação era também motivo de comentário por parte de quem buscava ansiosamente colher um flagrante de harmonia visual na paisagem da cidade:

As redes de distribuição de energia de Fortaleza não podem continuar sendo como esta [de 1955] que por aí se expande como uma teia de aranha mal arrumada, ameaçando cair a todo momento,

insuficiente para maiores ramificações ou prolongamentos, suspensão de postes que variam do pau-a-pique ao cimento armado, passando pelo trilho de trem e pelo simples pegão nas paredes. [...] Ao tempo da iluminação a gás, havia combustores adequados, de ferro fundido, fincados simetricamente, todos da mesma altura, dando a impressão de ordem, honrando a estética urbana e bom gosto dos administradores (LEITE, 1996, p. 173).

Ponderações e invectivas quanto à estrutura aparente do sistema elétrico não eram recentes. Em traços gerais, a instalação preparada para receber a energia nos anos 1930 continuou em operação nos vinte anos seguintes, sem haver merecido um trabalho amplo e sistemático de renovação, nem uma reforma e extensão consequente que prevísse, entre outros, o emprego de cabos de força subterrâneos, desobstruindo assim o emaranhado de fios por sobre as cabeças dos habitantes. O resultado dessas demandas reiteradamente não cumpridas era a diferença patente entre o dia e a noite, ressaltada e lastimada pelo cronista Caio Cid, como num eco ao citado poema de Edigar de Alencar:

Deviam, pois, os lugares habitados nas proximidades do Equador, onde as horas de sol divergem de forma brusca das de sombra, ser melhor clareados artificialmente.

Infelizmente a teoria falha na prática. E o que se nota é uma Fortaleza, muito “loira” das sete da manhã às cinco da tarde, mergulhar em trevas quase absolutas depois das ave-marias.

Isso que se chama entre nós de iluminação pública não passa de uma instalação de emergência, de uma rede elétrica provisória, estendida nas ruas às pressas, pelo governo Moreira Lima [1934-1935] [...].

[...] A cidade parece uma floresta de postes, coberta de casas de aranha, tantos são os fios nus que, do alto, nos ameaçam a vida. E aqui e ali uma lampadazinha dependurada num trilho ou pregada numa parede, como uma flor parasitária, chora tristemente a cera voltaica das suas poucas velas... (O POVO, 7 jan. 1946).

Essa profusão de fios e postes daria, a quem do solo observasse o céu, a curiosa impressão de inumeráveis recortes feitos sobre um fundo azul. Em primeiro plano, linhas de fina textura e hastes de feitio variado

riscavam as alturas, viravam presenças intermediárias do olho ao firmamento. Numa época em que a verticalização arquitetônica fazia os primeiros ensaios e se limitava à área central da cidade, a teia dos fios elétricos era talvez o rastro mais notório de uma ambição técnica aplicada ao espaço urbano. E, malgrado sua aparência desgraciosa, o mosaico desenhado com aquelas fileiras, fracionando a epiderme do céu, impunha à visão um dado novo: o horizonte não era mais inteiriço.

Num romance de Jáder de Carvalho, a retração diária da luz do sol foi interpretada por um sertanejo que, tendo corrido mundo, sabia enxergar no ocaso o resquício de uma chama: “A noite [no Amazonas] chega assim como uma lamparina que se apaga: deixa logo tudo no escuro. No Ceará é como se fosse vinte, trinta lamparinas: vai-se apagando de uma em uma, enquanto as cousas vão diminuindo na vista da gente” (CARVALHO, 2003, p. 263). Mais relevante do que estipular a precisão literal dessa bela imagem é ter em conta a maneira como o uso cotidiano de um dado artefato condiciona a percepção dos homens sobre a passagem do tempo. A captura de sutilezas desse gênero é um exercício árduo, requer o apelo estético a níveis de atenção que costumam passar ao largo da maioria das pessoas, tão logo a difusão de um aparato técnico se reveste daquela tonalidade cinzenta que assinala a cristalização de um hábito. Por isso é muitas vezes a criação literária que se atém melhor à tarefa de transpor, para a expressão verbal, essas modulações perceptivas que constroem nossa mediação com o mundo. Não há como saber se um dia alguém de fato já escandiu o decurso do cair da tarde por meio do apagamento sucessivo de uma quantidade estabelecida de lamparinas, mas parece razoável cogitar que, num ambiente urbano onde as retinas iam sendo paulatinamente permeadas pela luz elétrica, essa operação de marcação temporal dificilmente encontraria ressonância.

Entre as modificações resultantes da generalização da luz elétrica na privacidade das casas, uma das mais significativas diz respeito à menor atenção dedicada desde então ao gradual declínio do brilho solar que anuncia a chegada do crepúsculo. Outrora esse momento compreendia os preparativos para lidar com a escuridão iminente: lâmpões, velas, lamparinas começavam a ser acesas para ir contrabalançando, no

limitado alcance de seu lume, o cair da tarde. Essa atividade banal, hoje considerada destituída de praticidade e graça, era porém um modo corriqueiro de demarcar a transição do dia para a noite. Havia, portanto, uma sensorialidade mais aguçada quanto à incidência e variações da luz natural, pois dela dependia o ritmo de parcela apreciável das lides cotidianas, usualmente interrompidas pelo pôr-do-sol. A impressão meio imperiosa de que “é preciso aproveitar o dia enquanto está claro” sugere a antiga necessidade de observância do tempo diurno – um dos mais poderosos parâmetros que escandiam a alternância entre trabalho e descanso (THOMPSON, 1998; WHITROW, 1993).

Quando se torna possível fazer frente ao brilho rarefeito do fim de tarde mediante o simples apertar de um botão, é dissipada aquela disposição corporal que antes apreendia a vinda da noite nos termos de um processo, de um movimento gradativo. Acender uma lâmpada elétrica dentro de casa é um ato de resposta tão imediata e tão isento de esforço que mal nos apercebemos da sua relação com a suspensão da luz do sol. E não é incomum o notório desvencilhamento entre a presença solar e o emprego das lâmpadas no recesso privado: quantas vezes a penumbra de um cômodo é enfrentada, em pleno dia, por um simples toque no interruptor, em vez do abrir de uma janela?

Nesse sentido, a consolidação da luz elétrica no espaço doméstico não se limitou a ampliar os segmentos beneficiados por aquela forma de energia; constituiu, outrossim, um fator de repercussão considerável na relativa indiferença que hoje se verifica quanto ao arco da luz do sol ao longo do dia – alheamento ainda mais apreciável no que tange aos ambientes de trabalho, muitos dos quais hoje projetados para ignorar solenemente o movimento da claridade natural, uma vez que desprovidos de fendas solidárias à passagem de ar e luz. No interior dessas salas e escritórios – de resto inviáveis sem o concurso de sistemas artificiais de refrigeração – a noite se expressa primordialmente nos ponteiros do relógio, não na escuridão celeste. Ali a conquista da luz perene implica assim um registro do tempo em bases mais abstratas, sem apoio na observação do espaço ao redor. Obviamente esse descolamento traduz maior liberação das injunções da natureza, mas indica também o progressivo condicionamento do olho à presença de artefatos lumi-

nosos, redundando em associação cada vez mais estreita entre a lâmpada elétrica e a noção de um campo visual adequadamente discernível, como anúncios frequentes nas décadas de 1940 e 1950 não cessariam de propalar: “A boa luz é a vida de seus olhos. Ilumine bem sua casa” (O POVO, 22 ago. 1941, figura 3); “Iluminação fluorescente: fator de atração e sucesso!” (CORREIO DO CEARÁ, 9 dez. 1952); “[Lâmpada Philips] Luminosa como o sol, suave como o luar” (CORREIO DO CEARÁ, 20 out. 1952, figura 4). Também no espaço público, essa tendência recebeu forte impulso, a ponto de, entre 1960 e 1990, haver triplicado, por parte dos engenheiros elétricos, o nível de iluminação recomendado – dado que revela a demanda crescente por energia e o advento de uma experiência visual nitidamente mediada por sistemas de luz artificial. Esse incremento vertiginoso de padrões considerados ideais para o olhar acurado atingiu tal limiar que, segundo um estudioso da percepção humana, a fronteira entre algo visto e algo iluminado parece hoje virtualmente indistinguível (GIFFORD, 1991, p. 45-46).

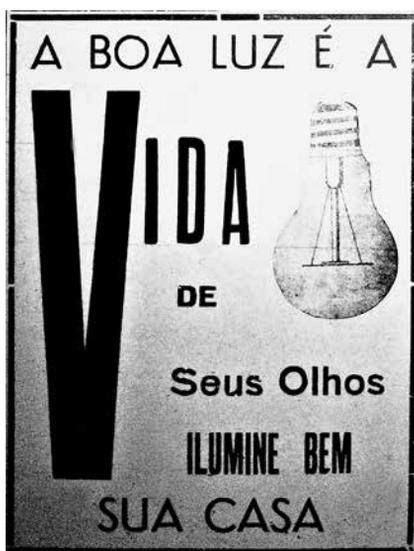


Figura 3 - Anúncio de lâmpada elétrica. “A boa luz é a vida de seus olhos”.

Fonte: (O POVO, 22 ago. 1941).

**é claro...**  
com a nova lâmpada *Argenta*

**PHILIPS**

- Melhor luminosidade
- Alta difusão de luz, sem sombras
- Luz avulvada que não cansa a vista
- Cloridade uniforme em toda a superfície
- Não ofusca a vista mesmo olhada diretamente
- Rendimento excepcional

*Argenta* **PHILIPS**

LUMINOSA COMO O SOL - SUAVE COMO O LUAR

Salão, Tabuleiro, Lâmpadas, Aparelhos Elétricos, Velocidade Elétrica, Equipamentos de Rádio, Equipamentos de Tênis, Equipamentos de Cinema, Material Elétrico-Automático e Automóvel, Rádio-Transmissores, Aparelhos de Rádio-Medical, Rádio 7, Equipamentos Científicos, Equipamentos Teatros, Aparelhos Elétricos de Mult. Usos, Tensões Automáticas.

Procure os nossos revendedores em todo o território nacional.

**A. PHILIPS DO BRASIL** RIO - S. PAULO - BELO HORIZONTE - RECIFE - PERNAMBUCO - ALAGOAS - CURITIBA - FORTALEZA - SALVADOR - BRASÍLIA

Figura 4 - Anúncio da lâmpada Philips. “é claro... com a nova lâmpada Argenta.” Fonte: (CORREIO DO CEARÁ, 20 out. 1952).



## A ELETRICIDADE NO ESPAÇO DOMÉSTICO

**E**m crônica publicada no jornal *O Povo* (27 jan. 1965), o padre Antonio Vieira descreveu uma cena peculiar, ocorrida no interior do Ceará: todos os dias, da entrada de sua casa, um menininho, ainda nos primeiros experimentos com a linguagem verbal, assistia à passagem de uma carroça puxada a burro, tendo inclusive passeado diversas vezes nesse meio de transporte. A mãe, apresentando à criança o universo misterioso das palavras, justapunha um nome a cada coisa apontada com o dedo. Aos poucos, o mundo iria se ajustando aos termos que o designavam. Mas, uma tarde, a carroça habitual não passou, e o que seria motivo de decepção virou imagem de espanto. Pois o menino, ao ver a criatura que se aproximava, mal pôde crer nos seus olhos. Saiu gritando ao encontro da mãe, e anunciou, intrigado, sua recente descoberta: “Venha ver um burro sem rodas!” Até então, artefato e animal formavam uma unidade indissolúvel na mente da criança, uma espécie de entidade a que ninguém ainda tachara de monstro. Das entranhas de uma paisagem modorrenta podem emergir revelações surpreendentes...

Costuma-se atribuir a histórias desse gênero o rótulo de anedota. Por vezes, elas até são consideradas interessantes, alguém exorta a imaginação fértil das crianças, e assim o inusitado se torna digerível, assimilado por enquadramento.<sup>31</sup> Mas outorgar a um relato singelo o em-

---

<sup>31</sup> O próprio autor da crônica aderiu ao expediente convencional de circunscrever a vivência exacerbada do imponderável à singularidade do universo infantil: “As cri-

blema do pitoresco tende a naturalizar o reconhecimento de sua força como indício histórico das relações entre os homens e os artefatos. Essa força talvez viceje plena quando se admite que o episódio aconteceu realmente, quando se toma consciência de que a experiência do mundo implica um longo aprendizado, evitado de pequenos sobressaltos que fazem estremecer a ordem das coisas, reclamando novas ideias, palavras, sensações.

De maneiras peculiares, os objetos técnicos provocam instabilidade e contingência, notadamente quando inseridos em meios sociais desacostumados com sua presença. Pois, como em ressonância da cena vislumbrada pelos olhos infantis, os artefatos que se vão integrando à vida cotidiana não desempenham exclusivamente um papel utilitário; desenham novos horizontes de ação e traduzem, na diversidade de suas formas, funções e materiais, um sem-número de habilidades, expectativas, pretensões, dúvidas e temores dos agentes sociais envolvidos na sua invenção, produção e consumo. Os significados e implicações desses objetos ultrapassam, por conseguinte, o valor instrumental que lhes é correntemente atribuído. Se a criança sertaneja reconhecia a serventia da carroça sem ter em conta os dois seres distintos que compunham aquela unidade em movimento, também nós tendemos a desconsiderar o potencial radicalmente transformador embutido nas criações da técnica: tratamos de empregá-las em prol de uma decantada comodidade, evitando compreender de que modo elas produzem uma mediação complexa entre os homens e o mundo onde vivem.<sup>32</sup>

---

anças vivem num mundo diferente do nosso. O mundo irreal da imaginação. O mundo imaginário dos sonhos. O mundo simbólico dos encantos. Tudo colorido. Tudo perfumado. Até as próprias cousas que as cercam e que lhes interessam vivamente são feitas à sua imagem e semelhança. É o gato e o cachorro com quem elas brincam, como se fossem da mesma idade e tivessem as mesmas sensações e destino. Conversam com eles como bons amigos e até parece que se entendem” (O POVO, 27 jan. 1965).

<sup>32</sup> Gilbert Simondon – filósofo que trouxe contribuição substancial à reflexão sobre as técnicas – propunha que essas fossem tomadas não como simples instrumentos, mas como mediadores das relações entre os homens, e deles com o ambiente natural. Destarte, os objetos técnicos diriam respeito tanto ao campo do conhecimento quanto à produção de valores, projetando entrelaçamentos da cultura com a natureza, da sociedade com a ciência, da economia com a moral; embora seja praxe conceber essas instâncias do agir humano em termos de esferas relativamente autônomas, importaria

No caso dos aparelhos elétricos, as modificações resultantes de sua crescente assiduidade no recesso doméstico incidem, em particular, nos repertórios sensoriais dos usuários. Pois, diferentemente de outros potenciais energéticos, como a tração animal, o vapor, os combustíveis fósseis, a eletricidade inscreve na paisagem vestígios relativamente discretos: transformadores, postes e fios, embora observáveis sem dificuldade, revelam pequena ou nenhuma mobilidade, escapam à apreensão do olfato e, em certa medida, da visão, se comparados à fumaça expelida por um automóvel, ao calor de uma caldeira ou ao suor de uma alimária. Invisível, inodora, inaudível, a força elétrica destinada ao ambiente privado – igualmente útil e letal – requer, daqueles que dela se beneficiam, um aguçado nível de cautela e abstração, menos necessário no trato com outras fontes de energia. A obtenção e incorporação desses cuidados não ocorreu de forma imediata. Tornou-se possível apenas mediante a adoção gradativa de novas cadeias de gestos, cuja transmissão e aprendizado implicava posturas corporais outrora desconhecidas, como também a supressão de hábitos doravante tidos como impróprios.

O convívio com esses equipamentos fomenta, a um só tempo, perspectivas de maior conforto e inéditas fontes de preocupação. Exemplo disso são as advertências quanto aos ruídos emitidos por refrigeradores, cujas orientações técnicas, na década de 1950 e ainda hoje, insistem em tratá-los como efeitos normais causados pela circulação do

---

mais entender como elas tomam parte num processo de autoconstituição conjunta. Analisando certas ponderações de Simondon, Élisabeth Gladu (2000, p. 5) comenta: “La culture entraînerait l’humain à adopter envers la technologie deux attitudes contradictoires: soit qu’il l’appréhende comme un simple ustensile, soit qu’il la dote d’intentions, bonnes ou mauvaises. [...] Pour remédier cette situation, la culture doit prendre conscience de la réalité humaine qui reside dans la réalité technique. Et cela ne peut se concrétiser qu’avec l’aide de la philosophie qui jouera son rôle d’intégrateur et de réparateur de la rupture entre la culture et la technique”. [Tradução nossa: “A cultura conduziria o humano a adotar frente à tecnologia duas atitudes contraditórias: seja apreendê-la como um simples utensílio, seja dotá-la de intenções, boas ou ruins. [...] Para remediar essa situação, a cultura deve tomar consciência da realidade humana que reside na realidade técnica. E isso só pode se concretizar com o auxílio da filosofia, que desempenhará seu papel de integradora e reparadora da ruptura entre a cultura e a técnica”].

ar ou pelo funcionamento do compressor. Mesmo após um período relativamente longo, durante o qual certos objetos tiveram seu uso largamente ampliado nos diversos segmentos sociais, permanecem recomendações destinadas a tranquilizar os consumidores: vestígio sugestivo de inquietações duradouras que acompanham a sinuosa relação cotidiana entre homens e máquinas. Ora, tais esclarecimentos, comumente fornecidos pelo fabricante do produto, revelam inclusive outra faceta pouco destacada da questão técnica: à medida que suas aplicações vão ganhando terreno no dia a dia, desencadeiam uma dinâmica assinalada pela tênue (e movente) fronteira entre acomodação e adestramento dos sentidos. Especialmente no que concerne à audição –sobretudo vinculada ao ericamento de reflexos involuntários, despertadora do estado de alerta –, o corpo é convidado a um câmbio permanente, em que se alternam o hábito (condição mediante a qual o ruído maquínico se integra a uma paisagem sonora) e a distinção das sutilezas (capaz de identificar as modulações acústicas em função da performance dos artefatos). A operação perceptiva que, aos poucos, foi qualificando o ouvido como um diapasão apto a captar, por exemplo, o funcionamento adequado de um refrigerador ou uma enceradeira, não seria possível sem a integração desses aparelhos à experiência cotidiana de homens e mulheres. Foi necessário atenuar o estranhamento diante da presença técnica para que o barulho dela resultante se convertesse em rumor, zunido surdo e anódino, gradualmente alojado nas fimbrias do silêncio.

Igualmente revelador das metamorfoses dinamizadas pelas novas aplicações tecnológicas era o trato singular, há poucas décadas, com produtos que hoje teriam lugar obrigatório na composição de uma espécie de “segunda natureza”. Sua inserção plena em situações diversas da vida urbana contemporânea contrasta fortemente com ponderações outrora consideradas pertinentes, e que no momento atual seriam dotadas de irresistível hilaridade. Nos anúncios veiculados em jornais e revistas dos anos 1940 e 1950, podem-se flagrar algumas imagens e discursos empenhados nessa tentativa de instruir os consumidores com vistas ao “uso correto” dos artefatos elétricos. Publicada no diário fortalezense *O Estado* (14 dez. 1947), uma propaganda da General Electric (G.E.) trazia o cantor e compositor João de Barro narrando episódio em

que desfalcou um abajur para empregar a lâmpada no recinto onde ficava seu piano, ato que resultou num choque elétrico sofrido por sua mulher ao tentar acender aquele aparelho luminoso. O escopo da mensagem publicitária residia em dar combate ao “hábito de ‘abafar’ lâmpadas”, ou seja, movê-las entre partes diversas do espaço doméstico, ao sabor das circunstâncias (figura 5).

A mesma advertência presidia outro anúncio da G.E. (O ESTADO, 9 nov. 1947), no qual se criava um paralelo curioso entre acessórios automobilísticos e artigos domésticos. Equiparando um pneu a uma lâmpada elétrica, buscava-se induzir o leitor a sempre manter um estoque para assegurar a iluminação do lar. Assim, o primeiro desenho retratava um veículo desprovido de pneu sobressalente cujo motorista incauto, na iminência de simplesmente trocar de posição o pneu furado e o cheio, percebe a inutilidade e o ridículo de sua ação. A outra cena expunha o mesmo personagem, desta vez em casa, prestes a retirar a lâmpada de um abajur para substituir aquela da sala de estar. Justapondo as duas situações, o fabricante tencionava esclarecer que, assim como é absurdo conservar um pneu defeituoso no carro em movimento, não convém promover alternância entre lâmpadas queimadas e ativas, desguarnecendo os compartimentos da casa: “Não adote o mau sistema de tirar as lâmpadas de um lugar para outro. Este hábito pode até causar acidentes... e se a lâmpada é de pequena capacidade V. prejudicará sua vista” (Figura 6).

**"Deixei de abafar Lâmpadas"**  
de  
**JOÃO DE BARRO**  
O maior do "Povo da Terra de Favela"!





*Eu sempre comprei a mesma e não tinha problema com ela. Mas, de repente, ela queimou de novo...*



*Uma noite em minha casa houve um apagão e eu fiquei muito triste. Mas, depois de comprar a lâmpada EDISON, tudo mudou.*



*Antes eu me preocupava muito com as lâmpadas que eu usava. Mas, depois de comprar a lâmpada EDISON, tudo mudou. Agora eu não tenho mais problemas com elas.*



*Hoje, soudo sempre com uma lâmpada de Edison. Ela é muito mais econômica e não se queima tão rápido. Agora eu estou muito mais feliz.*

Siga o exemplo da popular João de Barro, produtor e fã de "abafar" lâmpadas. Esse sistema pode até causar acidentes e além disso se a lâmpada é de pequeno tamanho V, prejudicará a vista. Então sempre use com um bom certificado de lâmpadas Edison G. E. Mas não de tamanhos diferentes!

**GENERAL ELECTRIC**

**COMPRE as LÂMPADAS EDISON G. E. MAS SEMPRE BRILHAM MAIS**



Tenho sempre ao lado um estoque das lâmpadas Edison G. E. Mas e não sempre as lâmpadas Edison para melhor luz... melhor vista!

Figura 5 - Anúncio da lâmpada G.E. "Deixei de abafar lâmpadas".  
Fonte: (O ESTADO, 14 dez. 1947).

V. NÃO FARIA ISSO

... porque sabe que não é prudente viajar sem sobressolente e trocar o pneu traseiro pelo dianteiro.

PORTANTO NÃO FAÇA ISTO!

Que de uma lâmpada queimada, coloque outra nova ao invés de desligar outra dependência do lar!

SEMPRE as LÂMPADAS  
EDISON & MARCA  
SEMPRE BRILHAM MAIS

Não adote o mau sistema de tirar lâmpadas de um lugar para outro. Este hábito pode até causar acidentes... e se a lâmpada é de pequena capacidade V. prejudicará sua vista. Portanto, é compreensível ter sempre em casa um bom estoque de lâmpadas Edison G-E Mazda, as que sempre brilham mais!

Tenha sempre em estoque um estoque de lâmpadas Edison G-E Mazda.

**GENERAL ELECTRIC**

RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO - RECIFE - SALVADOR - COIMBRA - PORTO ALEGRE

Figura 6 - Anúncio da lâmpada G.E. Fonte: (O ESTADO, 9 nov. 1947).

A insistência dos anúncios sugere a extensão em que eram adotados esses pequenos e matreiros expedientes. Transpor as lâmpadas sucessivas vezes certamente representava medida de economia, muito embora também pudesse significar um desleixo aceitável num contexto urbano onde lamparinas, velas e candelários ainda dividiam espaço com os utensílios elétricos, reservando somente a determinados cômodos o benefício perene da nova iluminação.<sup>33</sup> Quando o conforto proporcio-

<sup>33</sup> Essa gradativa propagação dos acessórios de iluminação elétrica pelos diferentes recintos do lar é observada por Tales, cronista de um diário vespertino, ao visitar um amigo e ali ser surpreendido pela falta de energia: “Numa das interrupções da luz, es-

nado pela eletricidade estava ainda circunscrito a poucos segmentos sociais, procurou-se inculcar um hábito de consumo antecipatório: adquirir lâmpadas sem necessidade de uso imediato – consumo que captura o tempo futuro e o encerra no horizonte do presente. O argumento em favor dessa atitude preventiva se baseia na suposta homologia entre automóvel e casa: esta, a exemplo daquele, constituiria um mecanismo integrado, formado de partes interdependentes que demandam funcionamento conjunto – a casa seria, por conseguinte, uma máquina de morar.<sup>34</sup> Tendo por modelo um veículo, a propaganda registra o imperativo do movimento que deve reger a nova configuração do lar. Este, por sua vez, abandonando a tradicional fixidez e estabilidade que o sustinha, é concitado a aderir a um deslocamento fundamental: crescente destituição do papel imemorial de abrigo contra inimigos e intempéries em proveito de uma condição agora tornada necessária, qual seja, a de transformar-se num lugar de passagem onde o morador mais transita do que permanece. Lugar cujos fluxos precisam entrar em consonância com critérios marcadamente pautados pela eficiência, a redução do es-

---

távamos em uma residência de um amigo. Conhecemo-lo de perto, desde os primeiros passos de sua vida até o momento atual. A dona da casa, logo se foi, pela primeira vez, a luz, tomou de uma lamparina. Conseguiu outra e outra mais. Que senhora prevenida! Pelo menos não sofre da doença de otimismo nos serviços da Light. Acendeu os três candeeiros e os dispôs com equidade: um na sala de visitas, outro no corredor e o terceiro em sua máquina de costura. Resultado: aquela casa não sofreu solução de continuidade em sua vida normal. [...] [Anos antes,] a penúria da vida que, ali, se levava, não permitia a existência senão de uma única lâmpada, na sala de visitas. E, no resto da casa, imperavam os senhores candeeiros. [...] [Mas, no decorrer do tempo, disse a mulher], corando, como se fosse falta de modéstia, as coisas melhoraram... A situação econômica e financeira da nossa família melhorou um pouco. E, assim, podemos iluminar a casa por todos os lugares. Entretanto – adiantou-nos – nunca me separei das minhas lamparinas. Elas, mais do que que velas, resolvem essas situações de aperturas” (O ESTADO, 19 dez. 1943).

<sup>34</sup> Laymert Garcia dos Santos lançou reflexões instigantes acerca dos paralelos entre veículos e moradias ao longo do século XX. Sobre a casa transfigurada em “máquina de morar” – proposição inicialmente formulada pelo arquiteto suíço Le Corbusier na década de 1920 – o ensaísta comenta: “A casa, evidentemente, não saiu do lugar. Ainda. Mas o estado de coisas e o estado de espírito dos tempos pede que ela seja habitada como um veículo em movimento. Por isso precisa *funcionar*, ser funcional, econômica; por isso, tudo o que for supérfluo e decorativo deve ser eliminado. Uma casa prática para um usuário em trânsito, que não quer perder tempo” (SANTOS, 1989, p. 125).

forço e a otimização do tempo. É a própria racionalidade tecnológica que vem bater à porta. Contudo, nessa casa que se pretendia ajustada às propriedades de um meio de transporte, parece irônico que justamente aquilo que se move – as lâmpadas, de um cômodo a outro – comprometa sua funcionalidade, tornando-a um nicho capaz de encobrir novas fontes de perigo.

Nas décadas de 1940 a 1960, essa projeção da moradia informada pelo – e plenamente adaptada ao – ritmo acelerado da urbanização industrial não achava correspondência no panorama residencial de uma cidade como Fortaleza. Tendo experimentado um aumento demográfico sem precedentes,<sup>35</sup> que agudizou sensivelmente tanto as demandas por habitação quanto seu precário atendimento, o município crescia à medida que implementava e recrudescia a já histórica distância social entre ricos e pobres. Essas discrepâncias se expressavam, sintomaticamente, na segmentação do espaço urbano – ensejando a irrupção de bairros elegantes de par com a emergência de favelas – e nas configurações dos domicílios. No início da década de 1950, era flagrante a debilidade material das casas onde residia parcela considerável das classes menos privilegiadas:

---

<sup>35</sup> Em 1945, Fortaleza tinha uma população aproximada de 200 mil pessoas, que em 1950 saltaria para 270 mil, chegando dez anos depois à cifra espantosa de 514 mil habitantes. Entre 1950 e 1960, seu crescimento intercensitário foi da ordem de 90,5, o maior entre todas as capitais brasileiras – número cuja magnitude pode dar uma rápida ideia da degradação das condições de vida, acentuada sob o impacto dessa explosão demográfica (SILVA, 2000, p. 221). Analisando, em trabalho historiográfico, a urbanização de Fortaleza de 1945 a 1960, Gisafran Jucá foi categórico quanto ao peso das medidas concentradoras das ações decisórias e dos benefícios materiais que redundaram na modernização urbana: “Apesar do envolvimento de diferentes setores sociais no processo de urbanização, as diretrizes e principais decisões atinentes à expansão urbana constituíram monopólio dos que estavam no poder. [...] A implantação das melhorias urbanas em Fortaleza atendia precariamente a um percentual restrito da população. Por outro lado, os segmentos mais pobres, quando atendidos, o eram de forma restrita e irregular. A mesma realidade se estende à questão da moradia – mansões x favelas – e às respectivas áreas de lazer. [...] Apesar de Fortaleza se firmar como ponto de convergência do Ceará, ainda não conseguira a classificação de polo regional, que era peculiar ao Recife. Entretanto, a rígida contradição entre as primazias da classe rica e as agruras das menos favorecidas constituía uma designação específica a sua estrutura social” (JUCÁ, 2000, p. 17, 48).

O povo pobre de Fortaleza vive em péssimas condições de habitação.

Mora, em geral, em casebres de chão batido, cobertos de telha. Há, porém, um grande número de famílias proletárias que habita choupanas feitas de madeira, latas ou taipa, cobertas de palha.

Tais mocambos existem aos milhares, construídos em terrenos foreiros cujos aforadores os deixam abandonados até que a valorização atraia para eles as vistas dos donos.

Logo que esses obtêm bons preços, começa a odisséia dos despejos em massa e violência de toda a sorte, contra os quais tem havido justa e necessária reação (REVISTA DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ, n. 2, 1951, p. 115).

Percebe-se, dessa maneira, que os dispositivos voltados à especulação fundiária da propriedade urbana participavam ativamente da engrenagem de alargamento constante da pobreza numa cidade que ensejava os primeiros passos da metropolização. Por sinal, órgãos da imprensa local denunciaram, à época, o efeito bifronte dos investimentos crescentes em terrenos urbanos para fins de valorização imobiliária, que tanto acarretavam a remoção compulsória de contingentes miseráveis para áreas ainda mais distanciadas do quadro urbano, formando um cinturão periférico em torno da capital, quanto empatavam capitais produtivos, gerados em atividades industriais e comerciais que depois não se beneficiavam do reinvestimento necessário, retardando assim o crescimento econômico e o desenvolvimento tecnológico do Ceará.

As moradias que, mal e parcamente, abrigavam os segmentos modestos de Fortaleza não dispunham, em geral, das condições tidas como imprescindíveis aos padrões urbanos de conforto e salubridade, quais fossem: saneamento básico, ligações domiciliares de água, emprego da alvenaria nas edificações, uso de materiais para garantir a impermeabilidade e combater a umidade no recesso doméstico (como pisos de cerâmica para as cozinhas e revestimento de azulejo ou pastilha para os banheiros), provimento de ar e luz natural a todos os cômodos da habitação. Outro requisito que foi ganhando maior proeminência na avaliação do bem morar compareceu na sobredita matéria: o usufruto da eletricidade. Paulatinamente ocorria uma mudança signifi-

cativa no ideal da privacidade (ao menos no contexto urbano), denotando a ampliação das expectativas de acesso a equipamentos e serviços que, poucos decênios antes, eram signos exclusivos dos grupos abastados. Essa passagem decisiva, mediante a qual a energia elétrica abandona a seara do privilégio, da distinção e do entretenimento para imiscuir-se no campo da necessidade, demarca anseios por sua integração efetiva, e nem por isso linear e harmônica, à experiência cotidiana dos habitantes da cidade. Com base em estatísticas do *Censo de 1950*, advertia-se que, dos pouco mais de 39 mil prédios residenciais da capital cearense, 23 mil eram beneficiados com luz elétrica, deduzindo-se, portanto, que:

Este número [23 mil] corresponderá necessariamente, ao de residências em condições razoáveis de habitabilidade. Vale isto afirmar que, no máximo, 130.000 pessoas de nossa Capital vivem em casas dignas deste nome. Cerca de cem mil vegetam em casebres, onde homens, mulheres e crianças sofrem fome e morrem de miséria, sem assistência médica, sem higiene, sem esperanças (REVISTA DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ, n. 2, 1951, p. 115).

Essa massa de espoliados, cuja aglutinação formava bairros de crescente peso demográfico – entre eles Pirambu, Arraial Moura Brasil, Mucuripe e Morro do Ouro – devia conviver com odores cada vez menos tolerados pela sensibilidade moderna, como os resultantes do escoamento improvisado das águas servidas, da fermentação dos excrementos, do ar estagnado em recintos pouco ventilados e densamente ocupados, do preparo dos alimentos em lares por vezes desprovidos de fogão,<sup>36</sup> além dos vapores emanados das velas de parafina e das lampa-

<sup>36</sup> O *Censo de 1960* foi o primeiro a investigar, para o conjunto do território nacional, a existência de certos aparelhos no interior dos domicílios, entre os quais fogões, excluídos aqueles de feição portátil e dotados de apenas uma boca, usualmente chamados de “fogareiros”. Conforme os dados daquele recenseamento (1960, p. 122-123), das 92.128 moradias particulares – ou seja, que abrigassem até três grupos familiares – arroladas no município de Fortaleza, mais de um quarto (25,77%) não possuía fogão, atingindo a quantidade surpreendente de 23.735 habitações cujo dia a dia era vivido

rinas à base de querosene – únicos apetrechos de baixo custo disponíveis para atenuar a escuridão noturna, quando não fosse possível o recurso a ligações elétricas clandestinas, também conhecidas por “gatos”. Em casas marcadas pela virtual ou total ausência de estruturas materiais que assegurassem índices mínimos de higiene e conforto, dotadas de poucos cômodos em dimensões exíguas, é provável que seus moradores se vissem seguidamente confrontados com a sobreposição de funções, desempenhadas de acordo com o passar das horas (LE MOS, 1999). Assim, a peça destinada às atividades culinárias concentraria também atribuições paralelas de lazer, repouso, convívio familiar e, no caso de muitos residentes, à noite serviria de dormitório, graças ao emprego difuso da rede de dormir – objeto barato, dotado de grande mobilidade e bastante adaptável a compartimentos assinalados pela multiplicidade de usos.

Contudo, as dificuldades em torno da energia não acoassavam apenas os mais pobres. Na verdade, os problemas no fornecimento de eletricidade não eram um desafio propriamente novo para os habitantes de Fortaleza. Articulada mais fortemente ao cotidiano da cidade a partir de 1913, com o aparecimento dos bondes elétricos e a distribuição de luz e força para fins particulares (ambos os serviços a cargo da Ceará Tramway Light and Power Company), aquela forma de energia tinha aproveitamento diminuto, visto que, embora sua capital figurasse entre as dez maiores do país em termos populacionais, o Ceará era em 1920 o penúltimo estado da Federação no tocante à geração de eletricidade, superando apenas Goiás (KÜHL, 1994). O historiador Geraldo Nobre, abordando a época inicial de aplicação dessa nova forma de energia, concluiu que, à exceção do transporte urbano efetuado por carris, ela não trouxera benefícios de monta aos habitantes de Fortaleza, nem acarretara avanços no quadro da economia estadual (NOBRE, 1981, p. 111). Os trinta anos vindouros mais não fizeram do que acentuar o descompasso entre a demanda urbana em continuada progressão e os li-

---

sem o auxílio daquele objeto, o que sugere inclusive a intensa mobilidade dos grupos familiares de baixa renda, em geral desprovidos de artefatos sedentários, ou solidários à fixação, como o fogão contemplado pelas estatísticas.

mites do suprimento energético, produzido na velha usina termelétrica da Light (cuja pedra fundamental fora assentada em 1912, passando a funcionar plenamente dois anos depois). Na década de 1940, sucediam os reclamos quanto à descontinuidade nos serviços de luz e força, a que amiúde fizeram eco diversos cronistas de então. Em 1943, um deles, Pires Saboia (que adotava o pseudônimo Shelley), chegou a comentar o extremo a que tal ineficácia conduziu, quando se adotou o emprego de lamparinas no interior do Cine Diogo, a mais suntuosa casa de exibição do período, em vista das reiteradas interrupções no abastecimento elétrico da capital (SABOIA, 1998, p. 99-100). Praticamente nenhuma atividade corriqueira estava invulnerável aos riscos e danos provocados pelos cortes abruptos de energia.

A parcimônia nos investimentos para ampliação da infraestrutura e as altas tarifas cobradas junto aos consumidores tornaram-se, ao longo do tempo, fatores restritivos à banalização substancial dos objetos elétricos e das facilidades alardeadas pelo discurso da propaganda. Segundo dados do *Anuário estatístico do Brasil 1938*, no ano anterior, o preço do kWh em Fortaleza era de 1\$200 – o segundo mais caro entre as capitais brasileiras, suplantado apenas por São Luís (onde se cobrava 1\$500) e bem superior ao custo de cidades com perfil demográfico próximo à capital cearense, como Niterói e Curitiba (respectivamente \$500 e \$900). No mesmo ano, o município de Fortaleza dispunha de 10.706 ligações elétricas domiciliares para uma população estimada em pouco mais de 150 mil habitantes, ou seja, não mais do que um terço dos moradores era servido dessa forma de energia.<sup>37</sup> De certo modo, a primeira

---

<sup>37</sup> O *Anuário estatístico do Brasil 1939-40* informava as seguintes estimativas populacionais para os municípios em apreço, referentes a 1937: Fortaleza – 150.516 hab.; Niterói – 131.495 hab.; Curitiba – 122.715 hab. Embora com menor número de residentes, as capitais de Rio de Janeiro e Paraná, quando comparadas a Fortaleza, registraram, em termos relativos, melhor distribuição dos serviços de força e luz elétrica, a primeira atingindo 14.578 ligações domiciliares e a segunda, 9.168 – ou, respectivamente, 72.890 e 45.840 indivíduos beneficiados pela eletricidade residencial, se admitirmos uma média de cinco pessoas por moradia. Cotejando essas cifras com seu contingente demográfico, percebe-se que, à época, mais ou menos 35% dos curitibanos e 55% dos niteroienses gozavam de eletricidade. Não pareceria despropositado inferir que, malgrado as peculiaridades técnicas de cada cidade (como expansão das linhas de transmissão e distribuição, potência das usinas geradoras e alcance da rede elétrica em

metade do século XX – quando, no esteio da Revolução Técnico-Científica surgida em torno de 1880, generalizou-se no mundo ocidental a adoção crescente da eletricidade como fator estrutural de primeira ordem na implementação dos novos processos produtivos em escala industrial (BARRACLOUGH, 1975; HOBBSAWN, 1977; SEVCENKO, 1994) – representou para o Ceará e, mais intensamente, para sua capital um período marcado pela necessidade, amiúde frustrada, de aproveitamento mais amplo daquela matriz energética. Se, para a maioria das cidades de reconhecida pujança fabril, a força elétrica tendia a assumir um lugar mais estável em sua configuração técnica, para Fortaleza, ela era ainda vislumbrada nos termos de uma conquista futura, pontilhando o presente com a marca de expectativas diuturnamente sujeitas ao malogro. E nesse ponto reside uma das maiores dificuldades da investigação histórica, qual seja: apreender os estados de ânimo, as sensibilidades e comportamentos adstritos a um arco temporal cujos desafios, limites e injunções não equivalem àqueles dos dias atuais e, portanto, não devem ser interpretados à luz dos valores contemporâneos ou entendidos tão-somente como uma etapa a ser consumada rumo a uma direção preconcebida. Enveredar por essa trilha de análise implicaria reduzir o passado a um presente anterior, ambos separados por não mais do que a sucessão cronológica e, por conseguinte, esvaziados de singularidade, convertidos em “tempos sem qualidade”.

Mas, afinal, como transpor informações expressas em números para uma reflexão cujo escopo se volta ao entendimento das relações entretecidas, em certo tempo e lugar, entre homens e objetos? Até que ponto dados estatísticos permitem elucidar a composição de quadros da vida social? Valer-se do “peso do número”, conforme designou Fernand Braudel (1995), de maneira a investigar mudanças e continuidades no delineamento qualitativo das condições de existência de determinado grupo ou sociedade, constitui um dos desafios lançados aos – e assu-

---

função do território urbano), o custo mais alto do kWh em Fortaleza favoreceu uma aplicação concentrada da energia em torno das habitações das classes mais aquinhoadas, afigurando-se, durante as primeiras décadas do século XX, como um elemento aditivo de segmentação social no tecido urbano.

midos pelos – estudos de cultura material (BUCAILLE; PESEZ, 1989). Sob camadas fastidiosas de registros contabilizados pulsam configurações simbólicas, inscrevem-se hierarquias e valores, repousam costumes longevos, habitam expectativas e projeções cujo brilho cálido ajuda a lançar luz sobre a rígida e, por vezes, pouco eloquente constelação numérica. Quando, por exemplo, se observa que, nos estertores da década de 1930, cerca de dois terços dos moradores de Fortaleza não contavam com o benefício doméstico da eletricidade – nos anos subsequentes, tal acesso seria difundido com extrema morosidade –, não se trata apenas de uma aferição quantitativa, pois, a par disso, emerge a impressão de que o usufruto restrito daquela energia constituía um obstáculo a sua vinculação com as noções de conforto privado então em voga. Noutras palavras, sem a vulgarização daquela modalidade de luz e força no dia a dia da cidade, porventura estendendo-se às habitações das classes menos favorecidas, ela tenderia a manter um aspecto de signo reservado aos detentores do prestígio e da riqueza, resistindo assim a uma inserção plena no âmbito da vivência ordinária. Por conseguinte, para uma fração expressiva da população local, as facilidades derivadas da eletricidade permaneceriam associadas a uma situação de privilégio, em desfavor da abundância e da equidade; denotavam, simultaneamente, excesso – uma vez que concerniam a um padrão pecuniário superior à média – e exceção – pois se destinavam a bem poucos.

A esse respeito, o pesquisador e memorialista Eduardo Campos informa que, no princípio dos anos 1930, havia pouco mais de cem refrigeradores na cidade que já alcançava o contingente aproximado de cem mil pessoas (CAMPOS, 1996b, p. 72). Essa marca peculiar de um melhoramento técnico que não se traduz diretamente em índice de conforto, dada sua limitada abrangência, sugere ainda uma característica da urbanização brasileira, cujo aprofundamento no correr do século XX resultou em processos de exclusão social massiva e alijamento de serviços e equipamentos que, nos países desenvolvidos, eram de uso mais extensivo das comunidades (MARINS, 1998). Parece, igualmente, que, vista de um ângulo mais geral, a claudicante e lenta disseminação desses aportes tecnológicos em centros menos dinâmicos da economia brasileira esbarrava tanto em questões adversas à implantação de infraestruturas

tura (e nunca convém desconsiderá-las) quanto em práticas herdadas cuja tônica prescrevia uma racionalidade pautada pela busca de altos rendimentos e o reduzido alcance dos aperfeiçoamentos materiais.<sup>38</sup> Dessa maneira, predominava a tendência à administração de preços elevados para os artefatos industriais e os sistemas técnicos correlatos, resultando em certa inibição ao surgimento de novas faixas de consumo.

No que tange à presença da energia elétrica e dos equipamentos e aparelhos cujo funcionamento dela dependia, algo de peculiar subjazia ao cotidiano de Fortaleza nos anos subsequentes ao término da Segunda Grande Guerra: pleiteavam-se recorrentemente as vantagens de um serviço de luz e força eficiente, barato e confiável, mas era de tal envergadura a incapacidade da concessionária em prover satisfatoriamente as demandas da população, que muitas vezes às queixas e reivindicações veiculadas na imprensa se associaram condutas distinguidas por um senso de improviso e adaptabilidade que quase não deixou rastro. Assim veem-se anúncios frequentes de velas, lanternas e lâmpadas nas páginas dos jornais da cidade, um dos quais aconselhava “Não espere a luz da Light” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 28 out. 1954), enquanto outro dizia “A dona de casa previdente como você não deixa faltar luz em casa – Refiro-me à luz de ‘Velas’, porque elétrica era uma vez...” (O POVO, 12 dez. 1960). Pequenos, objetivos, sem ilustração, esses anúncios tencionavam apenas divulgar a marca dos respectivos fabricantes, pois, em meio às crises energéticas que afligiam a cidade de então, parecia quase desnecessário destacar a serventia daqueles produtos; munir-se deles, longe de reiterar qualquer veleidade tradicional ou somente exprimir um sentimento de apego a velhos utensílios, constituía necessidade inarredável para os dias de racionamento ou queda da corrente elétrica, revelando um convívio característico entre artefatos antigos e modernos – ambos bastante atuais, no sentido de que se imis-

<sup>38</sup> A esse respeito, Gildo Magalhães, em sua pesquisa sobre a eletrificação em São Paulo durante a República Velha, atribui aos estabelecimentos fabris – ícones da modernidade no domínio da produção material – um traço de mentalidade colonial, chamando a atenção para “as nossas tradições mercantis portuguesas que se incorporavam às indústrias criadas e que visavam (ontem como hoje) a tirar o máximo lucro de poucas unidades, em vez de expandir o consumo” (MAGALHÃES, 2000, p. 43).

cuíam claramente na trama das necessidades corriqueiras. Rotina entremeadada pelo recurso a fontes de luz à margem da energia transportada em fios e redes técnicas, quando os habitantes ensejavam, não sem contratempos, relativa autonomia frente às oscilações no fornecimento da Light (posteriormente Serviluz), como se percebe em inventários *post mortem* nos quais aparecem as listas de mercadorias de estabelecimentos comerciais, entre eles a Casa Pinheiro (1959) e a Merceria Joana D'Arc (1958), a que não faltavam estoques de velas e caixas de fósforo.<sup>39</sup>

Na esfera produtiva, os embaraços também se mostravam ponderáveis: os estabelecimentos industriais melhor estruturados costumavam ser equipados com unidades geradoras próprias, de maneira a reduzir a dependência do suprimento distribuído pela rede elétrica – providência que só poderia guarnecer as maiores empresas e, mesmo para essas, causando prejuízos constantes em razão dos investimentos que ficavam obstruídos pela premência em adquirir e manter maquinário para satisfazer suas demandas por energia; o excedente elétrico, quando havia, terminava sendo comprado pela firma responsável pelos serviços locais de força e luz, numa tentativa improvisada de reduzir a vulnerabilidade diante das flutuações daquele elemento imprescindível ao dinamismo econômico do município. No início da década de 1960, um pesquisador da rede urbana nacional tecia breves considerações acerca do parque manufatureiro, daí retirando a seguinte conclusão: “Fortaleza possui indústrias de tecidos, bebidas, curtumes e beneficia produtos vegetais regionais, produzindo óleos vegetais. Entre outras dificuldades que encontrou para maior progresso industrial, destaca-se o problema da energia elétrica” (GEIGER, 1963, p. 376-377). Frente a limitações tão concretas, é plausível imaginar que, na capital cearense

<sup>39</sup> De acordo com a lista de produtos da Casa Pinheiro, uma vela custaria Cr\$ 6,00, sendo uma caixa da marca Flama (dez unidades) vendida a Cr\$ 60,00 – preço igual ao de uma vassoura. (Inventário de Humberto Teixeira Pinheiro, 28 fev. 1959. Cartório de Órfãos, pac. L8. Arquivo Público do Estado do Ceará [APEC].) Entre os bens enumerados na Merceria Joana D'Arc, um pacote de velas Guarany prata é avaliado em Cr\$ 20,00, valor correspondente a 1 kg de feijão; já as caixas de fósforo atingem o valor total de Cr\$ 850,00, sugerindo um estoque considerável dessa mercadoria. (Inventário de Moacir Paulo Matos de Oliveira, 13 out. 1958. Cartório de Órfãos, pac. C7. APEC.)

até os anos 1950, a mercadoria mais cobiçada, para muitos de seus habitantes, fosse a própria eletricidade, e não os utilitários elétricos, pois a disponibilidade irregular desse recurso energético dificultava a incorporação crescente dos chamados bens de consumo tanto ao universo das atividades cotidianas quanto ao fomento do desejo mercantil.<sup>40</sup>

Alguns órgãos de imprensa da capital cearense, em diferentes graus de reprovação, chegaram a assinalar a conivência dos gestores públicos na perpetuação do quadro de incúria e precariedade que acosava o serviço de eletricidade:

As instalações dessa empresa foram pouco a pouco se desgastando, sem que houvesse um verdadeiro interesse em equipá-la de modo a atender as exigências crescentes de uma cidade que aumentava.

Contando com o beneplácito dos governos a Light não cumpria seu contrato, não sofrendo, por isto, qualquer constrangimento. Apesar de manter as mesmas linhas de bondes que existiam no ano de sua instalação e de não atender a ligações de iluminação pública e particular no ritmo desejado, já por volta de 1930 essa empresa era um dos problemas da cidade, provocando descontentamentos e, até, reações populares violentas.

A partir de 1940, sob o pretexto de guerra, a Light atingiu seu ponto crítico. Luz e força de má qualidade e caras, passaram a ser mais caras e intermitentes. As indústrias se viram a braços com a falta de energia. Fábricas trabalhavam apenas horas em cada dia e, às vezes, poucos dias em cada semana (REVISTA DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ, n. 2, 1951, p. 111).

<sup>40</sup> O historiador Gisafran Jucá incluiu a fragilidade do setor energético entre os principais componentes da urbanização tortuosa vivida em Fortaleza, de 1945 a 1960: “As interrupções alternadas ocorriam, diariamente, em diversos bairros da cidade, em virtude das constantes falhas nas turbinas que forneciam luz à cidade. Mesmo com o aumento no preço das tarifas cobradas, o fornecimento de energia sofria interrupção quase constante [conforme denunciava um diário vespertino, em 1949]: ‘Até parece que estamos numa aldeia distrital de quarta classe, onde a lamparina a querosene se torna obrigatória e é mais eficiente que a Light do Município sede do governo. Ontem, três horas sem luz.’ O principal embarço à normalização do serviço estribava-se na falta de recursos para melhorar o fornecimento de energia” (JUCÁ, 2000, p. 111).

Impossibilitado de responder satisfatoriamente ao crescimento demográfico de Fortaleza e à consequente ampliação da demanda por eletricidade, o serviço prestado pela Light foi agravado sobremaneira pelo advento da conflagração mundial, quando praticamente cessou a importação de equipamentos oriundos do continente europeu – grandemente engajado no esforço de guerra – necessários ao reparcelhamento da usina local e manutenção apropriada de suas instalações. A precariedade do sistema de iluminação da capital cearense transparecia igualmente na dependência externa em termos de máquinas e pessoal especializado (LEITE, 1996, p. 131-135). Outro aspecto bastante problemático era revelado no processo técnico de geração de energia, de base termelétrica, obtida mediante o emprego maciço e dispendioso da lenha como combustível, acarretando severos impactos ambientais por conta da derrubada predatória de vastas áreas de mata nativa.<sup>41</sup> Esse conjunto de adversidades chegou a figurar no discurso de posse do governador Raul Barbosa em 1951, quando fez um balanço da situação:

Angustiosa é, sem dúvida, a nossa posição, frente ao problema da produção de energia, dadas as condições particulares do nosso meio. Não dispondo das facilidades para a geração de energia hidrelétrica, temos recorrido precariamente à instalação de usinas térmicas, com a utilização de lenha como combustível, o que contribui, de um lado, para a crescente devastação das nossas reservas florestais, e, doutra parte, para o encarecimento do preço do kw. Nesse particular, a nossa Capital apresenta-nos

<sup>41</sup> Pimentel Gomes salientou o recurso extensivo – e desastroso – da lenha para fins energéticos, pois a larga maioria dos estabelecimentos geradores localizados no estado usava proceder adotando a queima da massa vegetal: “A lenha foi, durante algumas décadas [pelo menos até o final dos anos 1950], o mais importante potencial energético do Ceará. Todas as usinas elétricas eram térmicas e tinham a lenha como único combustível. O consumo de lenha, principalmente nas estações chuvosas excepcionalmente fortes, era problema de difícil solução em Fortaleza. Trens inteiros levavam lenha para ali, proveniente de centenas de quilômetros de distância. Os lenhadores faziam um desflorestamento intenso, catastrófico, porque nem mesmo se tentava reflorestar as áreas devastadas. O reflorestamento natural era muito inferior ao corte. O abastecimento das centrais elétricas das cidades mais importantes, como Sobral, por exemplo, criava problemas semelhantes, embora em escala muito menor; mesmo assim, a energia elétrica era produzida em escala mínima” (GOMES, [1971], p. 136-137).

o aspecto mais dramático, porquanto aqui a densidade demográfica e a maior concentração de atividades industriais acentuam as exigências, agravando a crise. E esta ainda se torna mais séria e premente, devido às condições em que se encontra a nossa empresa de eletricidade.

O povo de Fortaleza paga tarifas elevadíssimas, porventura as mais altas em todo o País, para ter um serviço inadequado e deficiente, sob a constante ameaça de paralisação. As indústrias se ressentem dessa situação, vendo-se forçadas, para manter a regularidade de seu funcionamento, à inversão, em pequenas usinas próprias, de consideráveis parcelas de capital, que, desviadas dos seus fins específicos, acabam onerando o custo da produção, colocando os nossos artigos manufaturados em posição desvantajosa, na concorrência com os de outras regiões (CEARÁ, 1980, p. 9-10).

A conjuntura urbana, no tocante ao suprimento de energia, exibia contornos preocupantes e virtualmente insolúveis num plano de ação localizado. Cortes bruscos na iluminação, fornecimento alternado aos bairros, racionamento, defeitos ou simples procedimentos de manutenção nas turbinas da velha usina do Passeio Público – tendo por resultado igual oscilação ou paralisia do serviço – tomavam parte na vida diária dos fortalezenses, mais ou menos resignados à privação de eletricidade por horas seguidas. Os mais antigos poderiam inclusive evocar a lembrança – ironicamente atualizada – do assim chamado “contrato com a lua”: medida pela qual, em noites de plenilúnio, outrora se dispensava o acendimento dos lampiões a gás nas ruas e praças da cidade, de molde a garantir alguma economia para a concessionária do serviço (NOGUEIRA, 1980, p. 28; SILVA FILHO, 2004, p. 87-88). Não obstante, existe a hipótese segundo a qual a expressão referida não insinuaria um acordo singelo entre o calendário lunar e um dos mais prestigiosos ícones da modernidade urbana; designaria, ao contrário, a maneira jocosa encontrada pelos segmentos populares para ridicularizar, na segunda metade do século XIX, a inépcia do contratante do serviço de iluminação (NOBRE, 1981, p. 78-79). Se o expediente de apagar os combustores de gás com o advento da lua cheia estava longe de ser marca exclusiva da capital cearense, tendo ocorrido em diversos centros urbanos, o sistema de iluminação pú-

blica elétrica, iniciado em 1934 e que rompeu a velha aliança com os ritmos da natureza, nem por isso se mostrou apto a superar a dissonância entre a fragilidade da rede técnica e o avanço da urbanização, deixando frequentemente a cidade às escuras.

Aproximações no tempo, clivagens no espaço. Nos jornais de Fortaleza, algumas matérias tinham por intuito maior insurgir-se contra eventuais arbitrariedades cometidas pela empresa de energia, cuja distribuição de luz aos bairros punha a descoberto modos pouco explícitos de hierarquização dos diversos territórios urbanos. Veja-se, a exemplo, a queixa publicada num órgão da imprensa em 1962, que fazia coro aos protestos de habitantes de áreas pobres:

Temos recebido diversas reclamações contra a tabela de racionamento do antigo SERVILUZ [Serviço Municipal de Luz e Força de Fortaleza], hoje Companhia Nordestina de Eletrificação de Fortaleza [CONEFOR]. Enquanto em bairros pobres e subúrbios, o “pisca-pisca” chega a ser “black-out” contínuo, em certos “boulevards”, como a Aldeota, os desligamentos quase não se fazem sentir.

No bairro de Benfica, pendendo para o trilho do trem (rua Joaquim Feijó e adjacências), a luz chega às 22 horas, falta pela manhã e, com pequenos intervalos, volta somente à noite, de novo. Os moradores estão revoltados ao saber que, em outros pontos da cidade, o racionamento chega a ser menos rigoroso, em outros chega quase a inexistir (O NORDESTE, 1 out. 1962).

As desigualdades no usufruto da eletricidade não se restringiam, portanto, à polarização entre os que tinham acesso àquela matriz energética e os que dela não dispunham. Com as interrupções programadas no fornecimento de luz e força da capital cearense, vinham à tona novas formas de privilégio social e segregação espacial, embutidas no tratamento diferenciado que beneficiava os moradores e frequentadores dos bairros mais ricos da cidade. A partir da década de 1950, a Aldeota, situada no lado leste da capital, assumiria a condição de nicho dos afortunados, daí por diante consolidando a primazia simbólica no tecido urbano e atraindo moradores abastados de outros locais, cuja distribuição ainda incluía Jacarecanga e Benfica, bairros que até então con-

centravam as famílias de maior renda. Contudo, aquele novo reduto das elites, favorecido pelo circuito da valorização imobiliária, também estava sujeito a problemas correntes em zonas residenciais modestas, a exemplo da irregularidade na coleta de lixo (usualmente despejado em terrenos baldios ou enterrado nos quintais) e da deficiência no transporte público que fazia a ligação com o centro comercial (JUCÁ, 2000, p. 39-40). Os efeitos da urbanização acelerada e carente de planejamento administrativo se alastravam de tal maneira, que nem mesmo as áreas das classes ricas permaneciam resguardadas da ausência ou inadequação dos serviços e equipamentos de infraestrutura. E, por paradoxal que se afigure, houve ocasiões em que precisamente essa debilidade (que tanto comprometia os chamados “foros de civilidade”) acentuou, no cotidiano de Fortaleza, um traço característico da vida social em metrópoles modernas: a crescente necessidade de sincronia entre as mais diversas atividades e funções urbanas (SIMMEL, 1979); ou, no caso, entre desregulagens e disfunções. Tal se deu com as reiteradas quedas de força, compelindo a empresa responsável a adotar um cronograma de racionamento, mediante o qual se divulgavam com antecedência os dias, horas e bairros a serem afetados. Com a tomada dessa providência, a população se via, agora, menos sujeita à completa imprevisibilidade nos cortes de energia, muito embora eles ainda constituíssem uma possibilidade real. Parece que mesmo a irregularidade técnica, quando organizada em horários prescritos, terminava se revestindo de um aspecto menos intolerável, conforme atestou um cronista local: “O pior no que estava acontecendo era a incerteza dos moradores da cidade, que não sabiam quando a energia ia desaparecer nem quando tornaria a chegar. E nessa expectativa enervante cada um ficava dia e noite. Agora pelo menos não se tem que esperar por aquilo que com certeza não virá” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 26 nov. 1954). A seu modo, a capital cearense ensaiava um processo sinuoso de adesão a condutas hauridas no estilo de vida moderno – como o senso de pontualidade articulado à estrita observância do tempo do relógio<sup>42</sup>

<sup>42</sup> A necessidade de atenção aos horários de suspensão no suprimento de eletricidade deveria ser respeitada, notadamente, pelos responsáveis por edificações munidas de

– as quais, surpreendentemente, revelavam um quadro de ineficiência material e técnica que atingia dimensões variadas de sua experiência urbana.

E um dos inúmeros problemas causados pela intermitência de eletricidade era a inativação das centenas, talvez milhares, de motores que, normalmente instalados em quintais, retiravam água de poços e cisternas para o abastecimento e uso familiar. Quando cessava a energia, entrava em operação um séquito de utensílios desprestigiados pela configuração da casa moderna, porém de incontestável valia nos reveses do cotidiano e que não poderiam faltar em qualquer residência daquela época: baldes, canecas, latas, potes eram mobilizados para transportar e estocar o líquido, enquanto não fosse possível tornar a extraí-lo do subsolo. Contratemplos dessa natureza provavelmente favoreciam, ou mesmo impeliavam, a manutenção de redes de solidariedade e camaradagem entre vizinhos, parentes e amigos próximos, mediante a cessão de recipientes em desuso, o provisãoamento de água franqueado aos moradores menos previdentes por parte daqueles equipados com cacimbas, além da mão de obra gratuita, composta de crianças e adolescentes, que pais prestimosos punham gentilmente à disposição dos vizinhos. Não é improvável que espíritos mais atilados também tenham aproveitado o ensejo para a obtenção de pequenos lucros, oferecendo-se para o transporte do líquido recolhido em fontes alternativas, como lagoas, córregos e poços. Mas essas adversidades também indicavam os percalços urbanos no tocante ao fornecimento de água pela rede subterrânea, que servia uma porção ínfima da população de Fortaleza: dos 51.081 domicílios recenseados em 1950 para o *Censo demográfico do estado*, apenas 9.447 possuíam água encanada, representando pouco mais de 18% do total de moradias. Nas noites sem luar, a falta de energia costumava deixar a cidade em sombra e – algo que pouco se menciona – lhe provocava sede.

A rede distribuidora de eletricidade estava longe de constituir objeto de orgulho para os habitantes da capital cearense. Ao contrário,

---

elevadores que, segundo recomendação expressa do Serviluz, deveriam “paralisar esses veículos dez minutos antes das interrupções previstas no quadro acima, evitando o estacionamento entre pavimentos” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24 nov. 1954).

inspiravam preocupação tanto sua instabilidade operacional quanto o reduzido atendimento às demandas que se avolumavam com o aumento demográfico e a diversificação das atividades econômicas. Nas décadas de 1930 e 1940, não era incomum a percepção de certa inimizade entre água e força elétrica: relatos de memória, como o de Narcélio Limaverde, referem que os dias chuvosos traziam embaraços para a circulação e o trabalho no espaço urbano, não apenas em razão dos já conhecidos alargamentos de vias públicas, mas também por causa das quedas no sistema de energia, que impediam a movimentação dos bondes e interrompiam o funcionamento do comércio e das fábricas (LIMAVERDE, 1999).

Se os períodos de chuva expunham problemas estruturais que se manifestavam sazonalmente, como a falta de uma rede coletora de águas pluviais, as dificuldades quanto ao fornecimento de água tratada provavam ser ainda mais persistentes. No início dos anos 1960, pouco mais de 10% dos domicílios eram atendidos pelo serviço de abastecimento, mantido com adução do açude Acarape; a larga maioria da cidade recorria à captação subterrânea, mais sujeita à incidência de enfermidades e com risco de infiltração da água do mar no lençol freático (CEARÁ, 1981).

Mas a relação entre água e energia não se limitaria ao precário abastecimento (de ambas) que acoitava o dia a dia da população de Fortaleza. Aqueles dois recursos descreviam itinerários muito caprichosos pelo espaço urbano, nem sempre fáceis de mapear, entremeando áreas públicas e ambientes privados numa rede sociotécnica que alternava instalações conspícuas (como os grandes reservatórios de água situados na praça Visconde de Pelotas, no perímetro central) e equipamentos resguardados da observação indiscriminada dos estranhos, abrigados na zona quase opaca da intimidade familiar, a exemplo dos já referidos motores que bombeavam água do lençol freático, não raro dividindo os quintais com fossas sépticas, árvores frutíferas e até pequenas criações de animais.

Um dos pontos de entrecruzamento da corrente elétrica com os fluxos aquosos se materializava numa atividade reconhecidamente penosa e de poucos ganhos, a que se dedicava grande número de mulheres pobres residentes na capital: a lavagem de roupa. Ofício que requeria

habilidade, experiência, resistência física e um grau acentuado de confiança por parte dos fregueses, os quais habitualmente tendiam a manter a mesma lavadeira e engomadeira durante anos; em caso de dispensa ou mudança, a substituta muitas vezes viria indicada por parente, comadre ou vizinha. Trabalho eivado de frágil, quase nula, discrição, a limpeza das vestimentas alheias constituía, para os mais curiosos, um acesso privilegiado à rotina miúda das famílias, permitindo avaliar a estabilidade e o nível de renda da clientela, sua ascensão ou declínio na escala socioeconômica, mediante o exame da conservação das roupas, da renovação periódica do vestuário, dos trajés há muito suplantados pelos ditames de modas sucessivas, da descoberta de puimentos e desbotados que revelavam uso desmesurado das peças. Se porventura uma família mudasse de endereço, era possível que a lavadeira se visse na contingência de cumprir distâncias ainda mais longas, para não perder uma clientela que tendia a ser fiel – vantagem decisiva quando se está no limiar da sobrevivência. Suas andanças pelas ruas da cidade franqueavam aos transeuntes pronta identificação, assinalada pelos fartos volumes de roupa equilibrados sobre a cabeça. Para a faina diária, recorria-se à água de riachos, lagoas e mesmo poças remanescentes das chuvas mais intensas, normalmente concentradas nos primeiros meses do ano.<sup>43</sup>

Embora fosse notória a precariedade daquele trabalho e das condições de higiene a ele relacionados, até o início da década de 1950, Fortaleza ainda não dispunha de lavanderias públicas que propiciassem maior salubridade a sua execução, o que talvez ajude a entender o apelo profilático que balizava um anúncio da lavadora de roupa Montgomery Ward, publicado no jornal *O Estado* (6 nov. 1947),

<sup>43</sup> Um livro de memória traz a seguinte descrição dos lugares onde as lavadeiras exerciam seu labor: “O local escolhido para lavagem geralmente se chamava ‘corrente’, por serem espaços dos córregos e riachos, capaz de comportar muitas pessoas, onde cada uma deixava uma pequena ‘tábua’ de cinquenta centímetros de comprimento por cinquenta centímetros de largura, como instrumento de trabalho. Servia para limpar a sujeira da peça de roupa que seria lavada. As maiores e mais pesadas, como redes, colchas de camas, paletós etc. tinham o auxílio de ‘pequeno’ cacete geralmente de jucá, por ser madeira dura e resistente, que servia para bater nas roupas mais sujas depois de adicionadas ao sabão, tornando limpa a roupa e no dizer das lavadeiras ‘branca como um coco’” (ALMADA, 2011, p. 62).

cujo título, mais do que sugerir as vantagens do produto, era o prenúncio de um alerta: “Com vistas às senhoras donas de casa. Melhor prevenir que curar!”. Agudizando temores antigos quanto à propagação de doenças em meio aquoso, onde, conforme a propaganda, padeciam vestimentas em estado de “promiscuidade”, salientava-se a importância daquele aparelho elétrico na defesa da saúde do núcleo familiar – apanágio tradicionalmente feminino. Embora sua adoção em muito pudesse facilitar o desempenho de uma tarefa morosa e desgastante, a máquina de lavar era tratada não como uma expressão material de conforto, dispositivo mitigador de esforço, mas sobretudo como salvaguarda higiênica, contígua ao papel de tônicos e elixires. Numa cidade onde o diminuto acesso à água tratada e encanada ainda revestia de privilégio um serviço cuja expansão muitos planejadores e urbanistas consideravam demanda inadiável, não seria mesmo fácil associar, de imediato, o moderno equipamento de limpeza das roupas a um padrão de vida confortável que, por definição, supunha a banalização de facilidades derivadas da mecanização de tarefas domésticas.

Se o objeto técnico realizava funções cujo desenrolar se punha, frequentemente, à distância de uma acurada observação, demandando do usuário conhecimentos específicos e pouco afeitos à linguagem cotidiana – os manuais tentariam, a sua maneira, intermediar a aproximação entre os consumidores e seus bens –, os labores corriqueiros detinham, por seu turno, uma plasticidade e variação favorecida por gestos de apreensão comum, posturas transmitidas de uma geração a outra, recomendações ou interdições verbais. Nas memórias de Eduardo Campos, que ainda criança veio residir em Fortaleza, a passagem da lavadeira pela residência dava ensejo a uma série de pequenos cuidados e manobras corporais, desde o reclinar do tronco para que o rol lavado e passado, sempre conduzido no topo da cabeça, não esbarrasse na bandeirola – elemento arquitetônico hoje desaparecido e então dotado de estilizações variadas que, vazado e fixado acima da altura média das portas, permitia maior circulação do ar entre os cômodos da casa. Destrezas manifestas na lida daquele trabalho, respaldadas em olhar treinado por anos de prática e que

chegavam a nortear diálogos femininos de uma franqueza que atualmente poderia sugerir impertinência:

[Lavadeira:] “Esse vestido está dando adeus, se despedindo mesmo, nem esfreguei muito senão rasgava...” – “O cinto azul larga tinta... Não me lembrasse de separar, ia estragando as anáguas da senhora...” [...] “Essa calça está dando adeus... Um firrinho desse não aguenta esfregado... Ninguém pode bater roupa dessa na pedra!”

Minha mãe acudia, atenta: “Você bate muito! Já lhe disse mais uma vez... Em roupa minha nada de arrochar o pau, nem malhar em pedra... Pode vir no natural mesmo. O ano passado, meu prejuízo de roupa foi grande!”

Indiferente, com um muxoxo, a mulher dizia baixo: “Até a gente se acaba, dona...” (CAMPOS, 1998, p. 31-32).

Esfregadelas na pedra, golpes com madeira, enxágues e fricções em água e sabão: ações que reportavam à aquisição e desenvolvimento de habilidades nas quais se aprendiam modos tradicionais de utilizar o próprio corpo, fazendo dele o ponto de aplicação de uma determinada técnica, sem o concurso necessário de outros apetrechos, como bem observou Marcel Mauss: “O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo” (MAUSS, 2003, p. 407). Essas técnicas do corpo, que incluem, entre outras atividades, o comer, o beber, puxar, empurrar e erguer pesos, andar e correr, realizar a higiene pessoal, costumam ter sua duração assegurada pela existência de complexas cadeias de transmissão desses ensinamentos que, ao longo de uma vida, tornam-se praticamente indistintos do próprio indivíduo, embora só possam ser adquiridos, internalizados e executados por meio da socialização de um sem-número de gestos, ritmos e destrezas. A naturalidade aparente desses repertórios corporais, sedimentados por gerações sucessivas e receptivos aos conteúdos herdados, tende a se chocar com os mecanismos das máquinas (como a lavadora de roupa, o aspirador de pó, o liquidificador), que, ao substituir o corpo em determinadas tarefas,

instauram uma nova relação entre o homem e seu meio e implicam, ainda, o surgimento de outra economia da percepção.<sup>44</sup> Se, conforme ajuntou Gilbert Simondon, todo objeto técnico é a concretização de um gesto, sua aparição tangível convertida em poder de repetição, há que ter em conta as modificações na cultura sensível que se inscrevem a partir do emprego dos artefatos elétricos (SANTOS, 1994). Com a lavadora, por exemplo, as roupas postas em seu tanque, decorrido certo tempo, saem limpas, sem interferência direta do braço humano; o conjunto de movimentos e esforços despendidos pelas mulheres lavadeiras é subtraído, perde-se o contato com elementos naturais circundantes (regatos, lagoas, córregos) e a própria relação com a água se desvenilha do tato; em seu lugar comparecem a operação mecânica acionada pelo comando de botões, o ruído do aparelho em funcionamento, a corrente de água que, oculta da visão, flui para o interior da máquina e, obviamente, a energia elétrica. Com o uso do aparelho, lavar roupa deixa, igualmente, de condicionar-se ao sabor das intempéries, pois a tarefa passa a ser realizada em lugar coberto, ao invés do relento, em geral submisso à incidência do sol ou da chuva, implicando assim uma ligeira retração na supremacia dos quintais na condução das tarefas do lar. E, para acelerar a secagem das peças, haveria sempre a possibilidade de improvisos eventualmente transgressores, como o que consistia em estendê-las detrás do refrigerador... por mais que os manuais de instrução reprovassem tal prática, porquanto ela impedia que o aparelho “respirasse”. Percebe-se, com efeito, a intensidade de transformações desencadeadas com a introdução de produtos industriais no plano doméstico, algumas das quais devem ter provocado certo estranhamento e, por conseguinte, resistência a sua disseminação, devida em parte às dificuldades no correto e eficiente manuseio dos objetos.

Outro fator restritivo à difusão dos aparelhos elétricos era seu preço, além da inoperância do serviço de energia que abastecia a capital cearense e da constante majoração tarifária, a ponto de, em julho de

<sup>44</sup> “O processo tecnológico subtrai-se, habitualmente, à apreensão dos sentidos [...] Pode-se concluir, portanto, pelo aumento de intermediação entre o corpo e os resultados de suas intervenções” (MENESES, 2000, p. 113).

1957, os gastos com luz e combustíveis responderem pela maior elevação do custo de vida, se comparados aos outros setores em apreço (alimentação, habitação, transportes, vestuário) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959). Somado a essas limitações, um condicionante desfavorável ao alastramento daqueles bens de consumo se prendia à composição da força de trabalho local. De acordo com os inquéritos promovidos pelo *Censo estatístico de 1950*, o contingente populacional engajado no universo do trabalho atingia 85.816 indivíduos, dos quais a maior porção (em torno de 29%) estava ligada à prestação de serviços. Eram 25.116 pessoas; contudo, adverte a *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, “somente 3.339, ou seja, 13,26% exerciam [atividade] em estabelecimentos devidamente instalados, sendo que o restante ou se dedicava a atividades particulares ou eram empregados domésticos” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959, p. 215). Para cerca de 21.800 habitantes, a sobrevivência dependia do envolvimento com serviços de natureza precária, de baixa especialização e pequena remuneração, correntemente associados à vida no espaço das moradias. Tanta disponibilidade de mão de obra barata, historicamente submetida a formas de superexploração do trabalho, provavelmente representava uma inibição adicional ao consumo de eletrodomésticos. Quinze anos depois, essa condição estaria mudando, a julgar pelos comentários tecidos pelo padre Antonio Vieira em sua coluna no jornal *O Povo*, sugestivamente denominada “Canto do vigário”. Abordando as adversidades resultantes da menor oferta de empregadas domésticas, que aparentemente não acompanhava o ritmo do crescimento da cidade, o articulista teceu breve apreciação:

O problema empregada constitui hoje um pesadelo tremendo e uma fonte perene de sofrimento para muitas famílias. As necessidades atuais mais do que antigamente exigem maior disponibilidade de tempo das donas de casa. Crescem em progressão matemática as facilidades técnicas e o conforto, mas ascendem em ritmo geométrico as responsabilidades e as preocupações da mulher moderna.

[...] Não se pode conseguir hoje uma boa empregada, mesmo a

peso de dinheiro. Foi uma reação inesperada e bem articulada contra o abuso de autoridade de muitas donas de casa e de muitos patrões que descarregavam nas humildes empregadas todos os seus recalques, ciúmes e complexos (O POVO, 5 jan. 1965).

Há provavelmente algum exagero na reflexão do sacerdote, pois, mesmo que aumentados os gastos com a remuneração dos serviçais, ainda não estava em pleno curso a tão alardeada escassez de braços, por sinal ainda numerosos numa cidade a que acorriam crescentes levadas de migrantes oriundos das zonas interioranas, embora talvez essa mão de obra já não denotasse a abundância a que estavam acostumadas as gerações mais antigas. A hipótese de um boicote criado por conta de uma presumida estrutura de classe auto-organizadora, tingida de desagravo ante as iniquidades do passado, tampouco se sustenta, justamente em razão da estreita margem de negociação política e grande vulnerabilidade econômica daqueles trabalhadores. Ao que parece, o autor mesclava seus pendores de cronista assíduo às prescrições eclesiásticas, por vezes transfigurando a imprensa em púlpito, como na reprimenda ponderada ao luxo excessivo das senhoras abastadas, a quem aconselhara moderação no lazer de clubes e praias, menor exposição a ambientes suntuosos e redução no tamanho de “suas mansões e [n]o número de seus móveis”. A situação exigiria, segundo ele, revisão das condutas tomadas pelos segmentos privilegiados, em especial as mulheres, usualmente mais prejudicadas pela rarefação das domésticas. E o texto arremata com o relato de um caso que beira a anedota:

Outro dia, um cidadão casou-se com uma empregada que lhe servia humilde e generosamente. Foi um escândalo para a sociedade e para as famílias. E uma afronta a muitas moças casadoras. A indignação pairava no ar: – Que baixeza! casar-se com uma empregada!

Com toda naturalidade ele explicava aos seus amigos:

– “É muito mais simples e cômodo. Os outros homens casam-se e fazem das suas mulheres escravas, depois do matrimônio. E dá um trabalho danado. Eu apenas fiz isto antes, e com mais sucesso e vantagem porque ela já está acostumada”.

Por trás do cinismo bem-humorado se entreveem indícios da rotina fatigante que presidia a vida de mulheres dedicadas aos serviços da casa, notadamente as empregadas. Cresciam, no entanto, os anseios por maior nível de conforto nos espaços de moradia, em parte insuflados pelo discurso publicitário. Não à toa, entre 1950 e 1959 mais do que triplicou, no Ceará, o número de estabelecimentos varejistas para comércio de máquinas e aparelhos de uso doméstico, material elétrico, além de instrumentos musicais e discos (CENSOS COMERCIAL E DOS SERVIÇOS, 1960, v. 4, t. 3, p. 56). Passando de 25 para 78 unidades, essas firmas foram, entre todas as classes de lojas, as que mais investiram em propaganda e publicidade, cujo montante alcançou 5,5% do total de suas despesas. Em 1959, o setor empreendeu um volume de vendas pouco superior a Cr\$ 505 milhões (fora os aproximados Cr\$ 18 milhões negociados no atacado), dos quais quase metade à vista (Cr\$ 240.819 mil), indicando a limitada disponibilidade de crédito das lojas para ampliação da faixa dos consumidores. Mesmo assim, esse gênero de comércio já apresentava o maior percentual de vendas a prestação, correspondente a mais de 18% de todo o valor movimentado, ficando as negociações a prazo em torno de 35%. Esses dados auxiliam no esboço de um quadro socioeconômico que aponta algumas das condições materiais delimitadoras da aquisição de eletrodomésticos, mormente entre as residências de Fortaleza, pois, embora as informações se estendam ao território geográfico do estado, o setor comercial em questão, como também a maior demanda por ele, concentrava-se na sua capital, já há muito consolidada como a mais importante praça mercantil da região, incluindo porções do Piauí e do Maranhão em sua zona de influência (GEIGER, 1963). Essa disparidade entre o interior e a metrópole fica explícita ao se cotejar, no *Censo demográfico estadual de 1950*, os domicílios particulares servidos de iluminação elétrica em todo o Ceará (34.767), cuja maioria estava localizada em Fortaleza (18.628). Preponderância que, todavia, não deve surpreender, dado o baixo nível de urbanização do estado como um todo, que àquela época ainda mantinha no campo praticamente três quartos de sua população.

Nos alvares da década de 1960, a capital já contava 11.338 geladeiras entre as suas 92.128 habitações, algumas das quais deveriam ser

a querosene, embora tais especificações não constem das cifras apresentadas. Distribuído em pouco mais de 12% das casas, aquele aparelho ia paulatinamente se afirmando como um patrimônio do grupo familiar, não exatamente porque beneficiasse um significativo montante de pessoas, mas por comparecer, com maior assiduidade, em residências com seis ou mais moradores (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1960, p. 112).

A exemplo de outros bens industriais, o refrigerador convergia com as expectativas de bem-estar e comodidade acentuadas no pós-guerra; contudo, a despeito de fomentar a legitimidade em torno dos benefícios e prazeres cada vez mais vividos no âmbito privado, sua unidade consumidora básica residia na família nuclear, diferentemente da atualidade, marcada por vertiginosos avanços na miniaturização e portabilidade dos objetos técnicos, cujo resultado se traduz em apelos mais candentes para o indivíduo, provocando um convite menos inibido ao deleite solitário cuja intensidade era desconhecida no passado. Naqueles anos, tendia-se a enfatizar os casais jovens como sujeitos preferenciais ao ingresso no reino do consumo moderno, pois já pertencentes ao modo de vida urbano e emulados por um impulso de ascensão econômica. As seções femininas das grandes revistas e as peças publicitárias se apropriaram de, e souberam ampliar, essas vinculações entre amor romântico e desejo de consumo (SEVCENKO, 1998, p. 607). Sugerindo a necessidade de um acesso aos bens industrializados como realização gradativa e demarcadora da identidade do casal, conquista lenta que demandava empenho concentrado e planejamento doméstico, o êxito projetado se confirmaria no decurso da vida conjugal: “se, a princípio, nada se tem, mas se juntos, marido e mulher, não medem sacrifícios para ir aos poucos adquirindo o que almejam, como tudo lhes parece ter um valor estimativo dobrado? Cada objeto que se compra representa um prazer e, aos poucos, vai-se adquirindo, sem maiores complicações, tudo que se deseja” (O CRUZEIRO, 16 jul. 1960, p. 44).

A reflexão sobre os valores sociais nuançados que incidiam nos artefatos domésticos permite vislumbrar alguns dos limites ao ideal de conforto e prosperidade assinalado no crescimento econômico e indus-

trial dos anos 1950 e 1960, que só paulatinamente fomentaria o ingresso de novas camadas urbanas no mercado consumidor:

O estilo de vida urbano é um produto do capitalismo industrial, que se transforma cada vez que novos produtos são lançados no mercado. O automóvel, a televisão, o telefone, a geladeira e centenas de outros produtos caracterizam um padrão de vida que constitui a razão de ser do “desenvolvimento” para a maioria da população. É claro que a importação destes novos produtos tende a crescer na medida em que parcelas crescentes da população são incorporadas à economia capitalista (SINGER, 1995, p. 223).

Como se percebe, a penetração desses bens industrializados na experiência cotidiana dos contingentes urbanos está indissociavelmente relacionada à expansão da economia de mercado, num período – o pós-guerra – em que a sociedade brasileira foi permeada por um processo simultâneo de diferenciação e generalização do consumo (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 1998, p. 604).

Os números do *Censo de 1960* nada registram sobre a distribuição dos utilitários elétricos pelos diversos bairros de Fortaleza. Entretanto, parece razoável supor que boa parte dos aparelhos tendia a aglutinar-se nas áreas que compreendiam as habitações das classes ricas e médias, até porque, segundo estimativas de uma pesquisa de economia, a disponibilidade média do refrigerador tendia a crescer de acordo com o maior estrato de renda *per capita* (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 1967, p. 74). Ao término dos anos 1950, a hegemonia urbana havia sido conquistada por um trecho a leste do perímetro central, de ocupação recente, embora já encabeçando a hierarquia espacial e simbólica, conforme se depreende da menção inserta na *Enciclopédia dos municípios brasileiros*: “Dentre os principais bairros da Capital cearense, o da Aldeota se constitui dos mais notáveis; suas modernas e confortáveis residências, luxuosamente instaladas, conseguiram-lhe o nome de ‘bairro aristocrático da cidade’” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959, p. 220).

A magnificência das casas e a presença de automóveis luxuosos singularizavam a paisagem onde os detentores do poder e da riqueza

fixavam endereço. Nas artérias pontilhadas de novas habitações, sobressaía a intenção de generalizar certos traços arquitetônicos que induziam a uma nítida separação entre público e privado, entre eles o recuo das fachadas em relação ao alinhamento das vias, a valorização de construções estruturalmente isoladas em seus respectivos lotes, a ereção de muros e gradis para demarcar a intimidade dos moradores e preservá-los da contiguidade com o bulício da rua. Esse desejo de insularidade habitacional era cúmplice do propósito de equipar a casa com objetos que referendassem, no imaginário, sua autonomia frente à cidade. Na morada dos afluentes se concretizava um impulso de reação à “desordem urbana”, que punha em jogo não propriamente uma purificação da cidade ou projeção utópica (SARLO, 1997), e sim a procura por nichos onde a racionalidade das edificações, o traçado regular das vias e a presença dos dispositivos tecnológicos lograssem instaurar uma sensação de abrigo e estabilidade à contraluz das tensões sociais irrompidas pelo intenso crescimento demográfico da capital (SILVA, 1992).

Mas essa exacerbação da domesticidade usualmente era afrontada pelo funcionamento irregular do sistema elétrico que, deixando logradouros e lares às escuras, punha às claras a reconfiguração que transformava o domínio privado num prolongamento capilar da rede técnica. De certo modo, a falta de luz tornava visíveis os limites e impasses do refluxo de urbanidade em andamento nas áreas privilegiadas de Fortaleza. Pois, no programa de diferenciação explícita entre a casa e a rua, perdia-se a possibilidade do convívio plural e das relações de vizinhança que tecem a vida social de um bairro e o inscrevem numa zona híbrida, dissolvente da polarização rígida entre mundo público e domínio privado (PROST, 1992); à diferença dos arrabaldes e regiões ocupadas por segmentos mais modestos, onde a calçada, à noite, tornava-se um lugar para estar e não somente um ponto de passagem. Tratava-se ali, portanto, de uma extensão do espaço de moradia na qual familiares e vizinhos afluíam para fora das habitações apertadas, conversavam longamente, faziam circular uma miríade de notícias e informações, observavam uns aos outros e mantinham, pelo olhar, certo controle sobre as crianças e suas brincadeiras. Naqueles arrabaldes, onde o menor movimento de veículos favorecia outras ocupações da rua, am-

pliavam-se as possibilidades de experiências partilhadas e arranjos de solidariedade entre os que não dispunham dos equipamentos urbanos existentes nos bairros ricos (CAMPOS, 2001; SILVA FILHO, 2002a).

Aquela experiência cotidiana balizada em laços de espírito gregário era inclusive estimulada pela disposição material das habitações populares, em geral paredes-meias umas com as outras, de testadas estreitas e erigidas sobre o alinhamento da rua, o que diluía a fixação de rupturas estáveis entre a vida íntima e o espaço público. A forte interação comunitária observada em bairros suburbanos desenhava, assim, um contraste com o relativo esvaziamento dos logradouros margeados por domicílios suntuosos. Talvez por isso a mãe de Narcélio Limaverde, autor de um livro de memórias sobre Fortaleza, costumasse designar a Aldeota de “cemitério dos ricos” (LIMAVERDE, 1999) – ou seja, um lugar onde a rua deixa de ser povoada, as pessoas se recolhem ao recinto doméstico e se relacionam cada vez menos com os moradores circundantes, onde o sentimento de proximidade calorosa da vizinhança se esgarça em proveito de uma experiência que se pretende distinguida por investimentos correlatos na elegância das edificações e na valorização da privacidade. Parece irônico que uma casa mais bem dotada de recursos técnicos disseminados em rede (eletricidade, água, comunicações), portanto em princípio mais inclinada para uma extroversão rumo à esfera pública, seja solidária à retração das sociabilidades heterogêneas. Como insinua o reparo do memorialista, ao olhar de alguém formado no seio de tradições agregadoras e vínculos coletivos, o bairro predileto da burguesia local só representava o sonho metropolitano de Fortaleza naquilo que havia de mais lúgubre; em vez de máquinas de morar, aquelas casas modernas seriam máquinas de morrer.

E, por um curioso efeito reverso, a cidade que, a partir de meados do Oitocentos, foi sendo progressivamente marcada pela vontade de delimitar lugares apartados para o movimento dos vivos e o repouso dos mortos (BATISTA, 2002), passaria, no século vindouro, a defrontar-se com a letalidade da energia na seara doméstica. O interesse em distanciar a visão e o cheiro dos mortos não impediu que a morte trouxesse novas roupagens. A fonte que “animava” seres não-humanos fazia, com recorrência inquietante, vítimas entre os humanos. Em paralelo aos

novos dispositivos técnicos que se espraíram na esfera privada, deu-se o surgimento de ameaças outrora inexistentes, imprimindo contornos instáveis à ordenação das atividades corriqueiras. Foi o caso das preocupações crescentes que resultaram na exigência de maiores cuidados no emprego dos eletrodomésticos, de maneira a prevenir a ocorrência de choques cujo efeito poderia ser fatal. Nos jornais despontavam conselhos voltados à orientação de uso, conservação adequada e permanente observação do desempenho funcional dos equipamentos – requisitos que se queriam cada vez mais imprescindíveis à proteção e benefício dos consumidores. Por vezes se enfatizava um sentido de urgência na acolhida das novas recomendações, a exemplo do artigo “Perigos na casa”:

Comumente se crê que somente as correntes elétricas de alta potência sejam perigosas; todas as mães sabem que as crianças não devem subir em postes que sustentam instalações elétricas, todas as donas de casa sabem explicar às empregadas que se o vento carrega uma peça de roupa da corda para os fios elétricos, há perigo de morte em tirá-lo de lá.

Poucas, no entanto, sabem que nos podem fulminar também as correntes a baixa tensão, as que dão vida aos variados aparelhos que, sempre mais numerosos, entram na casa moderna: abajures, fornos, ferros de engomar, aspiradores de pó, enceradeiras, secadores de cabelo, navalhas, refrigeradores, batedores, rádios, toca-discos e, para aumentar a série, os brinquedos elétricos com trenzinhos, projetores, máquinas para coser etc. [...]

Todos os aparelhos citados são construídos de modo a não apresentar perigo: eles têm partes isolantes que servem para impedir a passagem da corrente do aparelho a quem lida com ele. Mas basta que um isolante falte ou esteja estragado, basta que um cabo esteja desfiado, ou que, por exemplo, se estabeleça um contacto entre os fios da luz e os da campainha, basta que se faça uma manobra errada e que se estabeleça um “a terra” através do nosso corpo, para que se caia fulminado. Quem usa aparelhos elétricos deve tomar precauções para que não possa cair em erro em um momento de pressa ou de distração.

Por exemplo: quem empunha a tomada pela parte elétrica (ou pela parte isolante e esta se acha estragada), e ao mesmo tempo

gira a torneira de água, se expõe a gravíssimo perigo, porque, como veremos adiante **ÁGUA + ELETRICIDADE = MORTE**: neste caso a tomada de corrente deve ser colocada em posição distante da torneira e o perigo está eliminado (O JORNAL, 30 mar. 1959).

Que o texto integrasse a seção feminina do periódico, não surpreende. Relevante é sua aparição num espaço tradicionalmente reservado a notícias de moda, conselhos médicos para a criação dos filhos, pequenas dicas de beleza pessoal e lides domésticas, indicando portanto a presença mais assídua dos novos produtos na vida diária. Em meio às instruções, determinados aspectos merecem destaque. O primeiro deles consiste na dramática mudança de escala que os eletrodomésticos demandavam e nos desafios subjacentes ao remodelamento da percepção sensível: se parecia óbvio o risco potencial concernente a grandes instalações técnicas que tomavam assento nas ruas da cidade (postes de iluminação, fiação aérea, transformadores elétricos), doravante cumpria ressaltar a periculosidade dos aparelhos de menor dimensão, projetados e fabricados para o espaço privado. Isto significa que, a par e passo com a modernização da casa, amplia-se a possibilidade de acidentes graves cujas causas, amiúde banais, requerem maior coeficiente de atenção e responsabilidade individuais. Gestos displicentes, breves distrações, pequenas confusões no emprego dos artigos elétricos devem ser meticolosamente identificados, analisados, corrigidos e evitados; para tanto, convém observar e controlar, melhor e mais acuradamente, a postura do corpo, assegurar-se de que seus movimentos, flexões e destrezas no contato com os objetos técnicos não provoquem danos aos usuários. Se o domínio preciso de um repertório de gestos implica acréscimo das capacidades corporais mediante a aplicação dos utilitários elétricos, os menores descuidos adquirem igualmente uma envergadura antes desconhecida. O que se ganha em termos de eficiência produtiva e economia de esforço é correlato à disseminação dos perigos e à irrupção de novos focos de inquietação: “Somos forçados a estender a questão da tecnologia não apenas à substância produzida, mas ao acidente produzido. [...] O enigma da tecnologia é também o enigma do acidente. [...] Cada

tecnologia produz, provoca, programa um acidente específico” (VIRILIO; LOTRINGER, 1984, p. 40).

A celeridade que os artefatos imprimem aos labores parece se prolongar, ao menos no discurso normativo, na necessidade de monitorar seu bom funcionamento – atitude a ser convertida em propensão ao reparo imediato de qualquer defeito, como recomenda em tom imperativo a matéria jornalística: “Faça consertar os estragos logo que os descobre; todo o desleixo ou indiferença nesse sentido pode ser fatal.” O risco não se concentra somente na probabilidade de um acidente, mas na regressão a um ritmo de ação mais cadenciado, quando o utilitário deixasse de funcionar.

Advertências aparentemente elementares, como a proibição do contato entre água e eletricidade, sugerem ainda quão recente e limitada era a penetração dos objetos técnicos nas casas de Fortaleza, bem como permitem inferir as dificuldades de lidar com uma fonte energética cuja passagem, ao contrário de suas congêneres tradicionais ou menos recentes (ígneas, eólica, tração animal, hidráulica, vapor), não deixa rastros à sensibilidade visual. Não é implausível que a inobservância dessa cautela tenha mesmo contribuído para o registro de 22 casos de acidentes por choque em 1963, cujas vítimas foram atendidas no Pronto Socorro de Fortaleza (FORTALEZA, 1964, p. 176-177). Embora tais ocorrências denotem uma frequência maior da eletricidade no cotidiano da capital, vestígios pouco condizentes com a dinâmica de um grande centro urbano eram abundantes: nas estatísticas daquela mesma unidade hospitalar no ano em apreço, deram entrada 52 pessoas que sofreram picadas e 91 agredidas a mordidas, caracterizando um espaço social cujas pretensões de modernidade se imiscuíam – e por vezes se dissolviam – na profusão de animais peçonhentos em casas e quintais, cães e gatos vadios que singravam as ruas, equinos e muaras para movimentar carroças e transportar mercadorias, enfim uma autêntica fauna que destoava da constituição do imaginário urbano, fortemente entremeado pela pujança técnica e a ubiquidade vitoriosa do artifício sobre os traços da natureza.

Embora mais perceptível sobretudo entre grupos sociais abatidos ou remediados (empresários, comerciantes, industriais, profissio-

nais liberais, altos funcionários públicos etc.), a expansão no consumo de aparelhos elétricos entre as décadas de 1940 e 1960 acarretou transformações relevantes na gestão da casa, no desempenho de tarefas ordinárias e na cultura sensível dos indivíduos. Pequenos manuais e encartes dos fabricantes, distribuídos aos compradores daqueles objetos nos anos 1950 e 1960, esmeravam-se no esclarecimento de possíveis dúvidas e no detalhamento de precauções ulteriormente inócuas: o recipiente de vidro do liquidificador Walita sempre deveria ser limpo após o uso, “tal como se limpa qualquer outro vidro”; o motor da batadeira não poderia ser posto em água corrente, bastando usar um pano úmido para retirar possíveis resíduos; quanto ao liquidificador Arno, “NUNCA o submerja na água, o que danificaria o seu motor”. Já o refrigerador Brastemp deveria permanecer ligado à noite e nunca instalado perto do fogão ou sob luz solar; reprovava-se ainda o hábito de estender panos em seu lado posterior, pois era necessário assegurar espaço para a “respiração” da máquina. Antes de solicitar assistência de profissionais especializados, sugeria-se averiguar se o termostato estava em zero, se havia fusível queimado ou fio frouxo, se a porta era mantida aberta por longo tempo, advertindo-se igualmente para a importância de descongelamentos periódicos, pois o excesso de gelo comprometia o bom rendimento do aparelho. Informações que, conforme os parâmetros atuais, chegariam a resvalar a tautologia e subestimar o bom senso, tal a obviedade aparente do que era então explicado. E talvez o caráter acessório, quando não dispensável, de tantos esclarecimentos constitua um vestígio pertinente para a avaliação da medida em que esses utilitários passaram a compor tramas da vivência ordinária doravante impensáveis sem a presença deles. De qualquer maneira, não seria (como ainda não é) amena a incumbência depositada nesses textos mediadores dos aparelhos e seus usuários, quase sempre redigidos sob a premência de um rigor que não deveria sujeitar-se à frieza do linguajar técnico, conciliando formulações precisas e tom acessível a leitores não-especialistas. Para tanto, faziam-se projeções hipotéticas sobre o nível de conhecimento dos consumidores, que podia variar do simples domínio da linguagem escrita até noções aplicadas de eletricidade. Havia, portanto, uma larga margem de usuários dotados de capacidades as mais diferen-

ciadas, a que se juntavam modalidades idiossincráticas de consulta: enquanto uns liam o manual inteiro antes do manejo do produto, outros simplesmente o ignoravam apostando em procedimentos empíricos por erro e tentativa, ao passo que alguns efetuavam uma leitura mais seletiva, destacando do conjunto das indicações e comentários apenas o que parecesse ser de valia. Contudo, nenhuma dessas opções teria como assegurar um aproveitamento do objeto técnico correspondente às expectativas de seus recentes proprietários: “Muitas vezes, a irritação, ou até o ridículo provocados pela utilização de um manual só se devem a um distanciamento entre os conhecimentos que ele supõe em nós e os que nós mesmos julgamos ter” (AKRICH, 1995, p. 27).

A reiteração dessas instruções aponta para a incontornável estranheza dos novos artefatos; por outro lado, a divulgação dos manuais supõe o desenvolvimento de um aprendizado cada vez mais exercido no âmbito privado, longe dos olhares e intromissões de desconhecidos. Também na decifração das exigências que garantiam seu emprego normativo, os eletrodomésticos favoreciam e aprofundavam os contornos de uma experiência de intimidade que, cabe lembrar, era acessível a poucos (e, mesmo para estes, vivida com algum desleixo, conforme insinua a advertência trazida na capa do manual que acompanhava o modelo Brastemp Imperador 1958: “este folheto, para ser realmente útil, deve ser lido”, grifo do autor). Pois o contato com os objetos modernos nunca se processou em condições de equidade hierárquica, simbólica ou pecuniária: sua presença nos lares, nas vitrines, na publicidade repunha a velha questão sobre as reais possibilidades de compra correspondentes aos diversos grupos e classes, protagonizando uma socialização assimétrica da técnica: aos estratos de melhor condição econômica, esses utilitários pareciam robustecer o patrimônio familiar, significavam bens de consumo e ícones do modo de vida urbano; às camadas subalternas, tendiam a representar objetos de desejo ainda largamente inacessíveis ou, no caso dos empregados em serviços domésticos, instrumentos de trabalho. No Brasil de 1960, os 10% mais ricos concentravam quase 40% da riqueza nacional, enquanto os 50% mais pobres detinham pouco mais de 17%, sendo que 72,5% da população economicamente ativa vivia em condição de subproletariado, ou seja,

com renda inferior a um salário mínimo, dando a ver as enormes disparidades que marcavam a sociedade brasileira de então (SINGER, 1995, p. 233, 239).

Bastante elucidativo quanto ao quadro heteróclito de convívio com os artefatos elétricos na capital cearense é um excerto da matéria jornalística supramencionada, expressamente dirigida às donas de casa: “Instrua as empregadas sobre o bom uso dos aparelhos eletrodomésticos (lembre-se que nada serve dizer ‘cuidado’ se não explica em que consiste o perigo e como deve exercitar essa atenção)”. Nota-se, portanto, que o advento da modernidade técnica, embora vincada na valorização do individualismo e na dignificação do conforto, apresenta matizes bastante variados, alguns dos quais não remetem prioritariamente ao universo do consumo, mas ao mundo do trabalho. Ter em conta que o campo dos usuários ultrapassa sobremaneira o circuito relativamente estreito dos consumidores põe em questão o desafio de apreender os modos informais, adaptativos, predominantemente empíricos pelos quais os objetos são empregados no dia a dia, e como as discrepâncias de seus usos podem iluminar a tessitura das relações sociais numa cidade cuja urbanização e aumento demográfico, no pós-guerra, fizeram-se sobretudo à custa de migrantes rurais pobres, acentuando historicamente o aviltamento das oportunidades disponíveis aos estratos modestos da população.

Outra possibilidade de captar passagens do trajeto enviesado daqueles objetos modernos na experiência urbana de Fortaleza se prende a seu destino para fins inusitados ou sua conversão em matéria da (cri)ação lúdica. Vestígios extremamente raros, dada sua banalidade inventiva, situados quase sempre no limiar da vida cotidiana, gravados na memória dos corpos, porém deixados fora do exercício de perpetuação prestigiosa que conduz o ato da escrita e orienta as veleidades da fala. Eduardo Campos, lembrando episódios da infância, trouxe a lume uma dessas cenas:

Como dizer ou explicar da serventia das coisas consideradas em desuso? Ou do aproveitamento material de objetos que perderam a sua utilização própria?

Decida o leitor a vagar, que por hoje quero lembrar contando a sobretaxa de vida, melhor referir, a prolongada utilidade deparada em objetos que numa casa, como a nossa da Rua do Imperador [nas cercanias do perímetro central] pelos anos trinta, não obstante perdida a função a que se destinavam, prosperavam úteis em inesperadas reinvenções de utilização.

Para começar, vejamos o caso das lâmpadas de iluminação elétrica. Quando não mais acendiam, uma a uma iam sendo reaproveitadas em outros acudimentos.

Minha mãe guardava a menos vulnerada pelo cocô das moscas, que a tinham encaixado ao longo dos dias, para sua paciente atividade de *cerzideira doméstica*, operação que parecia (e na realidade sucedia) concorrer para melhorar o trabalho executado, a lâmpada intrometida no canudo da meia, procedimento que a tornava enlastecida, e desse modo visíveis os fios, o que facilitava em muito o manejo preciso da lançada da agulha carregando a linha de cor (CAMPOS, 1998, p. 43-44).

Tempos heterogêneos, articulados em combinações insólitas: a cadência lenta e repetitiva dos afazeres miúdos, feita de remendos caseiros, urdia-se com produtos fabris resgatados de sua inércia funcional. E assim se procedia aos arranjos mais diversos: painéis furadas viravam jarros para plantas, prudentemente alocados nos cômodos mais íntimos da habitação; caixas de sapato vazias acolhiam novos conteúdos – botões, alfinetes, adornos, cartas, fotos. Nessa propensão, simultaneamente intuitiva e prática, para reinventar os usos do imprestável, e cuja realização culminante está na sucata, Michel de Certeau (1996) quis identificar os traços de uma “arte brasileira”. As artimanhas infantis produziam, igualmente, novos empregos para artefatos ultimados em suas funções originais. Lâmpadas queimadas, retirados os filamentos internos, recebiam água e adquiriam as propriedades visuais de uma lente de aumento; sob o sol, produziam focos de luz e calor para caça de pequenos insetos; moídas em pilão, tinham seus grãos de vidro adicionados a rudimentar resina para o fabrico de um preparado cortante com que se untavam os fios das araias (também conhecidas como papagaios) empinados no céu de agosto para regalo e disputa entre os meninos, uns e outros procu-

rando extirpar a cauda do brinquedo alheio e, assim, provar o arrojo e perícia de suas manobras.

Talvez, ao fim e ao cabo, o dificultoso processo de *domesticação do estranho* demandasse justamente essas subversões do uso. Operadas no labor que ritmava o dia a dia das experiências privadas, ou radicalizadas nos engenhos das crianças, essas formas singulares de lidar com os artefatos elétricos indicavam um grau de familiaridade pela negação: pois era sobre um valor de uso refigurado e um valor de mercado tornado nulo (a exemplo das lâmpadas queimadas) que se erigia a multiplicidade das serventias aplicadas aos objetos. Vencer a estranheza diante da presença técnica resultava, amiúde, em transformá-la noutra coisa: brinquedo, souvenir, fetiche. Para que artigos funcionais ganhassem força de penetração na vida cotidiana de outrora, o avanço da propaganda no imaginário coletivo, a observância de manuseios prescritos e a volúpia do consumo poderiam ocasionalmente não bastar; restava sempre um horizonte, feito de improviso e astúcia, alargando as margens do possível, usando a disfunção para abrir o espaço da casa e a potência do corpo à emergência dos objetos modernos.

## Fontes

### PERIÓDICOS

#### JORNAIS E BOLETINS

*Arnotícias*  
*Correio do Ceará*  
*Diário Oficial do Município [de Fortaleza]*  
*Diário do Povo*  
*O Energético*  
*O Estado*  
*Gazeta de Notícias*  
*O Jornal*  
*O Nordeste*  
*Philicidade*  
*O Povo*  
*A Rua*  
*Tribuna do Ceará*  
*Unitário*

#### REVISTAS

*Anuário das Senhoras*  
*Ba-Ta-Clan*  
*Ceará Ilustrado*  
*Ceará Mercantil*  
*A Cigarra*  
*Clã*  
*O Cruzeiro*  
*Eu Sei Tudo*  
*Fon-Fon*  
*Querida*  
*Revista Contemporânea*  
*Revista da Academia Cearense de Letras*

*Revista do Instituto do Ceará*  
*Revista dos Municípios do Ceará*  
*Seleções do Reader's Digest*  
*Vida Doméstica*

#### ALMANAQUES E ANUÁRIOS

*Almanaque comercial do Ceará para 1928*. Organização de Cruz Filho. Fortaleza: Tipografia Urânia, 1928.

*Almanaque do Ceará para 1929*. Fortaleza: [s.n.], 1929.

*Almanaque do Ceará para 1931*. Fortaleza: [s.n.], 1931.

*Almanaque do Ceará para 1959*. Direção de A. Batista Fontenele e Leopoldo C. Fontenele. Fortaleza: [s.n.], 1959.

*Almanaque do Ceará para 1960-1961*. Direção de A. Batista Fontenele e Leopoldo C. Fontenele. Fortaleza: [s.n.], 1961.

*Almanaque para 1949, Primeiro Semestre, ou "Almanaque d'A Manha"*. Organização e direção de Aparício Torelli, o barão de Itararé. 3. ed. fac-sim. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2002.

*Anuário do Ceará 1953-1954*. Organização de Waldery Uchôa. Fortaleza: [s.n.], 1954.

*Anuário do Ceará 1955-1956*. Organização de Waldery Uchôa. Fortaleza: Ed. Fortaleza, 1956.

#### ESTATÍSTICAS, DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES OFICIAIS

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste. *Consumo de produtos industriais na cidade de Fortaleza (CE)*. Fortaleza: BNB, 1967.

\_\_\_\_\_. *Consumo de produtos industriais na cidade de Fortaleza (CE)*. Fortaleza: BNB, 1972.

BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa (senador). *Ensaio estatístico da província do Ceará*. 2 tomos. [1863-1864]. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

CEARÁ. Governo do Estado. *Anuário estatístico do Ceará – 1923*. Fortaleza: Tipografia Moderna, 1926.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Ceará – 1924*. Fortaleza: Tipografia Moderna, 1928.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Ceará – 1925*. Fortaleza: Tipografia Moderna, 1929.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Ceará – 1929 e 1930*. Fortaleza: Tipografia do Atelier Royal, 1933.

\_\_\_\_\_. *A eletrificação no Ceará: pequeno histórico da vinda da energia de Paulo Afonso a Fortaleza*. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1980.

\_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo desembargador José Moreira da Rocha, presidente do estado*. Fortaleza: [s.n.], 1927.

\_\_\_\_\_. *As migrações para Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1967.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Diretoria técnica. *O problema da mudança de frequência em Fortaleza*. Rio de Janeiro, 1963.

FORTALEZA. Câmara Municipal. *Relatório da Câmara Municipal de Fortaleza*. Fortaleza, 1925. Disponível em: <<http://www.cepimar.org.br/bdceara/empresa/index.html>>. Acesso em: 30 jul. 2005>.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. *Anuário do município de Fortaleza*. Administração Murilo Borges (Março 1963 – Março 1964). Fortaleza: Prefeitura Municipal, 1964.

\_\_\_\_\_. *Código de posturas do município de Fortaleza* (Dec. n. 70, de 13 de dezembro de 1932). Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado pelo dr. Rubens Monte – engenheiro fiscal junto a The Ceará Light and Power Company Limited*. Fortaleza, 8 jun. 1926. Disponível em: <<http://www.cepimar.org.br/bdceara/empresa/index.html>>. Acesso em: 30 jul. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1938.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.  
*Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1962

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico do estado do Ceará 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico do estado do Ceará 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

\_\_\_\_\_. *Censos comercial e dos serviços 1960*. MA – PI – CE – RN. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v.16

\_\_\_\_\_. Departamento de Estatística, Informações e Propaganda. *Sinopse estatística do estado [do Ceará]* (Separata, com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil, Ano III – 1937). Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1938.

RORIZ, Wilson. *Em defesa do Cariri*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1957.

TÁVORA, Virgílio. *Discurso inaugurando a chegada da energia de Paulo Afonso ao Cariri*. Fortaleza, 1961. [Texto datilografado].

\_\_\_\_\_. *Discurso inaugurando a chegada da energia de Paulo Afonso a Fortaleza*. Fortaleza, 1965. [Texto datilografado].

UNIVERSIDADE DO CEARÁ. Instituto de Pesquisas Econômicas. *Condições de habitação em Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

**CRÔNICAS E MEMÓRIAS**

ABREU, João da Cruz. Presidentes do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 48, 1934.

ADERALDO, Mozart Soriano. *História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1974.

\_\_\_\_\_. *A praça*. Fortaleza: Tipoprogresso, 1989.

\_\_\_\_\_. O trecho de rua de meus verdes anos. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 93, 1979.

ALENCAR, Edigar de. *Fortaleza de ontem e de anteontem*. Fortaleza: Edições UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980.

ALMADA, Zenilo. *O bonde e outras recordações*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

\_\_\_\_\_. *Fortaleza inesquecível*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Cadeira de balanço. In: \_\_\_\_\_. *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003a.

\_\_\_\_\_. Caminhos de João Brandão. In: \_\_\_\_\_. *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003b.

\_\_\_\_\_. *O poder ultrajovem*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

ARRUDA, Raimundo Vasconcelos. *Memórias de um menino*. Fortaleza: [s.n.], [1986].

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). *Fortaleza de ontem e de hoje*. Fortaleza: Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1991.

AZEVEDO, Otacílio de. *Fortaleza descalça: reminiscências*. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1992.

AZEVEDO, Stênio (Coord.); NOBRE, Geraldo (Colab.). *O Ceará na Segunda Grande Guerra*. Fortaleza: ABC, 1998.

BARROSO, Aluísio Girão. *Crônicas de outros tempos e de agora*. Fortaleza: ABC, 1998.

BARROSO, Gustavo. *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

- BARROSO, Gustavo. *Memórias de Gustavo Barroso: Coração de menino, Liceu do Ceará, Consulado da China. [1939-1941].* 2. ed. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.
- BRAGA, Rubem. *200 crônicas escolhidas.* 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BRÍGIDO, João. *Ceará: homens e fatos.* 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.
- CABRAL, Tomé. *Patuá de recordações.* Campinas: [s.n.], 1978.
- CAMPOS, Eduardo. *O inquilino do passado: memória urbana e artigos de afeição.* Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1996a.
- \_\_\_\_\_. *O inventário do cotidiano: breve memória da cidade de Fortaleza.* Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1996b.
- \_\_\_\_\_. *O lugar da cozinha.* Fortaleza: LCR, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *A medicina da fome (e outros estudos).* Fortaleza: LCR, 2007b.
- \_\_\_\_\_. *Na flor da idade: memórias de infância e adolescência.* Fortaleza: Tukano, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Os vizinhos: memória da cordialidade.* Fortaleza: Expressão Gráfica, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Vocabulário antigo e mais coisas não menos longevas.* Fortaleza: Imprece, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A volta do inquilino do passado – Segunda locação.* Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1998.
- CAMPOS, Paulo Mendes. *Alhos & bugalhos.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTRO, José Liberal de. In: LEITÃO, Cláudia Sousa. *Memória do comércio cearense.* Rio de Janeiro: Senac, 2001.
- CAVALCANTE, Ari de Sá. *Para ler no bonde: crônicas 1943-1948.* Fortaleza: Gráfica da Organização Educacional Farias Brito, 1998.
- CHABLOZ, Jean-Pierre. *Revelação do Ceará.* Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993.
- CID, Caio [Carlos Cavalcanti]. *Conta-gotas.* Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1958.

COLARES, Ciro. *100 crônicas escolhidas*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1976.

\_\_\_\_\_. *O marujo do navio de pau*. Fortaleza: edição do autor, 1974.

\_\_\_\_\_. *A mulher do anúncio*. Fortaleza: edição do autor, 1968.

COLARES, Otacílio. *Crônicas da Fortaleza e do Sitará Grande*. Fortaleza: Fortaleza: Ed. UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980.

DIAS, Milton. *Relembrações*. Fortaleza: Ed. UFC, 1998.

DOURADO, J. J. *Muçambê*. Fortaleza: A Fortaleza, 1967.

DUARTE, Romeu. In: LEITÃO, Cláudia Sousa. *Memória do comércio cearense*. Rio de Janeiro: Senac, 2001.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select\\_action=&co\\_autor=5194](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=5194)>. Acesso em: 15 mar. 2007.

FEITOSA, Neri (pai). *Usos e costumes de 50 anos atrás*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1986.

FERNANDES, Yaco. *Notícia do povo cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1977.

FONTES, Eduardo. *O Lagamar que eu conheci*. Fortaleza: [s.n.], 1974.

GALENO, Alberto Santiago. *A praça e o povo: homens e acontecimentos que fizeram a história da Praça do Ferreira*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

GIRÃO, Blanchard. *O Liceu e o bonde: na paisagem sentimental da Fortaleza-província*. Fortaleza: ABC, 1997.

\_\_\_\_\_. *“Sessão das quatro”*: cenas e atores de um tempo mais feliz. Fortaleza: ABC, 1998.

GIRÃO, Raimundo. *Cidade da Fortaleza* (Filmagem histórica). Fortaleza: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1945.

\_\_\_\_\_. *Palestina, uma agulha e as saudades*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1972.

- GIRÃO, Raimundo; MIRANDA, Ubatuba de. *Retrato de Fortaleza*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1954.
- GOMES, Beatriz Gentil. In: LEITÃO, Cláudia Sousa. *Memória do comércio cearense*. Rio de Janeiro: Senac, 2001.
- GOMES, Ione Arruda. *Imagens indelévels*: primeiros contatos com o bairro Aldeota. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.
- HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org.). *Museu do Ceará e outras memórias*: entrevista com Valdelice Girão. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- JACQUES, João. *Alma em corpo oito*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1964.
- \_\_\_\_\_. *A canção do tempo*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Os cardeiros sangram*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Flores para os cinco sentidos*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.
- JOB, Daniel Carneiro. *Praça do Ferreira*: o inédito, o sério e o pitoresco. Fortaleza: [s.n.], 1992.
- LEITÃO, Cláudia Sousa. *Memória do comércio cearense*. Rio de Janeiro: Senac, 2001.
- LIMA, Fernando de Castro. *Algo de minha vida e da cidade onde nasci*. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1999.
- LIMA, Herman. *Imagens do Ceará*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- LIMAVERDE, Narcélio Sobreira. *Fortaleza, história e estórias*: memórias de uma cidade. 2. ed. Fortaleza: ABC, 1999.
- LOPES, Marciano. *O baú da donzela*. Fortaleza: [s.n.], 1991.
- \_\_\_\_\_. *Coisas que o tempo levou*: a era do rádio no Ceará. Fortaleza: [s.n.], 1994.
- \_\_\_\_\_. *Royal Briar*: a Fortaleza dos anos 40. 4. ed. Fortaleza: ABC, 1996.
- MAIA, José Barros. Lembrar é viver de novo (Depoimento). Apresentação e transcrição de Sebastião Rogério Ponte. In: SOUZA,

Simone de; PONTE, Sebastião Rogério (Coord.). *Roteiro sentimental de Fortaleza*: depoimentos de História Oral de Moreira Campos, Antônio Girão Barroso e José Barros Maia. Fortaleza: Nudoc – UFC; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1996.

MARIA, Antônio. *Pernoite*. Rio de Janeiro: Martins Fontes; Funarte, 1989.

MARTINS, Fran. *Pireu, ida e volta (e outras crônicas)*. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1997.

MATOS, Pedro Gomes de. *Maranguape*: Ceará, aspectos histórico-geográficos. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1966.

MEIRELES, Cecília. *Crônicas em geral*. In: \_\_\_\_\_. *Obra em prosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. v. 1.

MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou...* (Crônicas históricas da Fortaleza antiga). 3. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

MOTA, Murilo. *A casa de minha mãe*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1991.

NOGUEIRA, João. *Fortaleza velha*. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980.

QUEIROZ, Rachel de. 100 crônicas escolhidas. In: \_\_\_\_\_. *Obra reunida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989a. v. 4.

\_\_\_\_\_. O caçador de tatu. In: \_\_\_\_\_. *Obra reunida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989b. v. 4.

\_\_\_\_\_. A donzela e a moura torta. In: \_\_\_\_\_. *Obra reunida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989c. v. 3.

\_\_\_\_\_. Mapinguari. In: \_\_\_\_\_. *Obra reunida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989d. v. 5.

\_\_\_\_\_. *As menininhas e outras crônicas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Tantos anos*. São Paulo: Siciliano, 1998.

QUINDERÉ, José (monsenhor). *Reminiscências*. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1979.

- SABINO, Fernando. *O gato sou eu*. São Paulo: Círculo do Livro, [1983].
- SABOIA, Pires. *Crônicas da mocidade no Ceará*. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1998.
- SIMÃO, Marum. *Quixeramobim: recompondo a história*. Fortaleza: [s.n.], 1996.
- SILVA, Alberto da Costa e. *Espelho do príncipe: ficções da memória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- TEÓFILO, Rodolfo. *Coberta de tacos*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1931.
- UCHÔA, Waldery. *Fortaleza na sua expressão histórica, geográfica e estatística*. Fortaleza: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1946.
- VIEIRA, Antonio (padre). *100 cortes sem recortes*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.
- XIMENES, Raimundo Nonato. *Montese*. Fortaleza: Tipo Gráfica & Editora, 1998.

## **CRONOLOGIAS E NARRATIVAS DE VIAGEM**

- AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). *Cronologia ilustrada de Fortaleza: roteiro para um turismo histórico e cultural*. 2 vol. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.
- COSTA, José Raimundo. *Memória de um jornal*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1988.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. *O Juazeiro do padre Cícero*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, [1926].
- MENEZES, Antonio Bezerra de. *Notas de viagem*. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.
- MELO, A. da Silva. O mercado público de Fortaleza. In: CASCUDO, Luís da Câmara (Org.). *Antologia da alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MOTA, Leonardo. Datas e fatos para a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 68, 1954.

\_\_\_\_\_. Datas e fatos para a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 69, 1955.

\_\_\_\_\_. Datas e fatos para a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 71, 1957.

\_\_\_\_\_. Datas e fatos para a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 77, 1963.

OLIVEIRA, João Hipólito Campos de. Datas e fatos para a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 102, 1988.

SOUSA, José Bonifácio de. Datas e fatos para a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 78, 1964.

\_\_\_\_\_. Datas e fatos para a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 82, 1968.

STUDART, Guilherme (barão de). *Datas e fatos para a história do Ceará*. Ed. off-set. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1973. v. 3.

## FOLCLORE, COSTUMES E TRADIÇÕES

AZEVEDO, Otacílio de. *Adágios, mezinhas e superstições*. Fortaleza: Casa de Juvenal Galeno, 1966.

BARROSO, Gustavo. *Terra de sol: Natureza e costumes do Norte*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

CABRAL, Tomé. *Novo dicionário de termos e expressões populares*. Fortaleza: Edições UFC, 1982.

FREYRE, Gilberto. *Assombrações do Recife velho: algumas notas históricas e outras tantas folclóricas em torno do sobrenatural no passado recifense*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1974.

GALENO, Juvenal. *Lendas e canções populares*. 4. ed. Fortaleza: Casa de Juvenal Galeno, 1978.

GIRÃO, Raimundo. *Vocabulário popular cearense*. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

MOTA, Leonardo. *Adagiário brasileiro*. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1991.

\_\_\_\_\_. *Violeiros do Norte: Poesia e linguagem do sertão cearense*. 4. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1976.

NOGUEIRA, João. Hábitos e costumes cearenses. In: MARTINS FILHO, Antônio; GIRÃO, Raimundo (Org.). *O Ceará*. Fortaleza: Ed. Fortaleza, 1939.

STUDART, Guilherme (barão de). Usos e superstições cearenses. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, v. 15, 1910.

### ÁLBUNS E GUIAS INFORMATIVOS

*Álbum de vistas do estado do Ceará*. [1908]. Ed. fac-sim. Fortaleza: Nudoc – UFC, 2006.

ALMEIDA, José Leandro de (Org.). *Guia da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Empresa de Publicidade “Guia da Cidade de Fortaleza”, 1939.

BEZERRA, Paulo (Org.). *Álbum de Fortaleza*. Fortaleza: Meton Gadelha, 1931.

GIRÃO, Raimundo (Org.). *Guia turístico da cidade*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1961.

### ROMANCES, CONTOS, ARTIGOS, ANTOLOGIAS, TEATRO E POESIA

ALENCAR, Edigar de. *Carnaúba*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1932.

ANDRADE, Lauro Ruiz de. *O ano cem mil* (Cientificção). Fortaleza: edição do autor, 1962.

BARROSO, Antônio Girão. *Poesias incompletas*. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1994.

BARROSO, Gustavo. *Mississipi*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1961.

BENEVIDES, Artur Eduardo (Org.). *Cancioneiro da cidade de Fortaleza*. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1973.

BRÍGIDO, João. *Antologia de João Brígido*. Fortaleza: Terra de Sol, 1969.

CÂMARA, Carlos. *Teatro: obra completa*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

CÂMARA, José Aurélio. Uma cidade cresce. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 79, 1965.

\_\_\_\_\_. *O tempo e os homens*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967.

CAMPOS, Eduardo. O banho. *Clã: Revista de Cultura*, Fortaleza, n. 25, dez. 1970.

\_\_\_\_\_. *Face iluminada*. Fortaleza: Clã, 1946.

\_\_\_\_\_. O Morro do Ouro. In: \_\_\_\_\_. *Teatro completo*. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1999. v. 2.

\_\_\_\_\_. A rosa do Lagamar. In: \_\_\_\_\_. *Teatro completo*. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1999. v. 2.

CAMPOS, José Maria Moreira. *Contos escolhidos*. 4. ed. Fortaleza: Edições UFC, 1984.

\_\_\_\_\_. *Obra completa: contos II*. São Paulo: Maltese, 1996.

CARVALHO, Jáder de. Albaninho. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, v. 38, 1977.

\_\_\_\_\_. *Aldeota*. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2003.

\_\_\_\_\_. *A criança vive*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945.

\_\_\_\_\_. *Eu quero o sol*. Fortaleza: O Livro do Povo, 1947.

\_\_\_\_\_. *Sua Majestade, o juiz*. São Paulo: Musa, [1961].

DIÓGENES, Luciano. *Os 7 pecados da capital*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1971.

GIRÃO, Raimundo. A minha saudade de Gustavo Barroso. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, v. 38, 1977.

LOPES, José Stênio. Aspectos sociais da vida de Fortaleza. *Clã: Revista de Cultura*, Fortaleza, n. 16, set. 1957.

MARTINS, Fran. *Ponta de rua*. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1999.

\_\_\_\_\_. *O roubo* (Novela curta). *Clã*: Revista de Cultura, Fortaleza, n. 4, ago. 1948.

MARTINS FILHO, Antônio. *A presença da poesia no mundo dos negócios*. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1998.

GIRÃO, Raimundo (Org.). *O Ceará*. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

MELO NETO, João Cabral de. *Serial*. [1959-1961]. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MONTENEGRO, Braga. Os manequins. *Clã*: Revista de Cultura, Fortaleza, n. 5, out. 1948.

QUINTANA, Mario. Caderno H. In: \_\_\_\_\_. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

\_\_\_\_\_. Sapato florido. In: \_\_\_\_\_. *Poesias*. 7. ed. São Paulo: Globo, 1987.

ROSA, João Guimarães. *Ave, palavra*. In: \_\_\_\_\_. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 2.

SÁ, Sinval. Idílio na sarjeta. *Clã*: Revista de Cultura, Fortaleza, n. 14, dez. 1953.

TEÓFILO, Rodolfo. *O reino de Kiato: no país da verdade*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922.



## BIBLIOGRAFIA

AKRICH, Madeleine. A técnica, manual de instruções. In: WITKOWSKI, Nicolas (Coord.). *Ciência e tecnologia hoje*. São Paulo: Ensaio, 1995.

ARAÚJO, Raimundo. *Livros e autores do Ceará*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1977.

ARNO. *A história da Arno*. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.arno.com.br/institucional/historia.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2007.

BACHELARD, Gaston. *A chama de uma vela*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BARGHINI, Alessandro; GRAÇA, Gilena M. G. Uso da energia elétrica no cotidiano residencial. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA, 1., 1988, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1988.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

- BATISTA, Henrique Sérgio Araújo. *Assim na morte como na vida: arte e sociedade no cemitério São João Batista*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BENEVIDES, Artur Eduardo. *Evolução da poesia e do romance cearenses*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1976.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras escolhidas, 1).
- \_\_\_\_\_. *Rua de mão única*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995 (Obras escolhidas, 2).
- BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru: Edusc, 2001.
- BOLLE, Willi. A cidade como escrita. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 1994.
- BOTELHO, Caio Lóssio. *Geografia dinâmica do Ceará: evolução da infra-estrutura civilizatória cearense à luz de sua filosofia geográfica*. Fortaleza: [s.n.], 1965.
- BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v. 1.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidades; espaço e memória. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.
- BRIGGS, Asa. *Victorian things*. Londres: Penguin, 1990.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo: Burgo de estudantes (1828-1872)*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1991a. v. 2.

\_\_\_\_\_. *História e tradições da cidade de São Paulo: Metrôpole do café (1872-1918). São Paulo de agora (1919-1954)*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1991b. v. 3.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989. v. 16.

CAMPOS, Eduardo. Apresentação. In: NOBRE, Geraldo. *Ceará: energia e progresso*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto; Imprensa Oficial do Ceará, 1981.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: \_\_\_\_\_ et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e transformações no Brasil*. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: história e paradigmas rivais. In: \_\_\_\_\_; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Marília Rothier. Moda da crônica: frívola e cruel. In: CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e transformações no Brasil*. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil 4. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara (Org.). *Antologia da alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

\_\_\_\_\_. *História dos nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil*. São Paulo: Global, 2003.

\_\_\_\_\_. *Locuções tradicionais no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

\_\_\_\_\_. *Superstição no Brasil*. São Paulo: Global, 2001.

CASTRO, José Liberal de. À guisa de apresentação. In: JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. 2. ed. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2003.

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura eclética no Ceará. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; 1987.

\_\_\_\_\_. Ceará, sua arquitetura e seus arquitetos. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*, São Paulo, v. 9, abr. 1982.

\_\_\_\_\_. *Fatores de localização e expansão da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1977a.

\_\_\_\_\_. *Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1977b.

\_\_\_\_\_. O visual da cidade. In: \_\_\_\_\_. *Fortaleza tempos de guerra*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto do Estado do Ceará, 1989.

CEARÁ. Governo do Estado. *Água para o progresso de Fortaleza* (Publicação comemorativa da inauguração do novo Sistema de Abastecimento de Água de Fortaleza). Texto de Geraldo Nobre. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. *A vida cotidiana no Brasil nacional: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

COLARES, Otacílio. O pitoresco da propaganda nas primeiras décadas do século XX. *Revista de Comunicação Social da UFC*, Fortaleza, v. 5, n. 1/2, 1975.

CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

\_\_\_\_\_. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORBIN, Alain. *Village bells: sound and meaning in the nineteenth-century French countryside*. Londres: Papermac, 1999.

CROSBY, Alfred W. *Children of the sun: a history of humanity's unappeasable appetite for energy*. Nova York; Londres: W. W. Norton, 2006.

CRUZ, Heloísa de Faria. A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo – 1890-1915. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, 1996.

DAGOGNET, François. Preface. In: MANZINI, Ezio. *The material of invention: materials and design*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1989.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PESEDIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 1998.

\_\_\_\_\_. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

DUBY, Georges. Prefácio à história da vida privada. In: VEYNE, Paul (Org.). *História da vida privada 1. Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

*A ENERGIA elétrica no Brasil* (da primeira lâmpada à Eletrobrás). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

FARIAS, Claudio Lamas de et al. *Eletrodomésticos: origens, história & design no Brasil*. Rio de Janeiro: Fraiha, 2006.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Senac São Paulo, 2000.

FORTY, Adrian. *Objects of desire: design and society since 1750*. Londres: Thames & Hudson, 2005.

FULLER, Richard Buckminster. *Critical path*. Nova York: St. Martin's Press, 1981.

GALENO, Alberto Santiago. *Seca e inverno nas "experiências" dos matutos cearenses*. Fortaleza: Coopcultura, 1998.

GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; MEC, 1963.

GIEDION, Siegfried. *Mechanization takes command: a contribution to anonymous history*. Nova York: Oxford University Press, 1948.

GIFFORD, Don. *The farther shore: a natural history of perception, 1798-1984*. Nova York: Vintage Books, 1991.

GIRÃO, Raimundo. *Fortaleza e a crônica histórica*. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 2000a.

\_\_\_\_\_. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 2000b.

GLADU, Elisabeth. *La contribution de Gilbert Simondon à l'étude de*

*la technique*. Montreal, 2000. Disponível em: <<http://commposite.uqam.ca/2000.1/articles/gladu.htm>>. Acesso em: 12 maio 2005.

GOMES, Pimentel. *Corografia dinâmica do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, [1971].

GRAHAME, Peter. Objects, texts, and practices: the refrigerator in consumer discourses between the wars. In: RIGGINS, Stephen Harold (Ed.). *The socialness of things: essays on the socio-semiotics of objects*. Berlim; Nova York: Mouton de Gruyter, 1994.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOBSBAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONORATO, Cezar Teixeira; BEAUCLAIR, Geraldo. A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã; Edusp, 1995.

HUGHES, Thomas P. *Networks of power: electrification in western society, 1880-1930*. Baltimore; Londres: The Johns Hopkins University Press, 1983.

JACOMY, Bruno. *A era do controle remoto: crônicas da inovação técnica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *O lazer em Fortaleza: 1945-1960*. Fortaleza: Nudoc – UFC, 1996. (Cadernos do Nudoc, 18).

\_\_\_\_\_. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

KELLER, Alexandra. *Disseminações da modernidade: representação e*

desejo do consumidor nos primeiros catálogos de venda por correspondência. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (Org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

KÜHL, Júlio César Assis. Energia elétrica. In: MOTOYAMA, Shozo (Org.). *Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 1994.

LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LANTERNARI, Vittorio. Sentidos. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1997. v. 36.

LATOUR, Bruno. Do humano nas técnicas. In: SCHEPS, Ruth (Org.). *O império das técnicas*. Campinas: Papyrus, 1996.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

\_\_\_\_\_. *Morale e technique: la fin des moyens*. *Réseaux*, Paris, n. 100, 1999.

LEACH, William. *Land of desire: merchants, power and the rise of a new American culture*. Nova York: Vintage Books, 1994.

LEAL, Ângela Barros. *Jáder de Carvalho: as duas faces da palavra*. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

LEITE, Ary Bezerra. *História da energia no Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

LEMOS, Carlos. A energia elétrica e a vida cotidiana em São Paulo. *Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1988. v. 2.

\_\_\_\_\_. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LIMA, Luiz Costa. Introdução geral. Comunicação e cultura de massa. In: ADORNO, Theodor W. et al. *Teoria da cultura de massa*. Introdução,

comentários e seleção de Luiz Costa Lima. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LINHARES, Paulo. *Cidade de água e sal: por uma antropologia do litoral Nordeste sem cana e sem açúcar*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

MAGALHÃES, Gildo. *Força e luz: eletricidade e modernização na República Velha*. São Paulo: Unesp; Fapesp, 2000.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia e sociologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, 1983.

\_\_\_\_\_. O fogão da *Société Anonyme du Gaz*. Sugestões para uma leitura histórica de imagem publicitária. *Projeto História*, São Paulo, n. 21, nov. 2000.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008.

MENEZES, Antonio Bezerra de. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1992.

MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. *Gustavo Barroso: um cearense ariano*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. São Paulo: Saraiva, 1969. v. 2.

- MILLER, Daniel. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- MOLES, Abraham. Engenheiros e inventores hoje. In: SCHEPS, Ruth (Org.). *O império das técnicas*. Campinas: Papirus, 1996.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo – 1: neurose*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- MULTIBRÁS. *Consul: 50 anos de amizade*. São Paulo: Multibrás, 2000.
- \_\_\_\_\_. Centro de Documentação e Memória. *Breve histórico da marca Brastemp*. São Paulo: Multibrás, 2005a.
- \_\_\_\_\_. *Breve histórico da marca Consul*. São Paulo: Multibrás, 2005b.
- \_\_\_\_\_. *Cronologia dos produtos marca Brastemp: principais lançamentos, campanhas e símbolos – 1946, 1954 a 2005*. [S.l.], 2005c.
- \_\_\_\_\_. *Cronologia dos produtos marca Consul: principais lançamentos, campanhas e símbolos – 1941, 1950 a 2005*. [S.l.], 2005d.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Technics and civilization*. Nova York; Burlingame: Harbinger Books, 1963.
- NEVES, Margarida de Souza. História da crônica, crônica da história. In: REZENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio; Centro Cultural Banco do Brasil, 1995.
- NOBRE, Geraldo. *Ceará: energia e progresso*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto; Imprensa Oficial do Ceará, 1981.
- \_\_\_\_\_. A imprensa do Ceará na república. In: MARTINS FILHO, Antônio; GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à história do jornalismo cearense*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.
- NOGUEIRA, Carlos Eduardo. *Tempo, memória, progresso: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos 30*. 2006. 126 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREC, Georges. *As coisas*. São Paulo: Nova Crítica, 1969.

PERRIN, Jacques. Por uma cultura técnica. In: SCHEPS, Ruth (Org.). *O império das técnicas*. Campinas: Papyrus, 1996.

PERROT, Philippe. De l'apparat au bien-être: les avatars d'un superflu nécessaire. In: GOUBERT, Jean-Pierre (Org.). *Du luxe au confort*. Paris: Belin, 1988.

PINHEIRO, Luiz Brito Passos. Esboço histórico sobre iluminação. *O Energético*, Fortaleza, out./dez. 1988.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 1998.

PONTE, Sebastião Rogério da. *Fortaleza belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. *A cidade dos clubes: modernidade e "glamour" na Fortaleza de 1950-1970*. Fortaleza: IAB-CE; Nudoc – UFC, 2005.

PROST, Antoine. Transições e interferências. In: \_\_\_\_\_; VINCENT, Gerard (Org.). *História da vida privada 5: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAMOS, Ricardo. *Do reclame à comunicação: pequena história da propaganda no Brasil*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atual, 1985.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

RIGGINS, Stephen Harold. Introduction. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *The socialness of things: essays on the socio-semiotics of objects*. Berlim; Nova York: Mouton de Gruyter, 1994.

RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 32*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2001.

\_\_\_\_\_. Sobre a água e outras correntezas: memórias da seca no Ceará. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, v. 16, n. 17, jun. 2003.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*: nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVII-XIX). Lisboa: Teorema, 1998.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986.

\_\_\_\_\_. Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. *Projeto História*, São Paulo, n. 18, 1999.

RYBCZINSKY, Witold. *Casa*: pequena história de uma idéia. Rio de Janeiro: Record, 1996.

\_\_\_\_\_. *Looking around*: a journey through architecture. Nova York: Penguin, 1993.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas*: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Senac, 2007.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. O corpo na cidade das águas: São Paulo (1840-1910). *Projeto História*, São Paulo, n. 25, dez. 2002.

\_\_\_\_\_. História do conforto na cidade de São Paulo. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 14, dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Propaganda e história: antigos problemas, novas questões. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, 1997.

\_\_\_\_\_. O receio dos trabalhos perdidos: corpo e cidade. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, jun. 1996.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958*: o ano que não devia terminar. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SANTOS, Laymert Garcia dos. O homem e a máquina. *Imagens*, Campinas, n. 3, dez. 1994.

\_\_\_\_\_. *Tempo de ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico-informacional. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997.

SCHAFER, R. Murray. *A afinção do mundo: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora*. São Paulo: Unesp, 2001.

SCHEPS, Ruth (Org.). *O império das técnicas*. Campinas: Papirus, 1996.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *Disenchanted night: the industrialization of light in the nineteenth century*. Berkeley; Los Angeles; Londres: The University of California Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *The railway journey: the industrialization of space and time in the 19<sup>th</sup> century*. Berkeley: The University of California Press, 1986.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEARS. *Coldspot: 1928-1976*. Disponível em: <<http://www.searsarchives.com/brands/coldspot.htm>>. Acesso em: 3 jun. 2008.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERRES, Michel. *Os cinco sentidos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *História da vida privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

\_\_\_\_\_. *Metrópole: matriz da lírica moderna*. In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *História da vida privada no Brasil 3*: República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.

\_\_\_\_\_. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, José Borzacchiello da. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

\_\_\_\_\_. *Nas trilhas da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2001.

\_\_\_\_\_. *Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Pequena história da telefonia no Ceará*. Fortaleza: Teleceará, 1982.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Um espaço em disputa: norma e desvio nas calçadas de Fortaleza. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Org.). *Comportamento*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Fortaleza: imagens da cidade*. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

\_\_\_\_\_. *Paisagens do consumo: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002b.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques*. 3. ed. Paris: Aubier, 1989.

\_\_\_\_\_. Sobre a tecno-estética: carta a Jacques Derrida. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. t. 3. v. 4.

SOUSA, Maria da Conceição. *Índice temático anotado da Revista do Instituto do Ceará*. Tomos I a C e Especiais. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1988.

SOUZA, Thiago Schead de. *Na casa e na rua: objetos, serviços e práticas de consumo em Fortaleza (1940-1970)*. 2008. 193 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SZMRECSÁNYI, Tamás. A era dos trustes e dos cartéis. *História & Energia*, São Paulo, n. 1, maio 1986.

TENFELDE, Klaus. Dificuldades com o cotidiano. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 13, n. 24, jan./jul. 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. Una entrevista con E. P. Thompson. In: \_\_\_\_\_. *Tradición, revuelta e consciencia de clase: estudios sobre la crise de la sociedad preindustrial*. 3. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

\_\_\_\_\_. Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMECEK, Steven. *What a great idea!/: inventions that changed the world*. Nova York: Scholastic, 2003.

TOTA, Antonio Pedro. Uma antena da modernidade paulista. *Projeto História*, São Paulo, n. 8/9, 1992.

VARGAS, Milton (Org). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Unesp; Ceeteps, 1994.

VIGARELLO, Georges. O trabalho dos corpos e do espaço. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, jun. 1996.

VIRILIO, Paul. Os motores da história – entrevista de Denise Bernuzzi de Sant'Anna e Hermetes Reis de Araújo. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

VIRILIO, Paul;LOTRINGER, Sylvère. *Guerra pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WHITROW, Gerald James. *O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Trevor. *Historia de la tecnología: desde 1900 hasta 1950 (II)*. 2. ed. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1988.

WITTE, Bernd. Por que o moderno envelhece tão rápido? – Conceção da modernidade em Walter Benjamin. *Revista USP*, São Paulo, n. 15, 1992.

WISNIK, Guilherme. Utopia e fabricação da cidade. *Sexta-feira*, São Paulo, n. 6, 2001.

## O AUTOR

Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho é mestre e doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará desde 2009, teve publicados os livros *Fortaleza: imagens da cidade* (2001, 2. ed. 2004), *Paisagens do consumo: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra* (2002) e *Rumores: a paisagem sonora de Fortaleza* (2006).



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC  
Av. da Universidade, 2932 - fundos, Benfica  
Fone: (85) 3366.7485 / 7486  
CEP: 60020-181 - Fortaleza - Ceará - Brasil

[imprensa.ufc@pradm.ufc.br](mailto:imprensa.ufc@pradm.ufc.br)

**A** Universidade Federal do Ceará vem contribuindo de modo decisivo para a educação e para a ciência em nosso país. Como um dos seus avanços acadêmicos, merece destaque o crescimento da pós-graduação, que desempenha papel fundamental na formação de recursos humanos.

A pós-graduação brasileira tem sido avaliada de forma sistemática nas últimas décadas. Nesse processo, o livro passou a ser incluído como parte importante da produção intelectual acadêmica, principalmente na área das Ciências Sociais e Humanas, divulgando os esforços dos pesquisadores que veiculam parte de sua produção nesse formato.

A Coleção de Estudos da Pós-Graduação foi criada visando apoiar os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFC a partir de uma política acadêmico-científica, viabilizando a publicação da produção intelectual em forma de livro.

Em 2014, segundo ano de sua criação, a Coleção de Estudos da Pós-graduação apoiou a edição de 13 livros, envolvendo diversos cursos de mestrado e doutorado de diferentes áreas do conhecimento.

